

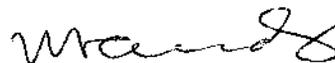
Luiz Antonio Cabello Norder

Assentamentos Rurais: Casa, Comida e Trabalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas, sob orientação da  
Profª. Drª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Banca:

Profª. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley



Profª. Dra. Maria Teresa Sales de Melo Suarez



Profª. Dra. Maria Antonia Galeazzi



Prof. Dr. Niuvenius Junqueira Paoli

Este exemplar corresponde à redação  
final da dissertação de Mestrado  
defendida e aprovada pela Comissão  
Julgadora em 23 / 07 / 94.

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	N 756a
V.	Ex.
TOMBO Bc/	31300
PROC.	281197
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	12/08/97
N.º CPD	

CM-00099508-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

N 756a

**Norder, Luiz Antonio Cabello**

**Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho / Luiz Antonio Cabello Norder.- -Campinas, SP : [s.n.], 1997.**

**Orientador: Maria de Nazareth Baudel Wanderley.**

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1.Reforma agrária - Aspectos sociais. 2. Terras - Utilização.  
3. Famílias rurais - Aspectos sociais. 4. Renda (agricultura).  
I. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. II. Universidade  
Estadual de Campinas.Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III.Título.**

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi concebida e realizada com a inestimável colaboração de três grandes educadoras: minha orientadora, Maria de Nazareth, e das Professoras Sonia Bergamasco e Maria Antonia Galeazzi. Devo um agradecimento especial a Rodrigo Pinheiro Toledo Viana, que ofereceu-me suas impressões e que muito dedicadamente permitiu que as informações da pesquisa empírica pudessem ser planejadas e processadas. As sugestões do Professor Rubens Murilo Leão Rego quanto à clareza na exposição e a forma como identificou questões e caminhos foram bastante úteis a este trabalho, e certamente permanecerão válidas para os próximos. Conteí com as importantes observações de Luis Carlos Fabrini Filho, Lucas Frazão Silva, Cláudia Botelho Zabotto, Frederic Bazin; Bernardo Mançano Fernandes; Terezinha D'Aquino; Pe. Joseph Jansen, Victor Novick, João Carlos Tedesco e Rodolfo Roffmann. Também com Marcelo Magalhães, Andreia Terzariol Couto, Décio Saes, Andrea Martine, Zander Navarro, Marcelino Souza, Marcos Escobar, Juan Romero, Marcão e Márcia Andrade, Regina Bega, Mauro Almeida, Mariana Pantoja, Maria Orlanda Pinassi, e tantos outros interessados em nossa questão agrária, aqueci minhas reflexões, esperanças, e não raro, infelizmente, indignações. Revisão e comentários: David Haxton e Diana. A José Murilo Rino pela acolhida e informações em Promissão. Recebi constante apoio, amizade e cordialidade de dezenas de funcionários do ifch, desde a graduação: Pedro PC, Maria, Adilson; até a pós: Marli, Lurdinha, Betanho; passando pela biblioteca: Luciano, Solange, Zé Carlos; gráfica: Tião, Marquinho; e cpd: Luciana, Fernando e Carlos. Mais dois Carlos, um Machado H., um Marajá e vários outros. Famílias assentadas, muito dispostas a contar sua história, animaram-me e muito em minhas viagens: João Lourenço, Altair e Dirceu, Luiz Sinésio, Deise Alves, Ulisses Gomes, José Carlos Azevedo, Pedro Lima e muitas outros em Promissão e Sumaré, principalmente. Aos amigos Eliana Nunes da Silva, Edmundo Peggion, Célia Gianinni, Silvia Carvalho, Cristina Ambar, João Almeida e Família Falcão. A meus pais, meus irmãos, a nova geração e a anterior, sempre solidários, divertidos, carinhosos e encrenqueiros. A todas estas pessoas, o meu reconhecimento, a minha homenagem. E finalmente, num capítulo especial, à Paula, minha linda, para quem dedico este trabalho.

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	i
Resumo/Abstract.....	iii
Introdução.....	01
Cap. 1 - O Debate sobre Segurança Alimentar no Brasil.....	05
1.1. - O Legado de Josué de Castro.....	06
1.2. - Aferições da Fome e da Pobreza no Brasil (1970-1995).....	09
1.3. - A Construção Social do Conceito de Segurança Alimentar.....	18
1.4. - O Papel da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.....	23
Cap. 2 - Agricultura Familiar no Brasil.....	31
2.1. - Contextualização e Dimensão.....	32
2.2. - Especificidades e Diversidades.....	41
2.3. - As Práticas Alimentares.....	47
Cap. 3 - Os Assentamentos Rurais e a Questão Alimentar.....	57
3.1. - A Luta pela Terra nos Anos 90.....	58
3.2. - As Avaliações dos Assentamentos Rurais e a Questão Alimentar.....	64
3.3. - O Polêmico Autoconsumo.....	74
Cap. 4 - Renda Monetária e Alimentação: uma pesquisa empírica.....	79
4.1. - Objetivos e Metodologia.....	80
4.2. - Os Agricultores Familiares do Assentamento Fazenda Reunidas.....	85
4.3. - Principais Resultados.....	90
4.4. - Linhas de Pobreza e Autoconsumo Alimentar.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138

## Lista de Figuras e Tabelas

FIGURA 1: Mapa das Principais Carências Alimentares nas diferentes Áreas Alimentares do Brasil, por Josué de Castro, 1946.....	08
TABELA 1: Percentual de Crianças com Retardo Severo de Crescimento em Diferentes Estados Brasileiros e em Países Seleccionados, 1980-1989, por Carlos Augusto Monteiro, 1995. ....	16
TABELA 2: Área Média e Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agrícolas Brasileiros, FAO, 1994.....	38
TABELA 3: Distribuição Percentual da Renda nos Assentamentos, por Atividade, FAO, 1991.....	69
TABELA 4: Finalidade da Produção Agrícola nos Assentamentos, por Região, Vox Populis, 1996 .....	75
TABELA 5: Agrovilas do Assentamento Fazenda Reunidas e Composição da Amostra, 1997.....	86
TABELA 6: Composição da Amostra, por Sexo e Idade.....	88
TABELA 7: Composição Média da Renda Monetária das Famílias Entrevistadas...	94
TABELA 8 - Composição da Renda Monetária Por Família .....	96
TABELA 9: Salários Recebidos em Atividades Fora do Lote, conf. Renda <i>Per Capita</i> .....	100
TABELA 10: Número de Moradores por Lote e Renda Monetária <i>Per Capita</i> .....	101
TABELA 11 : Porcentagem de Adequação do Consumo de Nutrientes.....	104
TABELA 12: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos. ....	108
TABELA 13: Porcentagem Média de Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. Renda Monetária <i>Per Capita</i> .....	110
TABELA 14: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. Renda Agropecuária do Lote.....	112

TABELA 15: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. Experiência Urbana.....	114
TABELA 16: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. História Ocupacional.....	116
TABELA 17: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. Agrovila.....	118
TABELA 18: Renda Monetária e Gasto com Alimentação na Amostra .....	123
TABELA 19: Renda Monetária e Gasto com Alimentação na Amostra, conforme faixas de Renda .....	126
TABELA 20: Valor Econômico dos Alimentos Comprados e do Autoconsumo Alimentar.....	130
TABELA 21: Composição da Renda Monetária e Renda <i>Per capita</i> , incluindo o Autoconsumo.....	131

## RESUMO

A dissertação retoma algumas das principais considerações sobre a questão alimentar no Brasil, particularmente o debate sobre segurança alimentar nos anos 90, salientando as diferentes concepções sobre o papel do Estado, da agricultura familiar e da reforma agrária. Aborda também as avaliações sobre a importância econômica e social da agricultura familiar no país e no Estado de São Paulo, indicando interpretações sobre a relação entre produção agropecuária e as práticas de autoconsumo alimentar tradicionalmente estabelecidas nestas unidades de produção familiar. Em seguida, são analisados os critérios e as informações estatísticas de abrangência nacional sobre a geração e distribuição de renda no interior dos assentamentos rurais. Foi realizada também uma pesquisa empírica no Assentamento Fazenda Reunidas/SP, visando observar a combinação entre rendimentos monetários e autoconsumo alimentar. Foi possível apurar a importância nutricional do autoconsumo alimentar e as alternativas metodológicas para transformá-lo em um dos indicadores das condições de vida no meio rural brasileiro.

## ABSTRACT

This dissertation examines some of the main considerations regarding the issue of food in Brazil, especially the debate on food security in the 90's, distinguishing the various conceptions regarding the role of the State, the family agricultural activities and agrarian reform. It also evaluates the studies about the economic and social importance of the family agricultural activities, both nationally and in the State of São Paulo, pointing out the various interpretations concerning the relation between agricultural production and the food auto-consumption practices traditionally established in the family production units. The national statistics and criteria regarding income generation and distribution within the rural settlements are analyzed. Also, empirical research was conducted on the Fazenda Reunidas Settlement/SP, to observe the relationship between monetary income and food auto-consumption. It was possible to evaluate the nutritional importance of food auto-consumption as well as the methodological alternatives that can be adopted to transform this activity into a required standard of living indicator for the Brazilian rural sector.

## Introdução

Esta dissertação aborda a questão alimentar no meio rural brasileiro e tem a finalidade de analisar o potencial da agricultura familiar para criar novas condições de vida e trabalho para a população que atualmente continua a padecer da fome e da pobreza no meio rural brasileiro, ou ameaçada pelo crescente desemprego. As estatísticas sobre as condições de vida no Brasil são aterrorizantes, e sempre mais agudas quando dizem respeito à população rural. Este panorama somente se completa quando consideramos as relações sociais historicamente estabelecidas num país caracterizado, antes de mais nada, pela brutalidade gerada pela concentração da propriedade fundiária.

Milhares de episódios de extremo desrespeito aos direitos humanos, escravidão, assassinatos, arbitrariedade de toda sorte, controle político, sofrimento e resistência. Nos anos 60, a questão da reforma agrária era um dos mais explosivos temas da agenda política brasileira. No período militar, os movimentos sociais e sindicais de luta pela reforma agrária foram severamente reprimidos, e a política agrária governamental voltou-se para a “Colonização da Amazônia”. Grandes contingentes rurais partem do Sul, Sudeste e Nordeste para as estradas perpendiculares ou paralelos a trechos da Transamazônica. A política agrícola passa a estimular a modernização das atividades agropecuárias principalmente nas regiões Sul e Sudeste, onde permaneceria intacta a estrutura fundiária. Tal processo provocou profundas alterações nas relações sociais de produção no meio rural.

Emergem novas categorias sociais, como o bóia-fria, enquanto que as relações de parceria, arrendamento e colonato entram em franco colapso. A sazonalidade da produção agrícola fez com que a proletarização do trabalhador rural tivesse uma natureza não apenas temporária, mas também com uma separação entre trabalho e moradia, trabalho e alimentação. O alargamento da proletarização no campo levou para a cidade uma parcela da população que continuaria trabalhando na agropecuária ou nas agroindústrias. Por outro lado, esta precarização das condições de vida e de trabalho iria fortalecer a organização política dos movimentos sociais de reivindicação da reforma agrária.

O clima político era o dos mais tensos. Os “trabalhadores rurais sem-terra” começam a procurar grandes propriedades rurais improdutivas ou com alguma suspeita de irregularidade jurídica ou econômica, para reivindicar, através de acampamentos e ocupações, sua desapropriação para fins de reforma agrária. Num contexto de acirradas disputas políticas, seja no plano federal ou estadual, assentamentos rurais são implementados de forma lenta, irregular e incerta, a partir de meados dos anos 80, em todos os Estados da Federação. Descongelara-se a questão agrária nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Mas as políticas públicas de infra-estrutura social e produtiva para os projetos se evidenciaram de tal forma inconsistentes, que seria possível dizer que os projetos são “incompletos”. Ainda hoje prevalece esta situação. São projetos criados para resolver situações de conflitos políticos localizados, e não para resolver situações de pobreza e exclusão social, ou para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.

Nos anos 90, a luta dos trabalhadores rurais para obter o acesso à terra recebe um forte apoio popular. A problematização da concentração fundiária, as denúncias contra os massacres e a solidariedade para com os sem-terra trouxeram cenas de profundo lirismo. Homens e mulheres, analfabetos ou quase, idosos, jovens e crianças de todas as partes do país, que, excluídos da cidadania no atacado e no varejo, motivados pela falta de casa, comida e trabalho, marcham milhares de quilômetros para manifestar sua indignação na Capital da República. São então brindados com a exposição das fotografias de Sebastião Salgado, pela música de Chico Buaque e pela poesia de José Saramago.

A inclusão da proposta de reforma agrária na agenda das prioridades políticas no Brasil dos anos 90 é mérito dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST. Seu III Congresso, realizado em março de 1995 decidira acelerar a atuação reivindicatória através das “ocupações”. Após um mês, uma chacina de trabalhadores rurais em Rondônia recoloca a questão da reforma agrária entre os temas de grande debate na sociedade brasileira.

Outros fatores estão subjacentes a este recente processo de retomada da questão agrária. Do ponto de vista político, na euforia da reconquista de eleições diretas para Presidente da República, desencadeara-se um processo de organização da sociedade civil e em 1994 edificava-se um poderoso ícone político: a luta contra a fome. Além disso, o

conjunto de transformações no modelo de desenvolvimento econômico provocou uma acentuada redução nas oportunidades de trabalho. Desemprego e fome, de um lado, reforma agrária e democracia, de outro.

Entretanto, se a reforma agrária representa uma alternativa de organização social na produção agropecuária, temos um mercado cada vez mais competitivo e tecnificado, ao lado de um desmonte de políticas sociais e agrícolas. Os opositores da reforma agrária insistem na tese de que o “pequeno produtor de baixa renda”, ou ainda, “a agricultura camponesa de subsistência” não poderia resistir às exigências técnicas e comerciais de uma economia de mercado altamente seletiva. Contra este prognóstico, receitam a geração de empregos através do fortalecimento do setor empresarial rural, com a redefinição de políticas governamentais visando reverter o “desassentamento” dos empregados rurais.

Entretanto, os assentamentos permitem aos trabalhadores rurais obter um patrimônio fundiário, e de certa forma garantir habitação, alimentação e emprego para a família. A pesquisa nacional sobre os assentamentos rurais promovida pela FAO recomendava a continuidade na implementação dos projetos, diante de sua capacidade para gerar melhores condições de vida e de trabalho no campo. Estas informações eram contraditórias às apresentadas pelo BNDES. Poderíamos então destas pesquisas deduzir que se os assentamentos não estavam atingindo o mesmo patamar tecnológico e comercial que as modernas empresas agropecuárias, como afirmava o BNDES, por outro lado, os dados da FAO mostravam que as condições de vida e de trabalho entre os assentados eram certamente mais vantajosas quando comparadas com a maioria das outras ocupações no meio rural brasileiro.

Dois projetos políticos são então delineados: o de fortalecimento da agricultura familiar, defendido por organizações populares e movimentos sociais; e o de fortalecimento da agricultura patronal, defendido pelas agremiações de proprietários e empresários rurais. Esta contraposição está presente no interior de agências governamentais, partidos políticos e vários outros fóruns onde se avaliam as alternativas sociais e econômicas para o campo brasileiro. As propostas de Segurança Alimentar, por exemplo, trazem esta contraposição entre agricultura familiar e agricultura patronal. Esta é uma das observações presente em nosso primeiro capítulo.

Em seguida, no segundo capítulo, reunimos algumas informações sobre a produção agropecuária brasileira, destacando a importância econômica e social de cada setor, o patronal e o familiar, salientando as diferenças organizacionais e políticas entre eles. Avaliamos as especificidades e a diversidade da agricultura familiar, bem como as práticas alimentares que são realizadas quase que exclusivamente no interior desta forma social de ocupação do espaço rural. Com base nestas considerações, retomamos as análises sobre as pesquisas estatísticas de abrangência nacional sobre os assentamentos rurais, para avaliar seus pressupostos metodológicos e suas conclusões. Os diferentes procedimentos visando a obtenção de informações para expressar os “resultados” dos projetos de reforma agrária já implementados, catalisando as opiniões sobre sua viabilidade, são detalhados no terceiro capítulo.

O quarto capítulo leva a campo algumas das questões surgidas ao longo dos três anteriores. E como são amplas as possibilidades de análise, nossos dados empíricos serão organizados de forma a avaliar em que medida os assentamentos rurais podem contribuir para que a sociedade brasileira se torne mais equitativa e democrática, reaproveitando seus recursos naturais para combater o desemprego, a fome e a pobreza.

## CAP. 1 - O Debate Sobre Segurança Alimentar no Brasil

As considerações sobre reforma agrária no Brasil quase sempre aparecem associadas a outros temas, sobretudo às conseqüências a ela relacionadas ou atribuídas, como desenvolvimento econômico, nacional ou regional, redução da fome e pobreza, distribuição de renda, justiça e cidadania, etc. Mais recentemente, nos anos 90, a implementação de programas de reforma agrária vem sendo analisada enquanto elemento de um novo modelo de desenvolvimento econômico (ainda por ser implementado) capaz de garantir alimentação farta e barata para o conjunto da sociedade. Embora não seja politicamente consensual, o conceito de Segurança Alimentar no Brasil, em elaboração desde o início da década, reserva um lugar de destaque para o debate em torno da reforma agrária e da agricultura familiar.

Mas antes de iniciarmos a exposição sobre a construção histórica deste conceito de Segurança Alimentar, vale a pena reafirmar a importância e atualidade da obra de Josué de Castro, sobretudo do livro “A Geografia da Fome”, de 1946. Assim como nos textos recentes sobre Segurança Alimentar, Josué de Castro traçou estreita correlação entre a incidência da fome e o tipo específico de estrutura fundiária vigente no Brasil desde o período colonial.

Desde então, várias pesquisas voltaram ao assunto, numa tentativa de quantificar e apresentar alternativas políticas ao fenômeno da fome e da miséria. Um rápido panorama da extensão da fome, da miséria e da pobreza no Brasil servirá não apenas como pano de fundo para ressaltar a relevância e atualidade da análise das práticas alimentares entre a população rural, mas principalmente para identificar os problemas metodológicos mais recorrentes nos indicadores nacionais sobre condições de vida e trabalho, com destaque para o cálculo da “renda”, uma vez que uma crítica metodológica semelhante pode ser aplicada nas avaliações sócio-econômicas dos programas de reforma agrária, tema do terceiro e do quarto capítulo desta dissertação.

## 1.1. - O Legado de Josué de Castro

As pesquisas sobre a fome no Brasil não podem deixar de render uma homenagem à contribuição de Josué de Castro. A publicação de um de seus notáveis trabalhos, “A Geografia da Fome: A Fome no Brasil”, em Julho de 1946, procurava, de forma admirável, romper com um “tabu” que pairava sobre este importante assunto: *“Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos, desaconselhável de ser abordado publicamente”* (CASTRO, 1946:14).

Além da indicação dos condicionantes políticos que historicamente fizeram da fome um assunto sob o qual formularam-se projetos políticos, programas sociais, manifestações públicas e ideologias, não só no Brasil, mas em todos os continentes, Josué de Castro acrescentou um enfoque antropológico dos aspectos culturais relacionados à alimentação: *“Recolhemos no Nordeste um número enorme de superstições alimentares, proibições, impossibilidades de tomarem um certo alimento em determinados períodos, tudo sem nenhum fundamento biológico, puras sobrevivências culturais das interdições dos senhores a seus escravos e moradores”* (p.155). Decorre desta análise a insistência na necessidade de alteração destes hábitos e restrições, uma expressão cultural das relações sociais de dominação e exclusão historicamente estabelecidas. Surge como consequência desta análise o destaque para a relevância de programas de educação alimentar.

Sua análise surpreende pela metodologia, que combina antropologia, educação e política, a ponderação da situação biológica-nutricional e médico-sanitária com suas “causalidades e correlações” econômicas e sociais. O resultado é uma interpretação *“...do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais”* (p.18) cujo objetivo era *“...pôr ao alcance da análise sociológica, certos elementos do mecanismo biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais do país”* (p. 24).

Do ponto de vista teórico, a amplitude do conceito de fome com o qual trabalhou foi decisivo: *“O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva - da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome*

*total, a verdadeira inanição, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como fenômeno muito mais freqüente e muito mais grave em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias*” (p. 21). A isso Josué de Castro chamou de “fomes coletivas parciais”, e que pode ter sua dimensão, nos anos 40, apreendida através da Figura 1, apresentada a seguir.

Na interpretação de Josué de Castro, *“...a fome no Brasil é conseqüência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais... da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo”* (p.294-295) - e para analisar este passado histórico ele resgata, por exemplo, a noção de “aventura mercantil” (presente na obra de Sérgio Buarque de Hollanda). A “aventura mercantil” brasileira, segundo Castro, pode ser notada nos diferentes “ciclos sucessivos de economia destrutiva”: pau-brasil, cana-de-açúcar, caça ao índio, mineração, café, borracha.

Na complexa análise das causas da fome, de seus múltiplos fatores, destaca-se a questão agrária como elemento de explicação histórica: *“O Brasil como país de tipo semi-colonial, com sua agricultura semi-feudal, à base de processos agrícolas arcaicos e de manifesta tendência à monocultura latifundiária, apresenta um coeficiente de produção alimentar muito abaixo das necessidades biológicas de suas populações”* (p. 298).

Diante deste panorama, ele não hesitou em propor uma *“...reforma de nossa economia agrária”*, nestes termos: *“a) combate ao latifundismo...; b) combate à monocultura...; c) aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, agricultura de produtos alimentares principalmente de substâncias perecíveis..., d) intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de poli-agricultura, nas pequenas propriedades, limitando-se tanto quanto possível, a produção especializada intensiva de um só produto para os*

# MAPA DAS PRINCIPAIS CARÊNCIAS EXISTENTES NAS DIFERENTES ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL

≡ ORGANISADO PELO AUTOR ≡



## SÍMBOLOS

- CARÊNCIAS PROTEICAS
- CARÊNCIAS DE CÁLCIO SEM MANIFESTAÇÕES DE RAQUITISMO
- ▲ CARÊNCIAS DE FERRO - ANEMIAS ALIMENTARES
- ▼ CARÊNCIAS DE CLORETO DE SÓDIO
- ◐ CARÊNCIAS DE IODO - BÓCIO CRÉTINICO
- ≡ CARÊNCIAS DE VITAMINA A - (XEROFALMIA, XEROPHTALMIA E QUERITOMALACIA)
- ⊞ CARÊNCIAS DE VITAMINA B1
- ∇ CARÊNCIAS DE VITAMINA B2 - ARIBOFLAVINOSE
- ◌ CARÊNCIAS DE ÁCIDO NICOTÍNICO - PELAGRA
- ⊕ CARÊNCIAS DE VITAMINA C - ESCORBUTO
- T CARÊNCIAS DE VITAMINA D - RAQUITISMO

## ÁREAS

- 1 - AMAZÔNICA
- 2 - NORDESTE AÇUCAREIRO
- 3 - SERTÃO NORDESTINO
- 4 - CENTRO OESTE
- 5 - EXTREMO SUL

## CORES

- FORMAS FRUSTAS
- FORMAS TÍPICAS CASOS ESPORÁDICOS
- FORMAS TÍPICAS CRISES EPIDÊMICAS
- FORMAS TÍPICAS ENDEMICAS

*casos de abastecimento das indústrias, procurando-se sempre localizar estes 'belts' produtores de matérias primas em áreas afastadas dos núcleos urbanos a fim de não dificultar o abastecimento das populações da cidade; e) mecanização intensiva de nossa lavoura...*", entre outras sugestões, como o apoio ao cooperativismo, a institucionalização de uma política agrícola de créditos, preços mínimos e isenção de impostos para a produção de alimentos básicos (304-305).

O desenvolvimento de atividades agrícolas calcadas na produção familiar, como veremos a seguir, é ainda hoje uma alternativa cuja análise está presente nas propostas visando a superação da incidência da pobreza, da fome, da desnutrição no Brasil. As discussões recentes no Brasil acerca do estabelecimento de medidas macroeconômicas e de políticas públicas como o objetivo de garantir a alimentação da população e aumentar sua qualidade de vida, particularmente ao redor do conceito de Segurança Alimentar, mostram a atualidade da relação entre pobreza e questão agrária, alimentação e agricultura familiar.

O debate sobre a concentração fundiária no Brasil e as discussões acerca da reforma agrária, os programas de apoio diferenciado e prioritário à agricultura familiar podem representar não apenas uma ampliação da disponibilidade de alimentos no mercado, mas, além disso, novas relações entre sociedade e meio ambiente, e a conquista da alimentação e melhores condições de vida por significativa parcela da população rural que ainda hoje padece da fome e luta pela terra.

## 1.2. - Aferições da Fome e da Pobreza no Brasil (1970-1995)

A percepção da dramaticidade do problema da fome no Brasil atravessou os últimos cinquenta anos e estimulou diversos pesquisadores e instituições a retomarem as avaliações da situação de carência alimentar no Brasil, visando uma ruptura com o tabu da fome, sobretudo diante das evidências de que, mesmo com o desencadeamento do processo de urbanização, de modernização agrícola e industrialização, o problema não havia sido solucionado, ou aumentado.

Em *algumas* destas análises são enfatizadas as vinculações entre a ocorrência da fome e a estrutura agrária, e de modo mais amplo, com os sucessivos ciclos de

desenvolvimento econômico. Foram diversas as contribuições, e resgatar algumas delas, mesmo correndo o risco de não incluirmos todas as mais importantes, poderá nos auxiliar no delineamento de um cenário sob o qual iremos desenvolver esta dissertação. Os critérios metodológicos para a quantificação da fome e da pobreza no Brasil nem sempre são similares e os números nem sempre coincidem<sup>1</sup>. Mesmo assim, a gravidade do problema permaneceu evidente o bastante para figurar não apenas como objeto de estudos e pesquisas, mas também de controle político, de formulação de ideologias, mistificações e de mobilização social.

O dimensionamento da fome e da pobreza no Brasil foi o objetivo de diferentes pesquisas realizadas seja por agências governamentais, universidades ou organizações internacionais. Estas pesquisas ora utilizam dados sobre a distribuição de renda para deduzir qual a parcela da sociedade cujos ingressos monetários não lhe estaria permitindo a satisfação de necessidades básicas; ora associam dados sobre renda a outros indicadores de qualidade de vida; ora carregam este debate para suas implicações em termos de saúde pública.

No início dos anos 70, por exemplo, uma das pesquisas realizadas pelo Prof. Nelson Chaves, da Universidade Federal de Pernambuco, indicava que a situação de *“...emagrecimento, envelhecimento precoce dos adultos e anemia, agravados por diversas formas de parasitismo, com predominância da esquistossomose, são as conseqüências diretas da desnutrição que aumentou no Nordeste, durante os últimos 20 anos... Isso é provocado pela crise da agroindústria canavieira. A instalação de grandes propriedades é responsável pela situação, porque eliminou a agricultura de subsistência e a pequena pecuária”*. Cerca de 70% da população nordestina estaria padecendo de desnutrição de primeiro, segundo ou terceiro grau. De forma semelhante aos textos de Josué de Castro, a análise da incidência da fome em Nelson Chaves incorpora a dinâmica das relações sociais no campo, o desenvolvimento ou arrefecimento de determinadas atividades econômicas, os sistemas de posse e uso da terra<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Uma avaliação das metodologias para o cálculo da pobreza no Brasil pode ser encontrada em BRANDÃO LOPES, 1996, e também ao longo quarto capítulo desta dissertação.

<sup>2</sup> “Pesquisa Analisa a Desnutrição no NE”, *O Estado de São Paulo*, 20.07.1971, p. 17.

No período militar, a fome tornou-se, ao lado da reforma agrária, mais que um “tabu”, um dos inúmeros temas absolutamente sigilosos e censurados. Uma criteriosa pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1974 consumiu nada menos que vinte milhões de dólares e seus resultados somente puderam chegar ao público onze anos mais tarde<sup>3</sup>. “*A divulgação do trabalho era proibida*”, relata Maurício Vasconcellos, um organizadores deste Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF). O relatório indicava que quase 40% dos entrevistados estavam numa “situação de penúria alimentar” e que apenas 9% dispunham de uma “boa alimentação”. Foram impressos apenas 250 exemplares com os dados da pesquisa, com uma circulação tão restrita que inclusive o então Ministro da Saúde encontrara dificuldades para conhecê-lo.

Mesmo sob censura, a fome continuou despertando interesse e esteve entre os temas de estudos, pesquisas e propostas. Cálculos da Fundação Getúlio Vargas apontavam em 1978 para a necessidade de se buscar alternativas alimentares para a população de baixa renda, e ainda promover um programa de complementação de renda, o que demandaria um volume de recursos da ordem de US\$ 3,3 bilhões - o equivalente a 2,1% do PIB brasileiro de 1977. Tal programa deveria beneficiar 30 milhões de pessoas que estariam vivendo em condições de “pobreza absoluta”, concedendo-lhes uma renda monetária mínima capaz de cobrir suas necessidades alimentares básicas<sup>4</sup>.

Chegam os anos 80 e as notícias sobre a fome, agora sob menor vigilância política, continuaram com o mesmo perfil alarmante: 70 milhões de brasileiros expostos a riscos nutricionais, segundo panorama traçado no VII Congresso Latino-Americano de Nutrição, realizado em 1984. “*Para atenuar o quadro, os diversos programas sociais do governo brasileiro, reunindo as ações dos Ministérios da Saúde, da Educação, Trabalho e Previdência, atingem [pretendiam atingir] uma população de 32 milhões de beneficiários*”, segundo o presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Os programas governamentais então anunciados acenavam para a possibilidade de uma articulação institucional: Programa de Nutrição em Saúde (PNS), Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROABO), Projeto de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda (PROCAB), Projeto de

---

<sup>3</sup> Ricardo Lessa, “Retrato Proibido da Fome”, *Revista Istoé*, 02.10.1985, p. 30-34.

Atendimento à Pré-Escola (PROAPE) e Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança (PAISMC)<sup>5</sup>. Mas, a despeito destas intenções, a situação não se alterou substancialmente.

Nos anos 90 a população brasileira volta a ter presidente da República eleito por voto popular, e a fome, mantida como “tabu” por tanto tempo, tornou-se um assunto cotidiano e recorrente nos veículos de comunicação de massa, principalmente após a divulgação do “Mapa da Fome”, elaborado em 1993 pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas): *“Trinta e dois milhões de brasileiros - uma população equivalente à da Argentina - defrontam-se, diariamente, com o problema da fome. São nove milhões de famílias(...). Na área rural, o consumo de alimentos é mais alto do que nas áreas urbanas (7,5% em média), o que se explica pela maior possibilidade de acesso a alimentos que não passam pelo mercado (a ocorrência de desnutrição nas áreas rurais deve-se a maiores dificuldades de acesso à serviços de saúde e saneamento)...”*. Apesar desta ponderação, constatava-se que *“...50% dos indigentes no Brasil ainda encontram-se na área rural, onde se observam índices alarmantes de fome e desnutrição, e precisam ser atendidos com urgência”*. O contingente de famintos, ou “indigentes”, segundo a designação do IPEA, com renda monetária insuficiente para adquirir sequer sua alimentação, foi estimado em 31.679.096 de pessoas, sendo pouco mais de quinze milhões e meio delas vivendo nas cidades, e outros dezesseis milhões no campo (PELIANO, 1993). A questão da distribuição fundiária não aparece como elemento explicativo dos dados estatísticos que encontrara.

Em março de 1992, o número de brasileiros miseráveis já havia sido estimado pelo IBGE em 64 milhões de pessoas. Esta pesquisa do IPEA derrubava em 50% esta estimativa, mas obteve uma enorme repercussão, dado o contexto da Campanha Contra a Fome, dirigida pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que contribuiu de forma decisiva para uma atenuação do tabu do qual falava Josué de Castro. Mas a metodologia e os resultados da pesquisa do IPEA não permaneceram isentos de restrições. Em 1995, a pesquisadora Sônia Rocha, também do IPEA, retificava o montante de indigentes: *“São 16 milhões... Ao todo, moram no campo 43% dos brasileiros indigentes”*. São vários

---

<sup>4</sup> “Trinta Milhões de Pobres precisam de Cr\$ 65 bilhões”, *Jornal do Brasil*, 24.09.1978, p. 39.

procedimentos analíticos que explicam esta divergência, dos quais podemos destacar a forma de avaliação do acesso à habitação e educação, a disponibilidade de merenda escolar, a composição das famílias e as diferenças regionais no custo de vida<sup>6</sup>.

O registro da extensão da fome e da pobreza no Brasil figura em avaliações de algumas agências internacionais. Uma pesquisa do Banco Mundial estimava que “...cerca de 24 milhões de brasileiros, 17,4 por cento da população estavam situados abaixo de nossa linha de pobreza em 1990. Nossa estimativa é inferior à de outras pesquisas feitas no Brasil recentemente... São todas estimativas metodológicas válidas que resultam em linhas de pobreza diferentes e, portanto, em aferições distintas da pobreza. Por mais que se discutam as metodologias empregadas, a escolha entre essas linhas de pobreza continuará sendo, até certo ponto, arbitrária” (WORLD BANK, 1994). Assim como as metodologias para quantificação da pobreza e da fome, existem diversas análises e propostas visando alterar estes sinistros panoramas.

O estudo do Banco Mundial chegou a ressaltar a pertinência da formulação e implementação de políticas públicas especificamente voltadas ao combate da fome e da pobreza: “o nível de pobreza no Brasil está muito acima da norma para um país de renda média. Por outro lado, seria possível erradicar a pobreza do país a um custo inferior a 1% do PIB do país. Não há razão para que um governo, mesmo que esteja em fase de implementação de um programa de austeridade fiscal, não possa melhorar significativamente o bem-estar da população carente e reduzir a pobreza por meio de programas bem elaborados e voltados especificamente para os pobres...”. Em números absolutos, “...apesar da urbanização, áreas urbanas e rurais contribuem igualmente para a pobreza”: doze milhões de pessoas no campo estariam abaixo da linha da pobreza fixada pelo Banco Mundial: “...existe uma forte relação entre a falta de acesso à terra e pobreza rural”. A análise do Banco mundial apontou inclusive para a necessidade de modificações no Estatuto da Terra e na legislação trabalhista para o meio rural, chegando a especificar algumas brechas jurídicas que estariam fazendo da propriedade da terra no Brasil um paraíso fiscal para os “investidores ricos”. E propunha a “...ampliação da

---

<sup>5</sup> “Índice de Desnutrição Preocupa Especialistas”, *O Estado de São Paulo*, 27.11.1984, p. 12.

<sup>6</sup> Conforme reportagem de Marcos Sá Corrêa, “São 16 Milhões”, *Veja*, 27.09.1995, p. 40

*capacidade dos pobres de adquirem terras através da concessão de doações para os mesmos”.*

Os dados da FGV, do IPEA e do Banco Mundial estabelecem uma renda *per capita* mínima para que a família seja classificada numa situação de não-pobreza. Entretanto, Eugênia T. LEONE (1994:145) alerta para a necessidade de se considerar outras variáveis, além do cálculo da renda, pois “...um mesmo nível de renda tem significado diferente como expressão de condições de vida se a população vive no campo ou já reside em cidades e entre regiões com distintos graus de desenvolvimento sócio-econômico (p.145). Isso se explica, segundo ela, em função de dois fatores: 1) “... o grau de mercantilização envolvido no estilo de vida da população”; 2) “...o acesso às diversas redes de infra-estrutura de serviços públicos tais como energia elétrica, saneamento básico, educação primária, transporte”, o que apresenta uma difusão variada nas diversas regiões do país. Sobre o primeiro aspecto, a autora indica a presença de um segmento de pequenos produtores cuja produção para o autoconsumo alimentar estaria representando parcela significativa de sua renda, mas a aferição monetária desta atividade traz complicações adicionais às pesquisas estatísticas.

Por outro lado, no que se refere à infra-estrutura de serviços públicos, Eugênia LEONE pondera que no final dos anos 80 “...existiam no conjunto do país algo em torno de três milhões de famílias agrícolas de baixa renda com domicílio rural que não tinham sequer água encanada, fossa séptica e acesso à eletricidade” (p.215). Em outros termos, podemos dizer que de há uma menor necessidade de renda monetária por parte das famílias rurais com acesso à terra, quando comparada com a população urbana, resultado de dois fatores sociais: 1) a presença de atividades de autoconsumo alimentar de sua produção agropecuária; 2) a menor incidência de pagamento de alugueis para habitação (p. 136). Entretanto, há uma maior precariedade na infra-estrutura de serviços públicos, o que reduz a qualidade de vida no campo e estimula o êxodo. Portanto, há a necessidade de elaboração de métodos de pesquisas quantitativas especificamente destinados a captar a situação sócio-econômica da população rural<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Este problema foi identificado por Juarez BRANDÃO LOPES (1996:67), ao avaliar os dados do citado Mapa da Fome produzido pelo IPEA: “A metodologia consiste, em última análise, na comparação de rendas familiares per capita (corrigidas ou não) com linhas de indigência. O grande problema está no

As considerações sobre a alimentação consumida através de empreendimentos econômicos não-mercantis, ou seja, o autoconsumo, apontam para uma correlação entre acesso à terra e ampliação da renda, a despeito dos obstáculos para quantificá-la, reforçando sua importância na melhoria da qualidade de vida no campo. Mesmo assim, esta atividade econômica, esta condição social (o acesso à terra) não é incorporada entre as variáveis das análises estatísticas sobre a pobreza no meio rural brasileiro.

A precariedade das condições sócio-econômicas no campo e na cidade são traduzidas num triste cenário epidemiológico. As estatísticas de saúde tornam muito tangíveis os indicadores sobre renda e condições de vida. Carlos Augusto MONTEIRO (1995: 2) faz uma importante aferição sobre o retardo severo no crescimento físico e o estado nutricional dos indivíduos em seus primeiros anos de vida. Com base em dados do IBGE, elaborou a tabela abaixo, comparativa com outros países, considerando que os índices de retardo severo no crescimento até 2,3% podem ser atribuídos a fatores genéticos, e que, acima disso, a possibilidade de desnutrição infantil crônica é bastante plausível:

---

*cálculo dos valores destas linhas. Os dados existentes para este cálculo são antigos (1976) e somente existem boas informações para utilizá-los... para as áreas metropolitanas. Assim, não se tem outra maneira, a não ser estimar linhas para áreas urbanas não metropolitanas e rurais com base nas respectivas linhas das zonas metropolitanas... O método de extrapolação pressupõe que o custo de vida rural evoluiu como o metropolitano, quando provavelmente nas zonas rurais ele subiu mais rapidamente". Ele pondera então que provavelmente o índice de pobreza no meio rural tenha sido subestimado pelo IPEA.*

TABELA 1 - Percentual de Crianças com Retardo Severo de Crescimento em Diferentes Estados Brasileiros e em Países Selecionados (1980-1989)

ESTADOS DO BRASIL	%	PAÍSES	%
Santa Catarina	4,9	Trinidad-Tobago	5,0
São Paulo	5,6		
Mato Grosso do Sul	6,1	Costa Rica	7,8
Rio Grande do Sul	8,2		
Goiás	9,4		
Rio de Janeiro	9,9	Chile	9,6
Minas Gerais	10,6		
Mato Grosso	11,1	Kwait	11,3
Paraná	11,6		
Amazonas	16,7	Costa do Marfim	17,2
Bahia	22,0	Djibuti	22,2
Ceará	27,6	Congo	27,1
Pernambuco	28,6	Zimbábue	29,0
Pará	29,4	Togo	29,6
Alagoas	36,8	Serra Leoa	34,7
Maranhão	37,4	Zâmbia	39,6
		Haiti	40,6

Fonte: MONTEIRO, 1995.

Apesar das dificuldades e divergências metodológicas e analíticas, a gravidade da questão alimentar no Brasil das últimas décadas permaneceu evidente o bastante para figurar não apenas como objeto de estudos e pesquisas, mas também de controle político, de formulação de ideologias, mistificações e de mobilizações sociais. E independentemente dos critérios e das conseqüentes divergências numéricas entre estas pesquisas quantitativas, todos estes estudos mostram que a pobreza e a fome são proporcionalmente maiores no campo que nas cidades: "...quanto à incidência da indigência (proporção de indigentes com relação à população total da localidade em cada região), observa-se que

*ela é sempre maior nas áreas rurais” (LEONE, 1994:30). A desnutrição crônica apurada por MONTEIRO (1995) é maior nas áreas rurais de todas as regiões do Brasil: enquanto no meio urbano é de 12,3%, no rural sobe para 22,4%, em média. Mas como mostram os dados acima, a pobreza e a fome na cidade também já são bastante elevadas. Oferecer respostas aos dramáticos indicadores sociais no Brasil exige um esforço de reconstrução do espaço rural brasileiro.*

Em vários momentos históricos o Estado ostentou preocupação com a gravidade da situação alimentar no Brasil, acenando particularmente com políticas compensatórias, de alcance questionável, algumas delas já mencionadas acima. Estes programas, no entanto, ficaram expostos a críticas contundentes, seja por seus limites para fazer frente ao que se propõe, seja por suas características políticas e ideológicas : *“Na verdade, os programas sociais de alimentação e nutrição no Brasil têm funcionado primordialmente como: a) mecanismo econômico de garantia de mercado para determinados produtores de alimentos e de subsídio ao grande capital; b) mecanismo político de cooptação dos movimentos sociais, buscando atrair apoio às iniciativas governamentais; c) mecanismo ideológico de mistificação através de ações paternalistas que não tocam nas raízes do problema e terminam legitimando as estruturas sócio-econômicas geradoras da fome”* (SILVA & GOMES DA SILVA, 1991:22).

Em vista destas críticas ao caráter paliativo, emergencial e assistencialista dos programas de combate localizado da fome e da pobreza, emergiram historicamente inúmeras propostas de transformações “estruturais”, ou seja, aquelas teoricamente capazes de levar a novos padrões de relações sociais de trabalho e novas formas do exercício do poder político. O conceito de segurança alimentar é uma tentativa de atualização desta perspectiva para os anos 90 - e tem sua relevância acentuada justamente neste contexto de fortalecimento internacional dos postulados neoliberais de organização da economia e da sociedade.

### 1.3. - A Construção Social do Conceito de Segurança Alimentar

Os estudos sobre a extensão da fome e das alternativas a ela, como apontamos acima, têm sido constantes desde há várias décadas. As discussões sobre o tema nos anos 90 reafirmaram a vinculação entre a conquista ou adequação da alimentação de uma ampla camada da sociedade e as transformações na estrutura sócio-econômica característica destas últimas décadas.

Renato S. MALUF (1995:315) ponderava, ao longo da Primeira Conferência Nacional sobre “Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil”, realizada em 1993, que *“... o problema da segurança alimentar não é só o da fome, mas também o de enfrentar uma situação em que um número majoritário de trabalhadores gasta cerca de 40% de sua renda para comer. Muito embora estes trabalhadores não sejam famintos, são pessoas que para poderem se alimentar comprometem uma parcela substancial de sua renda”*. A problemática alimentar não se restringe, portanto, apenas aos “pobres” e “indigentes”, mas também a grande parte dos trabalhadores assalariados rurais e urbanos.

Algumas das recentes conceitualizações de Segurança Alimentar elaboradas na primeira metade dos anos 90, apontavam para os limites do caráter compensatório e paliativo das políticas de apoio nutricional, cujo objetivo, em geral, é o atendimento imediato, emergencial, sobretudo nos chamados “bolsões de pobreza”. Uma retomada das análises “estruturais”, onde o conjunto de políticas públicas seriam aplicadas articuladamente, permitindo a integração da população vulnerável à fome ao universo da produção, procurava evitar que as políticas unicamente emergenciais de combate à fome viessem a terminar numa utilização política-ideológica, clientelista e provisória, sem capacidade para criar novas condições sociais de integração na economia. A Segurança Alimentar passou então a ser associada a constituição de um novo modelo de desenvolvimento econômico, às “reformas estruturais” e de ampliação da cidadania.

Renato Sérgio Maluf ressalva que nem sempre o conceito de Segurança Alimentar possui o mesmo significado, e que as divergências tendem a se acentuar ainda mais quando tratam de escolher os meios para implementar esta política. Segundo ele, houve até recentemente a predominância de três concepções básicas relacionadas aos programas

alimentares: 1) uma que se restringe ao combate emergencial à fome, de natureza praticamente assistencial; 2) outra enfatizando aspectos relacionados à produção e ao abastecimento de alimentos, que toma os níveis de empregos e salários como “fatores externos” à Segurança Alimentar; e 3) a concepção de profissionais da saúde cuja preocupação recai sobre o estado nutricional dos indivíduos, sobretudo das crianças em idade de crescimento. A alternativa apresentada nos anos 90 é justamente a de incluir a Segurança Alimentar no cerne das estratégias de desenvolvimento econômico do país, principalmente através novas relações sociais de produção no campo e na cidade, e da criação de um novo padrão de políticas públicas.

Esta noção foi se difundindo apenas a partir do início da década de noventa. Durante a Segunda Conferência Nacional “Projetos Estratégicos para o Brasil”, realizada em março de 1995, Ronaldo Coutinho Garcia, do IPEA, apresentou, em uma das doze oficinas temáticas, um texto de cinco páginas intitulado “Questão Agrária e Segurança Alimentar”. A finalidade do evento era elaborar uma análise de alguns dos principais projetos estratégicos de desenvolvimento nacional<sup>8</sup>, identificando os consensos que poderiam levar ao estabelecimento de prioridades para a ação governamental. Coutinho Garcia relata que nem sempre as propostas de segurança alimentar e reforma agrária são incluídas no bojo das estratégias de desenvolvimento econômico e social do país: “...a Segurança Alimentar, enquanto política abrangente e articuladora de ações diversas, não chega a ser objeto de tratamento mais detalhado de nenhum dos Projetos [escolhidos para análise]. Este é um tema relevante e que ganhou destaque nos últimos dois anos. O fato de a maioria dos projetos ter sido elaborada anteriormente ao surgimento da Ação da Cidadania, da Campanha contra a Fome, do CONSEA e da realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, talvez explique este quadro”. Segurança

---

<sup>8</sup> As referências bibliográficas escolhidas para o debate foram: 1) Hélio Jaguaribe, *Alternativas para o Brasil*, José Olympio Ed., Rio de Janeiro, 1989; 2) *Fórum Brasileiro de ONGs e Mov. Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, FASE/FORUM, Rio de Janeiro, 1992; 3) Antonio Kandir (org.), *Um Projeto para o Brasil: A proposta da Força Sindical*, Geração Editorial, São Paulo, 1993; 4) Augusto de Franco e Ozeas Duarte, *Brasil, Futuro do Presente*, FASE, Instituto de Política, Rio de Janeiro, 1994; 5) Sérgio Xavier Ferolla, *Bases para um projeto Nacional* Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1994; 6) Cristóvam Buarque, *A Revolução das Prioridades. Da Modernidade Técnica à Modernidade Ética*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1994; 7) João Paulo dos Reis Velloso, *Inovação e Sociedade. Uma Estratégia de Desenvolvimento com Equidade para o Brasil*, José Olympio Ed., Rio de Janeiro, 1994.

alimentar tornou-se um dos parâmetros para a avaliação dos projetos estratégicos de desenvolvimento sócio-econômico.

A noção de Segurança Alimentar no Brasil é um produto dos anos 90, da reciclagem de um conjunto de reflexões iniciadas na década anterior, sobretudo a partir de 1985, quando o Ministério da Agricultura elaborou uma proposta de *Política Nacional de Segurança Alimentar*, e no ano seguinte, com a realização da *I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição*. Estas iniciativas iriam servir como referências para a ampliação do significado político e econômico dos programas de alimentação e nutrição no Brasil.

O Seminário *Fome: O Desafio dos Anos 90* foi uma primeira ocasião em que a questão alimentar no Brasil passou a ser incluída entre os critérios de avaliação do desenvolvimento econômico, a partir de uma nova dimensão política. O documento preparado por Maria Antonia GALEAZZI (1990, 146-164), atendendo à uma solicitação da FAO, também aproximava o fenômeno da fome às suas conseqüências estruturais, mas, além disso, procurava redefinir o ambiente político da questão da segurança alimentar: “...ao elevar essa questão ao status da segurança da população e da soberania nacional, torna-se imprescindível que seja tratada a partir de uma atuação do governo como um todo” (p.157).

Outra grande contribuição recente ao tema da Segurança Alimentar no Brasil veio da proposta formulada por Luiz Inácio Lula da Silva e José Gomes da Silva, como parte de um projeto do Partido dos Trabalhadores, o chamado *Governo Paralelo*, em que seriam apresentadas alternativas e propostas de políticas públicas ao então Presidente da República Fernando Collor de Mello. O documento *Política Nacional de Segurança Alimentar* foi apresentado em Outubro de 1991. Um ano depois, o *impeachment* de Collor levou seu vice, Itamar Franco, à Presidência da República. A proposta de Segurança Alimentar foi então aceita pelo governo federal, inclusive no item referente à formação de um fórum de entidades da sociedade civil para acompanhar sua execução - que resultou no CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar).

A perspectiva do texto do Governo Paralelo retomava um fundamento ético-filosófico já presente em documentos da FAO: “A alimentação é um direito elementar de todo ser humano, confundindo-se com o próprio direito à vida. Garantir este direito é

*uma responsabilidade pública que precisa ser assumida pela coletividade e pelas instituições representativas, em especial pelos governos” (SILVA & GOMES DA SILVA, 1991: 2).*

O conceito genérico aí apresentado como ampliação de direitos humanos, coloca como objetivo da Segurança Alimentar uma “... *disponibilidade agregada nacional de alimentos que seja, simultaneamente:*

- a) suficiente para atender à demanda efetiva e potencial;*
- b) estável, na medida em que busque neutralizar as inevitáveis flutuações cíclicas;*
- c) autônoma, ao lograr a auto-suficiência nacional nos alimentos básicos;*
- d) sustentável, pois deve garantir o uso a longo prazo dos recursos Naturais;*
- e) eqüitativa, ao possibilitar o acesso universal ao mínimo nutricional, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.”*

Ao conceito de Segurança Alimentar formulado pelo Governo Paralelo, o CONSEA (1995) detalha e acrescenta outras propostas, apresentando como requerimentos básicos para uma Política de Segurança Alimentar: “...*uma estrutura produtiva democrática e eficiente, construída por uma reforma agrária efetiva, ampla e rápida; ...uma população que disponha de renda suficiente para adquirir os alimentos em quantidade e qualidade que atendam as suas necessidades nutricionais e para desfrutar de crescente qualidade de vida; ...uma política macroeconômica e políticas setoriais fomentadoras do emprego, da produção eficiente de bens de consumo de massa e estimuladores da pequena empresa e das iniciativas produtivas coletivas (cooperativas, empresas associativas e grupos informais) e autônomas; ...políticas sociais universalizadas com qualidade; ...uma política de isenção de impostos para alimentos básicos; ...análises permanentes da qualidade e fiscalização das quantidades dos alimentos em estoques do governo; ...estimular a diversificação de culturas, respeitadas as particularidades regionais de solo, clima e culturais, priorizando-se a produção de alimentos básicos...”*”.

Tanto a proposta do Governo Paralelo quanto a do CONSEA encaminham-se para aquilo que Renato MALUF considera fundamental: “...*colocar a Segurança Alimentar como componente estratégico do padrão de desenvolvimento”* . Trata-se de construir uma

abordagem que venha a contemplar as causas históricas da fome e sua relação com os padrões de desenvolvimento macroeconômico, particularmente na observação dos níveis de emprego e salário vigentes na sociedade como um todo. Outros determinantes macroeconômicos são apontados por Renato MALUF, como os efeitos da estabilidade/instabilidade monetária, o endividamento do setor estatal, a crise fiscal e política do Estado, a falta de transparência nas contas estatais e a capacitação técnica do funcionalismo público.

Em certas passagens podemos perceber que a análise do CONSEA é complementada com a identificação de problemas e potencialidades da ação econômica local, tomada em sua dinâmica com contexto econômico geral. Estaria fazendo parte desta tentativa de modificação nas relações sócio-econômicas locais iniciativas como *“...incentivar e apoiar as feiras de produtores, os entrepostos (os pesqueiros, inclusive), para a venda direta ao consumidor, e a articulação entre organizações de produtores e consumidores; respeitadas as particularidades locais, incentivar a produção local e apoiar os programas de autoabastecimento alimentar tais como: hortas comunitárias, escolares e domésticas, pomares, e pequenos criatórios comunitários, inclusive com orientação junto as comunidades de processos simples de indústria caseira com a finalidade de garantir determinadas fontes alimentares no período da entressafra...”*, entre outras propostas.

A contribuição do texto formulado por Luís Inácio Lula da Silva e José Gomes da Silva para o Governo Paralelo foi de grande repercussão e contribuiu decisivamente para trazer a questão alimentar para o cerne da análise sócio-econômica. A experiência do CONSEA, mobilizando centenas de movimentos sociais e organizações não-governamentais efetivou a inserção do tema no conjunto da sociedade. Nestas duas propostas, a agricultura familiar, que no Brasil em boa medida estaria carecendo de ser beneficiada por uma reforma agrária, é indicada como pré-condição e prioridade para o desenvolvimento rural e agrícola.

#### 1.4. - O Papel da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária

As discussões sobre Segurança Alimentar nos Estados Unidos e na Europa aproximam-se sobretudo de dois temas: liberalização do comércio internacional e reavaliação tecnológica em função do movimento ambientalista. José Eli VEIGA (1996:91-92) faz uma síntese das alternativas políticas destes debates. Segundo ele, “...os detratores do agroambientalismo insistem que a liberalização do comércio internacional incentivaria o uso intensivo das melhores terras disponíveis com as tecnologias mais avançadas, minimizando os custos econômicos e ambientais. Com isso a biodiversidade seria incrementada e as terras menos aptas deixariam de ser cultivadas”. Propõem “mais livre comércio e mais revolução verde”. Nesta argumentação, a busca por auto-suficiência alimentar nacional e as preocupações ambientais com esta produção ainda mais intensiva estariam criando obstáculos adicionais para se atingir a segurança alimentar.

Por outro lado, a pesquisa agropecuária é crescentemente pressionada para o desenvolvimento de alternativas tecnológicas voltadas às áreas de menor potencial produtivo, onde se encontram grandes contingentes populacionais em situação de pobreza e, ao mesmo tempo, desequilíbrios ambientais: “...os que querem ver a pesquisa agropecuária orientada para a Segurança Alimentar sustentável do Sul dizem que o atual desafio é fazer uma ‘Revolução Super ou Duplamente Verde’ (Doubly-Green or Super Green Revolution). Isto é, uma revolução ainda mais produtiva que a anterior e que consiga preservar os recursos naturais e o meio ambiente” (VEIGA, 1996:91-92). José Eli da Veiga acredita que “... é muito mais provável que a legitimação de propostas alternativas seja paralela a um oscilante declínio do padrão atual da agricultura moderna”, e por isso ele fala em “transição agroambiental”, que no futuro poderá ser catalisada com base nas experiências em curso.

Enquanto esta transição, mesmo nos países avançados, não se transforma em uma nova revolução tecnológica, com a reorientação de normas, procedimentos e comportamentos, estes termos do debate “internacional” acerca da segurança alimentar “sustentável” chega muito timidamente no Brasil. As propostas aqui dividem-se entre duas distintas formas sociais para a produção agropecuária, traduzidas no plano político na

forma de uma polarização que tem, de um lado, a reivindicação de programas estatais visando o incremento da agricultura nos moldes empresariais e, de outro, o apelo popular pelo fortalecimento da agricultura familiar. Esta disputa irá conferir uma particularidade sociológica para a “transição agroambiental” e para a construção da segurança alimentar no Brasil.

Uma leitura das principais contribuições sobre o tema da segurança alimentar no Brasil dos anos 90 evidencia justamente que não existe a formulação de apenas uma inequívoca e consensual concepção sobre o que vem a ser este novo modelo de desenvolvimento gerador da segurança alimentar para o país, ou quais as reformas estruturais necessárias, qual sua natureza social e intensidade. Procuraremos agora avaliar a importância e a forma pela qual as propostas de fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária têm sido apresentadas entre os componentes da construção deste novo modelo de desenvolvimento que poderia gerar a segurança alimentar no Brasil<sup>9</sup>.

A “Política Nacional de Segurança Alimentar” do Governo Paralelo foi tratada em sua vinculação com os programas de incremento às atividades econômicas, ampliando os níveis de emprego, renda e salários, além de uma política agrícola voltada *prioritariamente* para a agricultura familiar. Além disso, contemplava um Plano Nacional de Reforma Agrária para um total de três milhões de famílias em um período de 15 anos, numa média de 200 mil famílias a serem assentadas anualmente. A proposta reafirmava ainda a necessidade de manter uma política agrícola específica para os assentamentos rurais e acrescentava um auxílio alimentar emergencial para as 12 mil famílias que estariam vivendo nos acampamentos.

O desenvolvimento rural prioritário à agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária contaria com o estímulo à formação pequenas agroindústrias, proporcionando um pré-processamento mínimo, tendo em vista que os produtores rurais acabam subordinados, mesmo que informalmente, às grandes empresas agro-industriais, através de mecanismos como a assistência técnica, crédito e sistemas de “classificação” dos produtos no momento da comercialização. A criação de agroindústrias cooperativas de pequenos produtores; o monitoramento dos custos de produção e o apoio ao

desenvolvimento de tecnologias adaptadas aos sistemas produtivos de pequenos e médios agricultores, entre outras medidas, poderiam reverter a situação desfavorável ao setor agrícola, principalmente ao familiar, diante do setor agro-industrial.

Além desta identificação da necessidade de uma revisão da organização do complexo agro-industrial, reafirmava-se a generalização dos programas de preços mínimos e a formação de estoques governamentais para todos os pequenos e médios agricultores, e apenas *“facultativa em relação aos demais”*. Programava-se também uma revisão nos sistemas de comercialização, visando reacomodar os vários segmentos envolvidos na produção agro-alimentar, desde a produção de insumos até o comércio varejista.

Neste documento do Governo Paralelo, a análise das conseqüências sócio-alimentares das diretrizes macroeconômicas procurava fundamentar uma revisão do papel do Estado: *“Embora o Estado tenha participado de forma decisiva no enfrentamento da problemática agro-alimentar nos países centrais, as vertentes locais da onda neoliberal conservadora pregam a desestatização e a liberação das atividades econômicas como alternativas capazes de garantir a retomada do desenvolvimento econômico simultaneamente à solução da nossa pobreza crônica”*.

A análise das relação entre as forças do mercado e as políticas públicas, e a partir daí, a reafirmação da importância da reforma agrária, também está presente em Renato Sérgio MALUF (1995: 59): *“... como a igualdade social não é um resultado automático do desenvolvimento econômico, nem das leis de mercado, a segurança alimentar tem de ser colocada como um dos objetivos estratégicos a ser perseguido pelas políticas públicas... Não é possível pensar em produção de alimentos para o consumo de toda a população sem uma reforma agrária efetiva, como fizeram os países mais desenvolvidos...”*.

A reforma agrária chegou a ser colocada como uma das premissas do conceito de Segurança Alimentar elaborado pelo CONSEA, que reafirma sua importância para a obtenção de transformações simultaneamente macro-estruturais e locais: *“...a política de Segurança Alimentar deve ser precedida de uma reforma agrária que viabilize o assentamento de famílias rurais sem terra, de famílias acampadas, e das que migraram*

---

<sup>9</sup> Outras medidas de política econômica, social, e administrativa poderiam ser avaliadas em seu impacto

*para as cidades. É fundamental a implantação de infra-estrutura completa para os assentamentos. A reforma agrária deverá atender às particularidades regionais, respeitando as identidades culturais das comunidades. Contemplará uma política agrícola voltada para os pequenos produtores, e à geração de empregos rurais”.*

A reforma agrária e as políticas agrícolas e de abastecimento aparecem, portanto, ao lado dos esforços de modificações nas relações comerciais locais, e não apenas em sua dimensão macroeconômica, um ponto de partida para transformações nas relações sociais em cada comunidade, em cada localidade, em cada município ou região. Pode-se notar, ademais, uma aproximação entre este dois níveis de análise, o *estrutural* e o *local*. As transformações estruturais aparecem em sua dinâmica com o restabelecimento de novas práticas econômicas, sociais, culturais e alimentares na vida quotidiana da população.

A perspectiva de se inserir na compreensão do desenvolvimento econômico as particularidades e potencialidades regionais também está presente em Renato MALUF, quando ele avalia, por exemplo, a viabilidade do setor agrícola familiar: *“No que se refere à agricultura familiar, reafirme-se as sugestões tradicionais da adoção de instrumentos diferenciados de apoio, principalmente em termos de crédito, garantia de preços e estímulo ao associativismo articulado a formas de ampliar o valor agregado e apropriado por esses produtores, como por exemplo a constituição de agroindústrias regionais”* (p. 46).

Por outro lado, o documento sobre Segurança Alimentar produzido em 1993 pela Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG)<sup>10</sup> evidenciou a divergência política e social na redefinição do modelo de desenvolvimento que traria a segurança alimentar ao país. A Segurança Alimentar é apresentada como *“... a principal responsabilidade social do Agribusiness... - o maior negócio do país, representando quase 40% de seu PIB, mais de 40% de suas exportações e é, de longe, o setor da economia que mais emprega mão-de-obra”* (p. 9). Para alcançá-la seria necessário que a disponibilidade de alimentos fosse,

---

na distribuição de renda e de redução dos índices de fome e pobreza. Ver: MALUF, 1994.

<sup>10</sup> Para a ABAG, Agribusiness é *“...a soma total das operações de produção e distribuição de insumos e novas tecnologias agrícolas; a produção propriamente dita; do armazenamento, do transporte, do processamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados”* (p. 9).

simultaneamente, “...suficiente, estável, autônoma, sustentável e equitativa”, tal qual já aparecera nos documentos da FAO e do Governo Paralelo.

A Segurança Alimentar é também compreendida como “...um dos pilares para o desenvolvimento do país”. A contribuição da agricultura seria fundamental: “... o desafio é duplo: aumentar a produção agropecuária e aproximar os indicadores sócio-econômicos da população rural aos da urbana”. Ao abordar “Situação da Agricultura” não apresenta qualquer distinção entre “agricultura familiar” e “agricultura patronal”, como consta nos demais textos apresentados acima. Prevalece a socialmente imprecisa noção de que “... os agricultores estão convencidos de que o processo acelerado de queda na sua renda não se reverterá enquanto a agricultura não for considerada no contexto maior da economia e, sobretudo, do social” (ABAG, 1994:51).

A análise da ABAG inclui todavia uma distinção entre “agricultura comercial” e “agricultura de baixa renda”, reservando a esta última um prognóstico pouco animador: “... a tendência, no Brasil e no Mundo, é de redução do número e ampliação do tamanho das unidades agrícolas. Isso significa que as oportunidades abertas às unidades familiares de baixa renda, para produzirem com eficiência e de maneira lucrativa, são limitadas. O desenvolvimento harmônico do agribusiness, entretanto, pode assegurar a muitas destas famílias a possibilidade de aumento da renda em trabalhos fora da fazenda” (p. 66).

Em outros termos, para os designados “agricultores de baixa renda” restaria a “alternativa” da proletarização “harmônica” diante de um possível incremento das atividades econômicas conduzidas pelos grandes agricultores e agro-industriais. A consequência desta prerrogativa é a de que “... o investimento na educação é questão chave na agricultura. No mais, o desempenho do setor agropecuário depende de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em infra-estrutura, das pequenas e médias cidades do interior, de modo a oferecer à população rural os mesmos benefícios de que dispõem os habitantes dos grandes centros urbanos” (p. 66).

Entre os sete princípios defendidos pela ABAG para alcançar a Segurança Alimentar no Brasil “...dentro do arcabouço institucional de uma economia de mercado...” está a “Valorização e Expansão da Produção Agropecuária”, o que se

traduz na necessidade de reconstituir a renda do “agricultor”; expandir a “... *classe média rural, fator insubstituível de estabilidade política e social de qualquer país; e melhorar dramaticamente o nível de vida do trabalhador rural*”, (p. 157). As políticas de preços mínimos deveriam se limitar aos produtos essenciais à segurança alimentar, e não há menção de prioridade a algum tipo de produtor rural. Trata-se, enfim, de uma defesa da implementação de mudanças macroeconômicas visando a promoção de melhores relações de trabalho capitalistas no campo e na cidade, com conseqüências na distribuição interna de alimentos e na inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Apesar da análise desfavorável à agricultura familiar, a ABAG paradoxalmente acrescenta uma “...*política fundiária moderna e coerente com a realidade atual do país...*”, através de três linhas de ação: programas de reforma agrária; crédito fundiário para a ampliação de escala de minifúndios e a adoção de um sistema progressivo de tributação sobre terras ociosas. Mas não posiciona a reforma agrária e a agricultura familiar no centro de sua argumentação, e recebem um tratamento não mais que periférico nesta análise.

A diretriz de se buscar a Segurança Alimentar através de uma modificação no modelo de desenvolvimento também está presente no texto da ABAG, mas o perfil deste “novo modelo” não é o mesmo que o exposto pelo Governo Paralelo, pelo CONSEA e por Renato MALUF, por exemplo, que se aproximam bastante. Isso se revela no papel que se atribui ao setor agrícola familiar, ao Estado e à reforma agrária. Há uma diferença na orientação sócio-política entre a proposta da ABAG ( basicamente “empresarial”) e as outras citadas (mais próximas aos movimentos populares).

A questão traz em seu bojo uma disputa política entre forças sociais antagônicas que disputam as políticas governamentais diante de um eventual aquecimento do consumo de alimentos por grande parte da população brasileira. Em outros termos, são distintas forças sociais que procuram reorientar o padrão das relações sociais a serem estabelecidas no interior do complexo agro-industrial, a título de se tentar atingir a segurança alimentar no país. “*É uma noção ainda em disputa, que pode ser apropriada de diferentes*

*maneiras em diferentes países devido às circunstâncias de cada um. O mesmo se passa no interior do Brasil*”, segundo Renato Sérgio MALUF<sup>11</sup>.

Entretanto, esta disputa social e política em torno do modelo de desenvolvimento agropecuário e agro-alimentar perde sua visibilidade com a imposição de restrições prévias, com a identificação de “tendências inexoráveis” da economia, com a criação de classificações sociológicas paternalistas. Segundo Maria Emília PACHECO (1994:212-218), “... a caracterização de setores do campo como ‘os pobres do campo’, deslegitima e obscurece os conflitos de interesses e de projetos em disputa. A proposta de reforma agrária como política social compensatória e não inserida na discussão das alternativas de reorganização produtiva é legitimadora do ‘darwinismo social’...”. Para esta autora, a caracterização da agricultura familiar como setor produtivo de baixa renda, voltado apenas à sua subsistência, ao autoconsumo, sem uma inserção significativa no mercado, acaba por reforçar a concepção de que há uma tendência unívoca de desenvolvimento no campo: “...as propostas inscritas nas lutas dos movimentos não podem ser reduzidas ao significado de luta por sobrevivência. Os movimentos estão colocando, mesmo que de forma fragmentada, questões que dizem respeito à revisão das relações Estado e sociedade, outras formas de produzir e outras bases tecnológicas”.

No entanto, mesmo na avaliação do Governo Paralelo, há um reconhecimento de que, além de gerar divisas para o país, a produção agro-industrial capitalista responde atualmente pelo fornecimento de uma parcela significativa da cesta alimentar dos consumidores urbanos, a despeito de sua configuração social. As relações sociais internas ao complexo agro-industrial precisariam passar por algumas alterações políticas: “...parcela importante e crescente da produção agrícola desenvolve-se sob mecanismos de integração com as agroindústrias propriamente ditas e com a indústria alimentar, as quais possuem um forte poder de determinação das condições em que se dá aquela produção” (p. 13).

Uma crítica ao suporte político e social dos setores ligados aos “agronegócios” pode também ser encontrada nas ponderações de Renato MALUF : “...ao contrário do que sugere o discurso convencional dos representantes patronais do sistema agro-

---

<sup>11</sup> Conferência do Rio de Janeiro: “Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil”, Rio de Janeiro,

*alimentar, sua importância econômica e óbvia condição estratégica não justificaria confundir prioridade com a mera reedição de privilégios indiscriminados conferidos no passado, embora demandem políticas adequadas e diferenciadas. Ademais, elas não devem obscurecer, ao contrário, tornam mais importante a necessidade de profundas revisões nas relações sociais de produção em seu interior, desde a posse e uso da terra até as relações de trabalho, passando pelas relações agricultura familiar - agroindústria” (p. 23).*

A agricultura familiar não pode ser vista apenas sob o enfoque da oferta de alimentos para construção da segurança alimentar, mas como um segmento que é ao mesmo tempo produtor e beneficiário da segurança alimentar. Não se trata portanto de se criar unidades produtivas familiares e simplesmente colocá-las diante do mercado, mas tomar a agricultura familiar e a reforma agrária como parte de um projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico, no qual as políticas agrárias, agrícolas e sociais venham a aumentar a oferta de alimentos e também a aperfeiçoar as condições de vida do conjunto da população rural, inicialmente com a conquista da segurança alimentar no campo. Assim, fundamentado no conceito de segurança alimentar, o Estado pode oferecer vantagens adicionais e exclusivas a este segmento de produção agropecuária, com a construção de infra-estrutura social e produtiva, com a formulação de políticas sociais, e com a utilização de sua produção em programas de segurança alimentar para as populações urbanas mais vulneráveis. Um projeto político, de regulação das atividades econômicas de um segmento de produção agropecuária, com significativos efeitos sociais.

## CAP. 2 - A Agricultura Familiar no Brasil

Este capítulo tem entre seus objetivos analisar as formas de organização social na agricultura familiar, iniciando com uma rápida menção a algumas tentativas de elaboração de panoramas quantitativos, dimensionando assim a atual relevância social e econômica deste setor agropecuário no Brasil. Os dados obtidos nestas análises quantitativas somente são válidos se acompanhados das considerações teóricas e metodológicas que os fundamentam, e o alcance das polêmicas aí presentes ultrapassam a delimitação temática aqui proposta, no caso, a questão alimentar no meio rural. Isso explica a opção de trazer apenas indicações genéricas e parciais sobre as informações quantitativas e as considerações metodológicas disponíveis. Para um aprofundamento ou encaminhamento de outras questões, o leitor saberá da necessidade de consultar diretamente as fontes citadas.

A partir daí, e como resultado destas observações, afigurou-se-nos a importância de uma retomada das ponderações acerca da validade ou amplitude das análises sobre as “especificidades” contidas na produção agrícola familiar, e, como observara José Graziano da Silva, a decisão de se ressaltar estas especificidades muitas vezes objetiva legitimar a elaboração de políticas públicas prioritariamente voltadas ao fortalecimento desta forma social de produção<sup>12</sup>. Ou o contrário. Todavia, estas proposições esbarram na diversidade de situações sociológicas no interior da categoria “agricultura familiar”, sobretudo quando esta acaba por se confundir com empreendimentos considerados capitalistas, e, portanto, não mais “específicos”.

Para finalizar o capítulo, resgatamos alguns estudos sobre práticas alimentares no campo, aspecto a princípio também característico da produção agropecuária familiar no Brasil. Entre o mito da “autonomia alimentar” e o mito da “integração ao mercado”, encontram-se inúmeras situações intermediárias, as mais diversas combinações entre o

---

<sup>12</sup> No campo político, a ênfase na especificidade da agricultura familiar tem fundamentado algumas reivindicações dos diversos movimentos sociais no campo brasileiro, o que também é reconhecido pela Lei Agrícola n. 8.171/91. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) defende a proposta de destinar 50% dos recursos públicos de crédito rural para os agricultores familiares, com “equivalência produto”, subvenção de 30% para o crédito de custeio; especificidade que precisa também ser reconhecida pelas várias políticas públicas de desenvolvimento rural, como seguro agrícola, assistência técnica, pesquisa e extensão rural, comercialização e políticas sociais (DELGADO, 1995).

autoconsumo alimentar e a produção comercial - assunto que continua relevante para a observação empírica, para as formulações teóricas e metodológicas sobre a agricultura familiar, e também para o delineamento de políticas públicas visando aprimorar as condições sociais no campo brasileiro.

## 2.1 - Contextualização e Dimensão

Diversos estudos recentes mostram que nos assim chamados *países avançados* da Europa e da Ásia, Estados Unidos e Canadá, a formulação e implementação de uma política agrícola orientada para o desenvolvimento técnico e econômico da agricultura familiar, prioritariamente, aliada à difusão das políticas sociais próprias do *Welfare State* no período pós-45, promoveram sua modernização produtiva de forma eficiente e dinâmica, seja para o fornecimento direto de alimentos e matérias-primas aos centros urbano-industriais ou a integração destas unidades familiares no complexo agro-industrial ou agro-alimentar.

Historicamente, as políticas públicas desempenharam um importante papel neste processo. Para Claude SERVOLIN (1989:156), a relação entre agricultura e Estado *“...nos permite não apenas compreender como funciona a agricultura, mas também apreender algo sobre a natureza e o desenvolvimento do próprio Estado... O setor agrícola não funciona de maneira autônoma e isolada. Ele tem a necessidade da intervenção de um grande número de instituições sociais e principalmente estatais”*.

Esta regulamentação teve como ponto de partida uma série de características e condicionantes técnicos das atividades agropecuárias. A pulverização, estacionalidade e inelasticidade da oferta agrícola, além das variações climáticas e ambientais, geram uma instabilidade nos preços que pode inviabilizar a própria remuneração dos custos de produção. José Eli da VEIGA (1991:195-197) enfatiza que *“...as políticas agrícolas passaram, então, a combater esse fator de instabilidade e incerteza, compatibilizando a necessidade de reduzir gradualmente os preços alimentares ao consumidor com a necessidade de garantir um aceitável nível de vida para os agricultores”*. Ele acrescenta ainda que *“...foi a forma familiar de produção agrícola que teve seu desenvolvimento*

*apoiado em todos os países capitalistas centrais e em alguns países capitalistas periféricos que tiveram sucesso econômico, como são os casos de Taiwan e da Coréia do Sul*". Além disso, houve decidida ação política visando fortalecer e consolidar uma certa estrutura social no campo, fundamentada em unidades familiares, inclusive para aumentar o nível de consumo de produtos urbanos e industriais.

Entretanto, na América Latina em geral, e no Brasil acentuadamente, a viabilização social e econômica dos agricultores familiares foi preterida, e mesmo contrariada, por um processo de modernização de grandes unidades produtivas na forma de *plantation*. Jacques CHONCHOL (1994:346) avalia que *"...a atual modernização da agricultura latino-americana se caracteriza antes de tudo por sua heterogeneidade. Se desenvolve com muito maior intensidade em certas regiões, tocando muito menos ou quase nada outras regiões. Se concentra em certos produtos animais ou vegetais muito mais do que em outros. E finalmente, toca muito mais certos tipos de explorações que outros"*.

Alguns autores avaliam que esta modernização da agricultura brasileira, mesmo que parcial e socialmente excludente - daí a adjectivação "modernização conservadora" - estaria inserindo novos e complexos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura familiar no país. Para Geraldo MÜLLER (1989:44), foi o Estado que, sobretudo a partir dos anos 70, *"...patrocinou a superação do predomínio do modo de produzir tradicional pelo em industrialização, sem mexer nos interesses privados consolidados, vale dizer, tomando a estrutura fundiária e os interesses sociais organizados como dados..."*. Ele acrescenta que o complexo agro-industrial patronal moderno, tornara-se uma tendência predominante e irreversível - mesmo considerando que *"...uma enorme parcela da agricultura permanece não-integrada a esse dinamismo e enormes contingentes rurais em situação de pobreza e subnutrição"*.

Por outro lado, a despeito das limitações econômicas, sociais e políticas contra as quais se defrontam aqueles que realizam a produção agropecuária principalmente com trabalho dos membros de sua família, em pequenas estabelecimentos rurais, não podemos previamente desconsiderar sua potencialidade econômica e social, dada a existência de um conjunto diversificado de estratégias visando a reprodução e ampliação de suas atividades econômicas e de seu modo de vida.

Dentre estas estratégias produtivas e reprodutivas, formuladas a partir das condições locais, culturais e familiares, estão: a procura por trabalho assalariado externo à unidade familiar, de parte ou de toda a família; a migração definitiva dos filhos para as cidades, com ou sem um prévio investimento educacional; a aquisição ou arrendamento de terras para ampliação dos cultivos; a intensificação tecnológica do uso da terra, quando possível; a opção pela diversificação da produção agropecuária; o incremento do autoconsumo; a integração ao complexo agro-industrial; a participação em organizações cooperativas; a redução na intermediação na comercialização, etc.

Com esta flexibilidade e mobilização de recursos e atividades, variáveis conforme a disponibilidade, finalidade e a conjuntura econômica, a produção agrícola familiar continua expressiva mesmo num ambiente sócio-econômico a ela genericamente desfavorável. Diversas pesquisas foram já realizadas para dimensionar a importância da agricultura familiar contemporânea no Brasil. Vejamos algumas das mais recentes.

KAGEYAMA & BERGAMASCO (1989/90) fizeram uma estimativa com base nas relações de trabalho, tamanho da propriedade e aporte tecnológico. A tipologia elaborada pelas autoras partiu da identificação das “Empresas Não-Familiares”, que utilizam o trabalho familiar apenas na condução administrativa dos empreendimentos. Estes vêm a formar o conjunto patronal da produção agropecuária. Já a agricultura familiar ficou subdividida em outras três categorias: os “Familiares Puros”, que, inversamente, utilizam apenas trabalho familiar na produção e gestão das atividades. Entre estas duas categorias, distinguiram mais dois grupos “Familiares”: os que utilizam apenas trabalho assalariado temporário e os que utilizam trabalhadores assalariados permanentes, independentemente se utilizam ou não temporários. E a partir de tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1985 (IBGE), mostraram que as assim classificadas unidades agrícolas familiares foram responsáveis pela ocupação de 74% da população economicamente ativa na agricultura brasileira - utilizando cerca de 42,3% da área total. A agricultura familiar estaria sendo responsável por praticamente metade do valor da produção agropecuária brasileira.

Entretanto, como os dados da pesquisa foram retirados dos Censos Populacional de 1980 e Agropecuário de 1985, ficou dificultada a formulação de uma estimativa inequívoca do uso de trabalho familiar na produção agropecuária, uma vez que esta

variável não chegou a ser incluída na coleta daqueles dados pelo IBGE. Diante da ausência de informações direcionadas a avaliar cada forma social de produção agropecuária, houve certa dificuldade sobretudo para distinguirem os produtores familiares dos não-familiares (os patronais). Para superar tais limitações na base de dados empíricos, as autoras precisaram realizar algumas aproximações e induções, provavelmente com uma superestimação do setor familiar, em detrimento do patronal e de um conjunto de outras pequenas propriedades rurais que não estaria se constituído, necessariamente, em unidades de produção agropecuária.

Avaliações regionais sobre a agricultura familiar podem chegar a informações mais precisas. No Estado de São Paulo, BAPTISTELLA et al. (1991) estimaram, com base no valor da produção, que “...os produtos tradicionalmente destinados ao mercado interno, aqui classificados como: algodão, amendoim, arroz, feijão e milho estão distribuídos de forma eqüitativa nas categorias de produtores rurais. Os mini e pequenos produtores participam com 30,8% no total do Estado, os médios com 32,1% e os grandes com 37,1%”. Esta classificação em mini, pequeno, médio ou grande produtores obedeceu ao critério valor da produção gerado em cada estabelecimento, e não o tamanho da propriedade e suas relações de trabalho, como procuraram fazer KAGEYAMA & BERGAMASCO.

A ausência de um conjunto de informações estatísticas especificamente coletadas para uma avaliação consistente da situação sócio-econômica do setor agrícola familiar continua sendo um desafio para aqueles que se propõem a traçar um panorama do setor. Esta precariedade de informações quantitativas sobre a agricultura familiar no Estado de São Paulo pôde ser parcialmente atenuada através de novos parâmetros para a pesquisa de campo no *Levantamento de Previsão e Estimativa de Safra Agrícola*, do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo.

Para analisar os dados coletados, ABRAMOVAY et al. (1995) também classificaram os estabelecimentos rurais a partir de suas relações de trabalho, com a formulação de quatro categorias de produtores, tendo em vista a proporção do trabalho familiar frente à contratação de trabalho assalariado para o desenvolvimento das atividades produtivas. Assim, uma primeira categoria seria composta por aqueles que realizam sua

produção sem qualquer utilização de trabalho familiar, atuando somente com trabalho assalariado - ou seja, um estabelecimento tipicamente patronal. Em seu oposto, temos outra fundamentada exclusivamente no trabalho familiar, sem qualquer utilização de trabalho assalariado; uma terceira categoria seria formada pelos que chegam a usar trabalho assalariado, mas em quantidade inferior ao volume de trabalho familiar; e a última composta pelos agricultores que também usam trabalho assalariado, mas em quantidade superior ao trabalho familiar.

Os resultados da pesquisa indicaram uma precariedade da produção agrícola realizada exclusivamente com o trabalho familiar no Estado de São Paulo, em áreas menores que 20 hectares. Embora representem metade do total dos estabelecimentos agropecuários, este segmento estaria ocupando apenas 4,01% da área agrícola total, produzindo 3,85% do valor da produção e empregado 13,68% do total de horas de trabalho na agricultura paulista. A preponderância da agricultura patronal ficou evidente. As duas categorias com maior participação de trabalhadores assalariados requisitaram 59,99% do tempo de trabalho utilizado na produção total, 66,24% da área cultivada e geraram 67,16% do valor da produção.

A classificação tipológica fundamentada nas relações de trabalho e a metodologia para mensuração da importância econômica de cada segmento “familiar” com base no *valor da produção*, aproximam as pesquisas realizadas por KAGEYAMA & BERGAMASCO e a de ABRAMOVAY et al., mesmo que os resultados numéricos destas pesquisas sejam algo divergentes. A partir daí temos elementos para iniciar um importante debate teórico e metodológico a fundamentar as tentativas de caracterização e quantificação da agricultura familiar. Talvez uma das maiores dificuldades neste tipo de abordagem seja justamente o de encontrar com exatidão o *valor da produção* gerado pela agricultura familiar.

Algumas questões iniciais podem ser colocadas acerca do *valor da produção* nos estudos sobre agricultura familiar. A primeira é se precisamos considerar a possibilidade da existência de especificidades na racionalidade econômica dos agricultores familiares, e, conseqüentemente, na forma de calcularmos o valor de sua produção, sobretudo pelo nível de detalhamento que isso pode demandar. Isso acena para a necessidade de

estabelecimento de critérios adequados a esta atividade econômica, não necessariamente idêntica à lógica empresarial patronal. A segunda questão, e articulada com a primeira: a existência de uma multiplicidade de práticas produtivas e comerciais, mesmo no interior de cada um daqueles sub-setores da agricultura familiar, o que afeta o rendimento líquido, a quantidade de trabalho utilizado, e, portanto, sua renda. E terceira: sobre a forma de inserir na análise das relações de trabalho o elemento comunitário, a troca de dias, o mutirão, o compadrio e a ajuda mútua, bem como outras atividades não-monetarizadas na produção familiar, ou ainda a relação de dependência e subordinação da agricultura familiar à grande propriedade.

ABRAMOVAY et al. (1995:13) ressaltam que “...nossos dados mostram uma imensa diversidade no interior da agricultura familiar que, dificilmente, pode ser reduzida a certas leis comuns explicativas de seu comportamento. Mas para isso, é necessário um trabalho que incorpore aquilo que esteve ausente de nossos dados: informações referentes à própria família e à maneira como esta se relaciona com a unidade produtiva”. Continuam então presentes significativas lacunas para a elaboração uma estimativa quantitativa precisa da produção agropecuária em unidades familiares, partindo de uma determinada tipologia de produtores rurais familiares, diante dos limites seja para delimitarmos aqueles que realmente são produtores familiares, separadamente dos que produzem em bases “patronais”, seja para um cálculo rigoroso do valor da produção e da renda dos segmentos de agricultura familiar, além de outras variáveis produtivas, comerciais e organizacionais relevantes para o setor. Inserir nas informações estatísticas a multiplicidade de situações sociais e produtivas do meio rural continua sendo um nobre objetivo, mas de difícil encaminhamento.

O Relatório da FAO (GUANZIROLI, 1995) parte igualmente de uma separação entre agricultura patronal e agricultura familiar, reeditando uma dimensão política presente nos debates sobre segurança alimentar, entre outros. A agricultura familiar, por sua vez, foi classificada em três subgrupos: *agricultura familiar consolidada*, *agricultura familiar em transição* e *agricultura familiar periférica*. A distribuição e quantificação destes setores, sujeitas a semelhantes restrições metodológicas das pesquisas citadas anteriormente, estão representadas na Tabela que reproduzimos a seguir:

TABELA 2 - Área média e pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas brasileiros, segundo categoria (1994 - estimativas)

Categoria	Área Média (há)	área total (%)	Pessoal ocupado (por estab.)	Pessoal ocupado (milhões)	% do total ocupado
Unidade Patronal	600	75	10	5	20
Familiar Consolidada	50	19	4	6	24
Familiar de Transição	8	5	3	7,5	30
Familiar Periférica	2	1	2,5	6,5	26
Totais	57	100	4	25	100

Fonte: FAO, (GUANZIROLI, 1995).

As tipologias procuram organizar a massa de informações empíricas com a finalidade de nortear a adoção de políticas públicas para o campo. O Relatório da FAO sugere a formulação de políticas públicas diferenciadas e adequadas às especificidades de cada um destes segmentos da agricultura familiar: “...o grande desafio é a criação de instrumentos que gerem novas oportunidades de expansão e/ou reconversão produtiva para o maior número possível de estabelecimentos que se encontram na categoria transitória entre a ‘periférica’ e a ‘familiar consolidada’ ”. Já para a agricultura familiar chamada *periférica*, cuja principal característica seria a reduzida disponibilidade ou carência completa de recursos fundiários, a pesquisa da FAO recomenda, além do estímulo à geração de empregos preferencialmente na *agricultura familiar consolidada*, a implementação de assentamentos de reforma agrária e outras políticas de acesso à terra.

Nesta mesma terminologia utilizada pela FAO, a implementação dos assentamentos de reforma agrária estaria permitindo uma primeira transição, a promoção social e econômica do setor mais empobrecido da população rural brasileira, a passagem de um setor agrícola familiar *periférico* a uma nova condição, *transitória* para a consolidação num patamar moderno, eficiente, dinâmico. Sua transformação num setor

economicamente *consolidado* ou seu retorno à situação anterior irá depender de diversos fatores econômicos, sócio-culturais e institucionais.

Outra estimativa sobre a agricultura familiar no Brasil, e uma resposta à proposta presente no documento da FAO, foi apresentada por José Graziano da Silva. Utilizando informações coletadas nos anos 80, ele pondera que estaria ocorrendo uma redução no total de “familiares puros”, um fracionamento ainda mais acentuado do setor periférico da agricultura familiar (minifundiários, ou o *lumpesinato*, como prefere), e a expansão de outros segmentos produtivos: o tipicamente capitalistas, as empresas familiares consolidadas e o “farmer caboclo”, que, assim como as empresas familiares, estaria combinando trabalho familiar e assalariados temporários, com um pouco mais de dificuldade e com parcial mecanização da produção.

A partir deste diagnóstico, ele sugere, discordando das proposições da FAO, uma prioridade das políticas públicas para a “camada periférica” da agricultura familiar: *“...quer me parecer que as demandas em termos de políticas agrícolas do segmento da agricultura familiar consolidada... estão muito mais próximas das dos setores tipicamente capitalistas. E os segmentos de agricultura familiar mais fragilizados, aqueles que foram chamados de ‘transição e periférico’... são os que mais necessitam de políticas fortemente diferenciadas em relação aos produtores capitalistas e empresas familiares...”* (GRAZIANO DA SILVA, 1995:776).

A despeito da heterogeneidade social presente no interior da categoria social “agricultura familiar”, e do risco de inserirmos aí alguns segmentos de produção capitalista, ainda assim são freqüentes as afirmações, às vezes em tom de denúncia política, de que as políticas governamentais - na medida em que mantiveram praticamente os mesmos mecanismos institucionais, nesta primeira metade dos anos 90 - não criaram novas condições para a agricultura familiar. O apoio prioritário e estável das políticas públicas à agricultura familiar e a aceleração dos programas de acesso à terra, ainda não chegaram a ser estruturados completamente nesta primeira metade dos anos 90. Segundo o relatório da FAO: *“...infelizmente, as vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira”* (p. 3).

Mesmo com o estabelecimento de linhas especiais de crédito para assentamentos de reforma agrária (PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) e demais agricultores familiares (PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), cuja cobertura e intensidade ainda estão por ser avaliados, persistem consideráveis impasses tanto para a implementação do programa<sup>13</sup>, como também para a partir daí resolver um conjunto de outros problemas sobretudo tecnológicos e comerciais, de transporte, acesso a informações, assistência técnica, a recuperação de áreas ambientalmente desgastadas, sob a posse de uma população dispendo de uma precária infra-estrutura social de saúde, educação, eletrificação, previdência social, habitação, lazer e outros fatores de urbanização do campo.

Portanto, são grandes as dificuldades que se antepõem ao desenvolvimento social e econômico do setor agropecuário familiar no Brasil. Dificuldades em muitos casos decorrentes do contexto social, econômico e político no qual se inserem estes produtores, e da ausência ou limitada extensão de políticas públicas, sociais e de urbanização do campo. Ainda José Graziano da Silva: *“Por isso, ao lado da política agrária, uma estratégia mais ampla de combate à pobreza no país, tem que incorporar uma proposta de urbanização desse mundo interiorano: dotar as vilas rurais de infra-estrutura adequada (luz elétrica, água potável, saneamento básico, ensino, saúde, creches, etc.); e estimular a instalação de agroindústrias e indústrias de pequeno porte, tanto para aumentar o valor agregado da produção local e evitar os ‘passeios de safra’, como para absorver a força de trabalho agrícola excedente, especialmente dos jovens ”* (GRAZIANO, 1995:777).

Diante do leque de obstáculos enfrentados pela agricultura familiar no Brasil, Maria de Nazareth B. WANDERLEY (1995:38) avalia que *“...a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor ‘bloqueado’, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma específica de produção”*. Apesar deste “bloqueio”, a agricultura familiar resiste, reaparece na forma de

---

<sup>13</sup> *“...não se pode esquecer que as políticas públicas representam uma forma objetivada das relações de poder. É desta forma que elas podem viabilizar as continuidades estruturais, defendidas pelos interesses dos grupos já consolidados no poder”*, de acordo com Sueli do COUTO ROSA (1995, p. 191).

eficientes movimentos sociais de luta pela terra, e um dos desafios da Sociologia Rural contemporânea é justamente saber como e porque, em suas especificidades e diversidades.

## 2.2. - Especificidades e Diversidades

A formulação das estratégias produtivas e reprodutivas na agricultura familiar, e sua interação nos sistemas de mercado, nos remetem às importantes considerações presentes nos estudos sócio-antropológicos e econômicos sobre o meio rural. E um primeiro ponto a ser analisado é em que medida a agricultura familiar, devidamente diferenciada das unidades patronais, guarda alguma particularidade organizacional e produtiva que lhe confira especificidade se comparada aos empreendimentos patronais na agropecuária.

Embora clássica, esta questão continua pertinente e atual, sobretudo na busca de alternativas práticas ao “subdesenvolvimento”, através das políticas de extensão, comunicação ou educação voltadas à agricultura familiar. Podemos ainda mencionar que o enfoque sobre estas especificidades econômicas irá repercutir nas avaliações da própria “renda” obtida pelo setor, bem como em sua classificação tipológica. Desconsiderar suas particularidades pode resultar em subestimações da importância sócio-econômica da agricultura familiar, o que, ademais, carrega fortes implicações políticas, como veremos sobretudo no próximo capítulo.

Todavia, não há consenso teórico sobre esta presumida especificidade produtiva e organizacional da agricultura familiar, nem sobre seu significado e extensão. SHANIN (1989:3) pondera que são três as principais vertentes explicativas para a organização econômica dos grupos camponeses: “...1) dizer que os camponeses não são um grupo diferenciado dentro da sociedade e que, portanto, não precisam de uma teoria específica; 2) dizer que os camponeses formam um grupo diferenciado, mas sem necessidade de uma teoria específica, podendo ser utilizada a teoria tradicional; 3) dizer que os camponeses são um grupo diferenciado e que precisam de uma teoria específica”. Esta última perspectiva teórica, elaborada consistentemente e de forma pioneira por Alexander CHAYANOV, foi retomada, complementada e adaptada por muitas outras

pesquisas, algumas delas buscando combiná-la com elementos explicativos de outras matrizes de explicação sócio-econômica<sup>14</sup>.

A particularidade, a lógica específica de funcionamento e organização social da agricultura familiar constitui-se num dos pressupostos da interpretação de CHAYANOV (1985: 230), já nas primeiras décadas deste século: "...na unidade econômica de exploração doméstica, o capital está sujeito a outras leis e ocupa um lugar diferente daquele que ocupa nas empresas capitalistas". Nesta argumentação, as estratégias produtivas e reprodutivas da agricultura familiar - a utilização de trabalho familiar e a procura por um equilíbrio entre este trabalho familiar e as necessidades de consumo do grupo doméstico - se diferem das estratégias produtivas das empresas capitalistas no campo ou na cidade, que através da utilização de trabalho assalariado buscam uma acumulação de capitais.

A tese da especificidade organizacional da agricultura familiar tem como suporte o postulado chayanoviano de que o produtor familiar elabora um determinado cálculo econômico para chegar a um ponto ótimo entre suas necessidades de consumo doméstico e os meios para satisfazê-las, a partir de uma determinada estrutura de produção agropecuária. Estaria visando a satisfação e o aperfeiçoamento de seu modo de vida e atividades econômicas, buscando um ponto de equilíbrio entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1985). Diferentemente, uma empresa rural capitalista tem como objetivo principal fazer com que seus empreendimentos permitam uma acumulação de capitais, através da transformação de mercadorias em dinheiro, mercadorias estas produzidas através do uso intensivo de trabalho assalariado.

Outro aspecto que pode conferir especificidade organizacional à agricultura familiar diz respeito às organizações comunitárias de trabalho. A produção agrícola realiza-se com uma acentuada variação sazonal na necessidade de força de trabalho,

---

<sup>14</sup> Ricardo ABRAMOVAY situa a polêmica entre Theodore Shultz e Michael Lipton nos anos 60 como um momento onde o tema pôde ser aprofundado nas Ciências Econômicas. Para Shultz, embora o comportamento econômico dos agricultores familiares não tenha uma natureza diversa em relação aos demais setores integrados à competitividade de mercado, permanece a necessidade de se criar políticas públicas para que estes produtores possam alcançar um outro patamar de produtividade e comercialização. Por outro lado, Lipton argumenta que o campesinato demonstra capacidade de operar eficientemente os meios que dispõe para atingir os objetivos que procura. Nestes dois autores, a racionalidade econômica dos

concentrando-se em determinadas fases do processo produtivo. Max Weber assinala que *“...o problema mais importante que qualquer constituição do trabalho no campo tem que resolver, em especial nas grandes unidades agrícolas que utilizam, não a força de trabalho familiar do proprietário, mas exclusivamente a força de trabalho alheia, é a questão da distribuição desigual de trabalhadores requeridos em cada uma das estações do ano”* (WEBER, 1981:20). A agricultura familiar e a agricultura patronal podem não manter a mesma dinâmica de relações sociais para equacionar esta desigual distribuição anual do trabalho agrícola. O uso de trabalho familiar, associado ou não à contratação de assalariados, ou ainda à prática da troca de dias, ajuda mútua e mutirão, a utilização de formas comunitárias e informais de organização do trabalho nos períodos de maior demanda de trabalho, podem conferir ao agricultor familiar uma característica própria, enquanto que em unidades patronais o trabalho assalariado fundamenta a produção.

Fatores relacionados à inserção da agricultura familiar em relações econômicas, sociais e políticas também respondem pelo caráter não estritamente empresarial de suas atividades. São apontados “fatores externos” como a precariedade, instabilidade ou insuficiência das políticas agrícolas e sociais para os agricultores familiares no Brasil; a pressão política do latifúndio; a subordinação (in)formal ao capital, a parcialidade de sua inserção nos sistemas mercantis. Permanece então para uma parcela da agricultura familiar uma intensa relação entre o encaminhamento da produção e as necessidades de consumo do grupo familiar. A hipótese chayanoviana da especificidade organizacional da agricultura familiar, seja por fatores internos ou externos, continua bastante recorrente em estudos recentes sobre a agricultura familiar brasileira, ao menos como referência para um controverso debate teórico e metodológico sobre alguns importantes aspectos.

Mas independentemente da existência ou da extensão destas especificidades, o tema nos convida a observar atentamente a dinâmica da produção agropecuária do setor familiar. E diversos estudos procuram compreender sobretudo o impacto da ampliação das modernas relações de mercado no interior da tradicional organização “camponesa”. Para ficarmos em apenas duas linhas temáticas de pesquisas, podemos citar: a) os estudos

---

agricultores camponeses precisa ser compreendida a partir do contexto, das instituições sociais e estatais com as quais estes produtores realizam sua produção (ABRAMOVAY, 1992:79-97).

sobre a "subordinação ao capital"<sup>15</sup>, que trouxeram para a análise a dimensão política da inserção do setor agrícola nos sistemas de comercialização ou no complexo agro-industrial; b) análise da relação destas unidades familiares de produção agrícola com as instituições sociais e com as políticas públicas/estatais de desenvolvimento rural<sup>16</sup>.

Por outro lado, a heterogeneidade de configurações sociais e produtivas presentes no interior da agricultura familiar nos acena para os limites de se tentar efetuar uma separação completa entre o conjunto de empreendimentos patronais no campo e os familiares, seja em termos sociais, ou em termos de operacionalidade técnica e comercial do sistema produtivo. As fronteiras entre agricultura familiar e agricultura patronal nem sempre são facilmente determinadas com precisão. A utilização pela agricultura familiar de trabalho assalariado temporário e sazonal, em contraposição a períodos com poucas atividades a realizar, uma exigência do processo produtivo na agricultura, abre um conjunto de alternativas quando se trata de fixar os critérios objetivando distinguir agricultura familiar e patronal. Mas esta ressalva certamente não é válida para todos os casos, e precisa ser cuidadosamente averiguada para que, em decorrência da ausência de embasamento teórico e empírico sobre a questão, não sejam secundarizados os contrastes que historicamente vêm caracterizando a sociedade brasileira.

A diversidade de situações na agricultura familiar recebeu de Maria Isaura Pereira de QUEIROZ (1973) uma importante interpretação. Sua conceitualização parte de uma distinção entre duas categorias básicas de produtores familiares: "agricultores" e "camponeses": *"O camponês vive do que produz, e utiliza para troca ou venda aquilo que não emprega no consumo diário; o agricultor produz para o mercado local, regional ou internacional, seu primeiro objetivo é o lucro e em geral se especializa no cultivo de um ou dois produtos; sua própria subsistência não depende do que planta, e sim da venda da colheita, que lhe permitirá adquirir o que não cultiva"* .

De acordo com esta interpretação, o *camponês* organiza sua produção conforme suas necessidades internas de consumo; é um produtor voltado para si e que comercializa aquilo que lhe é excedente; o *agricultor*, por outro lado, seria um produtor exclusivamente de mercadorias. Em comum, possuem não apenas o trabalho familiar, mas o fato de que a

---

<sup>15</sup> Ver: TAVARES DOS SANTOS (1978), PESSANHA (1981), WANDERLEY (1989).

comercialização do excedente pelo *camponês* é tão importante quanto a comercialização das mercadorias pelo *agricultor*: “...num como noutro caso, estamos diante de pequenos produtores autônomos e independentes em seu trabalho, que executam apenas com os braços da família, e do qual lhes cabe a iniciativa e a responsabilidade; este caráter é primordial para distinguir *camponês* e *agricultor* de outras categorias rurais, como o *fazendeiro*, o *grande criador*, o *latifundiário*, que não trabalham diretamente suas propriedades, mas comandam o trabalho alheio”.

Portanto, a análise da diversidade na agricultura familiar precisa considerar a *intensidade* da integração destes produtores ao mercado e as estratégias de consumo alimentar da família. A separação entre *agricultores* e *camponeses*, é no entanto, relativizada pela autora: “o fator mais importante de integração de *sitiantes* e *pequenos proprietários*, - sejam eles *camponeses* ou *agricultores*, - numa zona ou numa região, é a *economia*, que os obriga sempre a romper o isolamento, se desejam manter um nível satisfatório de vida. *Camponeses e agricultores plantam para si e para negociar*; seus negócios levam-nos à sede do município, a outras zonas, à cidades grandes, e tais viagens têm periodicidade e regularidade... A independência e autonomia econômicas do *roceiro brasileiro* são, porém, elementos característicos de toda *economia camponesa*” (QUEIROZ, 1973:129).

Sua análise coloca de um lado as unidades patronais, no Brasil em grande medida associadas à grande propriedade, e de outro o setor familiar, diversificado em certos aspectos, semelhante em outros. Importa então saber o tipo de inserção do agricultor no mercado, sua relação com a cidade, as instituições envolvidas neste processo, pois tanto *camponeses* quanto *agricultores* necessitam de alguma interação econômica e política, ainda que instável e precária, com base em relações políticas e econômicas historicamente as mais diversas. Mas importa também observar como agricultores familiares e camponeses utilizam os recursos da própria unidade produtiva para satisfazer suas necessidades de consumo alimentar.

Uma recente pesquisa comparativa realizada simultaneamente em cinco países (Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia), coordenada por Hugues LAMARCHE

---

<sup>16</sup> Ver: VEIGA (1991), ABRAMOVAY (1992).

(1994:60), na qual foi aplicada uma metodologia de observação sistemática das especificidades da lógica produtiva e da racionalidade sócio-econômica da agricultura familiar, chegou a algo similar a esta relativização da oposição entre autonomia e mercado. A diversidade entre as unidades familiares seria compreendida a partir da combinação de variáveis como a importância do trabalho familiar na realização da produção, e o grau de dependência tecnológica, financeira e comercial destas atividades. Observaram-se as diferentes formas de adaptação dos agricultores familiares às condições sociais e produtivas.

As famílias incluídas na amostragem foram situadas de acordo com a intensidade das relações comerciais para obtenção de tecnologias, financiamentos e distribuição de produtos. Buscou-se, enfim, uma avaliação da hipotética polarização teórica entre “autonomia camponesa” e “inserção nos sistemas de mercado” (o de trabalho, inclusive). Os dados da pesquisa de campo evidenciaram uma aproximação: *“...aparece muito claramente que todas as explorações estudadas permanecem em situação intermediária em relação aos extremos, como se elas não desejassem ou não pudessem se aprofundar em seu respectivo modelo ‘ideal’. Esta prudência pode ser considerada como um fator de equilíbrio na medida em que estas explorações procuram conservar uma certa margem de manobra, uma capacidade de regulação e adaptação aos diversos obstáculos, tanto internos como externos, que devem regularmente enfrentar”*. Por outro lado, existem diferenças significativas nas condições da produção familiar em cada país, ou mesmo no interior de um mesmo país. Mas em geral, enquanto a França estimula sua produção familiar, a Polônia apenas a tolera, e o Brasil a “bloqueia”.

Diante da precária e instável inserção de parcela significativa da agricultura familiar brasileira ao mercado, aumenta a importância das estratégias voltadas para uma relativa autonomia, principalmente, mas não exclusivamente, daqueles segmentos que se localizam na também tênue fronteira que os separa da pobreza. O autoconsumo de alimentos pode ser então compreendido como um dos instrumentos de resistência da agricultura familiar, um potencial a ser explorado, variável conforme a conjuntura e a região do país, visando a garantir suas condições mínimas de reprodução, ou ainda permitir que a renda monetária oriunda da comercialização da produção agropecuária tenha outro destino que não a

alimentação, sobretudo enquanto não houver um aperfeiçoamento nas relações que são estabelecidas com o *mercado* e com a *cidade*, com as instituições públicas e privadas envolvidas na produção agropecuária.

### 2.3. - As Práticas Alimentares

No que se refere à alimentação da população rural, estima-se uma ampliação crescente da adoção de hábitos de consumo alimentar associados aos complexos agroindustriais e comerciais em geral. Mas ainda hoje, não só como decorrência da instabilidade da integração comercial dos agricultores familiares, mas também por fatores sociais e culturais que precisam ser estudados de forma mais sistemática e detalhada, uma parte da alimentação das famílias rurais brasileiras com acesso à terra permanece sendo produzida no interior da própria unidade de produção agropecuária.

O autoconsumo alimentar e os intercâmbios inter-familiares e comunitários de alimentos estão entre as práticas que conferem aos agricultores familiares características sociológicas que os distinguem de “empresas rurais” e do proletariado rural. Em certo sentido, e para muitos casos, não há dissociação entre o local de produção e o de consumo, o trabalho e a moradia. Uma alimentação adequada do grupo doméstico, como veremos, pode chegar a ser completamente suprida por uma produção própria. Também por este fator, reafirma-se, além da especificidade organizacional da agricultura familiar, sua capacidade para flexibilizar recursos e atividades em função dos estímulos do mercado e da sociedade, através de uma combinação entre a geração de valores-de-troca e o consumo de valores-de-uso.

A agricultura familiar pode ser interpretada não apenas um espaço para a produção de mercadorias e valorização patrimonial, mas também um espaço habitacional, de integração com a cidade, de vida comunitária e de obtenção de alimentos. Um modo de vida, enfim. Constitui-se num setor social que apenas parcialmente pode ser comparado com empresas rurais ou com o proletariado, embora possa rumar para ou apresentar semelhanças com estas duas situações. Estas características podem potencializar a eficiência das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar,

sobretudo quando se tem como objetivo a criação de melhores condições de vida e de trabalho no campo.

Existem inúmeros estudos sobre a complexa dinâmica entre autonomia e integração nas unidades familiares de produção agrícola. O enfoque desenvolvido por Chayanov inspirou muitas destas pesquisas, em grande medida pela apreciação das potencialidades para se promover um gradual desenvolvimento econômico e social destes agricultores: *“Somente de modo gradual, ao ir aumentando a produtividade da força de trabalho e ampliar-se o pressuposto pessoal para cobrir as necessidades familiares, o chefe da exploração pode destinar uma quantidade cada vez maior do ingresso para a renovação e formação do capital”* (CHAYANOV, 1985:238).

A perspectiva de ABRAMOVAY (1992:115) destaca a historicidade de cada comunidade em particular a partir de sua inserção em relações políticas e econômicas mais amplas. Se existem fatores internos à microeconomia camponesa que permitem uma relativa autonomia, os vínculos mercantis e impessoais que o *campesinato* estabelece com o restante da sociedade são constantemente alterados de acordo com a dinâmica macroeconômica e seu impacto na economia regional e local. A qualidade e intensidade destes processos interferem na organização interna da unidade de produção agrícola familiar, tornando-a igualmente histórica: *“...o campesinato caracteriza-se não só por sua organização social específica, mas pela forma como se insere na sociedade global através de laços econômicos particulares”*.

As potencialidades da agricultura familiar no Brasil dos anos 90 são então avaliadas a partir das possibilidades de expansão do consumo de alimentos pelo conjunto da sociedade brasileira, e neste sentido, há uma indicação sobre segurança alimentar: *“...seria necessário que a produção brasileira de grãos dobrasse para que o País atingisse a segurança alimentar adequada às necessidades de uma população tão numerosa... Porém, sobre a base de que setores sociais o País pretende atingir sua segurança alimentar?”*. Para ele, a resposta está na agricultura familiar, que pode ser dividida em dois tipos ideais, no sentido weberiano: *“Quais são estes tipos? Camponeses, por um lado, agricultores profissionais, por outro. Entre eles não existe um continuum,*

*mas uma ruptura dada fundamentalmente pelos ambientes sociais em que vivem*" (ABRAMOVAY, 1993: 27).

Para ABRAMOVAY (1992:130-131), "...o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social". As estratégias sociais que vinham permitindo, mesmo que precariamente, sua reprodução social, e que poderiam lhes conferir certa autonomia e especificidade, estariam sendo estabelecidas enquanto "...reação a um ambiente econômico onde tudo leva o agricultor à mais completa dependência pessoal daqueles pelos quais passa sua inserção na divisão social do trabalho. Neste sentido, o caráter imperfeito dos mercados é um elemento central na definição de campesinato".

O intercâmbio comercial impessoal, cuja formação de preços teria como requisito, entre outros fatores, a ausência de influência de atores econômicos individuais, em muitos casos simplesmente não existe, diante de obstáculos encontrados pelos agricultores para a obtenção de créditos, insumos, informações, comercialização, transporte, ocupação da terra. "Assim, muito mais importante que a capacidade competitiva típica de uma estrutura concorrencial de mercado, é a formação da cadeia de patronagem, clientelismo e dependência em que a reprodução camponesa se apoia" (ABRAMOVAY, 1992:118). Esta perspectiva tem o mérito de focalizar as complexas relações sociais indispensáveis ao desenvolvimento técnico e econômico da produção, e de cobrar a responsabilidade das políticas públicas na alteração de relações sociais arcaicas que impedem ou não estimulam o desenvolvimento econômico da agricultura familiar.

Por outro lado, permanecem - até mesmo como resposta a este contexto desfavorável, onde as relações sociais e políticas são também bastante diversificadas - outros variados suportes sociais e econômicos sobre os quais se apoiam as *comunidades camponesas*. As pesquisas realizadas por Afrânio Garcia Jr. partem das observações empíricas das estratégias produtivas, reprodutivas e comerciais de agricultores familiares no Brasil, envolvidos em um determinado contexto social e econômico, bastante diferente do padrão de políticas públicas formulado, nos últimos cinquenta anos, nos *países avançados*. São pequenos agricultores que continuam inseridos em "mercados

imperfeitos”, precários, e dispendo de políticas governamentais inconsistentes, quando existentes.

Dentre os vários aspectos presentes em seus estudos, destacaremos aqui suas observações sobre as combinações entre os *cultivos comerciais* e os *cultivos para o gasto da casa*, que podem assumir um amplo elenco de configurações particularizadas: “...o consumo socialmente necessário do grupo doméstico, o gasto da casa, é um referente contínuo, um pressuposto que atinge as próprias condições sociais de produção. Os produtos podem vir pela produção direta do grupo doméstico, ...podem vir pela venda a dinheiro da produção doméstica e a aquisição do consumo necessário, ...podem vir das n combinações possíveis destas produções, sempre tendo como referente o consumo socialmente necessário, de um lado, que depende da composição de cada grupo doméstico, em número de membros, sexo e idade; e por outro lado a composição do grupo doméstico por sexo e idade que configura determinadas possibilidades e impossibilidades de mobilização da força de trabalho familiar” (GARCIA JR., 1987:122).

Afrânio Garcia Jr. acrescenta que estas duas esferas, a do *gasto familiar* e a da *comercialização*, embora estejam presentes no mesmo sistema agrícola, podem apresentar certa “segmentação”. Há uma esfera comercial, onde “...tudo é contabilizado a dinheiro; outra em que ‘não se conta’, ‘onde não entram os preços’, onde o cálculo, ou as decisões práticas que ocupavam este lugar é se o produto é ‘suficiente’ ou ‘insuficiente’ para o consumo da casa” (GARCIA, 1987:118). Estas duas esferas, apesar de distintas, segmentadas, não são estanques. O princípio da *alternatividade*, que Garcia Jr. retoma da obra de Tepicht indica que um elenco de produtos agropecuários pode ser comercializado ou retido para o consumo doméstico ou para comercialização posterior.

Ricardo ABRAMOVAY (1992:115,116) explica que esta alternatividade, esta *flexibilidade* diante do mercado, esta opção entre comercializar a produção ou esperar para comercializá-la numa ocasião mais oportuna, está presente na racionalidade de qualquer produtor mercantil, mas o que particulariza a produção camponesa é que “...*caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido*”. Ele acrescenta, citando estudos de Schlüsselhuber, que o

autoconsumo alimentar nos estabelecimentos agrícolas franceses é pouco conhecido e mesmo subestimado, e como exemplo apresenta a estimativa de que “...quase quarenta por cento do orçamento alimentar dos casais de agricultores é constituído por produtos autoconsumidos. Praticamente todos os agricultores possuem uma horta, dois terços dos suinocultores destinam seu produto ao consumo doméstico e a maioria da produção francesa de coelhos é autoconsumida”.

Portanto, seja do ponto de vista teórico; das observações etnográficas das populações rurais brasileiras; ou se partimos das avaliações estatísticas dos assentamentos (como veremos no próximo capítulo) e da agricultura familiar, elaboradas pela FAO, precisamos considerar que os sistemas familiares de produção agrícola continuam permitindo ao produtor a combinação de estratégias de inserção no mercado e modernização tecnológica com as práticas de auto-abastecimento alimentar, ao menos parcial, do grupo doméstico.

Em um trabalho de Carlos Rodrigues BRANDÃO (1981:95-98) há um enfoque em que, ao longo da pesquisa etnográfica, os pequenos agricultores são chamados a falar enquanto consumidores de alimentos - “...um alguém que finalmente come e que possui idéias sobre o que come”. Entre os lavradores goianos, Brandão encontrou uma classificação simbólica dos alimentos permeada pelas relações destes sujeitos com a cidade e com o meio ambiente, começando pelas possibilidades de caça: “A comida não obtida na natureza (coleta) e não produzida na fazenda (trabalho) é obtida ‘de fora’, na cidade (compra). O sal sempre pertenceu a esta categoria”.

Além da coleta direta da natureza, incluindo a pesca, que em algumas regiões do Brasil ainda é indispensável para a complementação da dieta da população rural, resta uma divisão, identificada por Brandão, entre a *comida da fazenda*, fruto do próprio trabalho, e a *comida da cidade*, comprada. A *comida da fazenda* apresentava três subdivisões: a *comida do pasto* (gado), a *comida do quintal* (aves, ovos, porcos, banha, frutas, legumes, verduras, mandioca, abóbora, cará, etc.) e a *comida da lavoura* (arroz, milho, feijão, mandioca). A *comida da cidade* era composta basicamente por sal, macarrão, açúcar, enlatados, algumas verduras, etc.

As práticas de abastecimento alimentar entre as comunidades rurais, como observou Brandão, neste estudo de caso, são elaboradas a partir dos recursos naturais e sociais disponíveis para cada família. As possibilidades de intercâmbio com a *cidade*, seja pela troca direta ou pela comercialização simples, são constantemente avaliadas pelos pequenos agricultores, já que uma parte da própria alimentação precisa muito freqüentemente ser adquirida na cidade.

Esta integração pode ser suprida com a renda monetária obtida com a comercialização de uma parte de sua produção agropecuária ou através do assalariamento, temporário ou permanente, de parte ou de toda a família. Todavia, o processo de proletarização das famílias camponesas tem na desestruturação dos cultivos de subsistência um marco decisivo. É justamente o que foi observado por Teresa SALES (1982:129-133). Ela notou que, num determinado momento, os agricultores familiares nordestinos da região do agreste “... só trabalhavam na condição de assalariados na cana-de-açúcar no verão, quando já tinham realizado o ciclo das lavouras no roçado. E o pouco trabalho restante, bem como o cuidado com o sítio, poderia ficar ao encargo dos outros membros da família... O migrante agrestino de hoje não complementa apenas sua subsistência pelo assalariamento temporário, mas sua subsistência é assegurada em grande parte por este assalariamento. Se é um trabalho temporário, é decorrência do próprio ritmo de atividade e da evolução mais recente da economia canavieira”. A produção de alimentos para o consumo do grupo familiar nem sempre contém o mesmo significado, a mesma importância, a mesma finalidade e intensidade.

As atividades de autoconsumo alimentar na agricultura familiar vêm sendo relacionadas ao fenômeno da “pluriatividade” no meio rural. Em cada país, em cada região, e mesmo no interior de uma determinada região, o trabalho agrícola familiar constitui-se numa combinação de múltiplas tarefas, dentro e fora da unidade de produção, no meio rural e no meio urbano. A pluriatividade, assim como o autoconsumo alimentar que aí se insere, nem sempre tem o mesmo significado histórico e organizacional. A heterogeneidade da agricultura familiar se relaciona com as características da pluriatividade que cada agricultor realiza; ou seja, o uso da noção de pluriatividade não

pode homogeneizar fenômenos sociais distintos, pois isso envolve um conjunto diversificado de relações sociais, inclusive a proletarianização (CARNEIRO, 1995:50-56).

O autoconsumo alimentar pode não possuir o mesmo significado e abrangência entre os diferentes grupos da produção agropecuária familiar. O montante da produção autoconsumida de alimentos pode variar bastante, e não podemos estabelecer preliminarmente uma relação direta entre a tecnificação da produção e o abandono do autoconsumo alimentar.

Uma abundante produção de alimentos para o autoconsumo pode coexistir com uma produção comercial. Há um estudo muito interessante da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), no Estado de São Paulo, sobre autoconsumo de alimentos entre pequenos agricultores, que propõe o estabelecimento de “...um módulo de exploração comercial que, somado em termos de área a um módulo de subsistência, comporia uma unidade de produção de dimensões mínimas, necessária à existência e progresso de uma família rural média do Estado [cinco pessoas]”. De acordo com este estudo, o *módulo de subsistência* utilizaria relativamente poucos recursos fundiários, pouco trabalho familiar e ainda assim poderia abastecer integralmente as necessidades de consumo alimentar do grupo doméstico.

A produção de alimentos para uma família de cinco pessoas ocuparia uma área de aproximadamente 4,77 hectares com o cultivo (consorciado) de arroz (0,6 ha), feijão (0,29 ha), milho (3,82 ha), mandioca (186 m<sup>2</sup>), cana (900 m<sup>2</sup>) e café (300 m<sup>2</sup>), com a criação de galináceos (35 galinhas e 3 galos), suínos (2 fêmeas), caprinos (6 cabeças), horta (10 m<sup>2</sup> por pessoa) e pomar (50 pés de banana, 30 m<sup>2</sup> para mamão, 06 pés de citros), entre outros gêneros alimentícios. Utilizaria 0,73 mão-de-obra (homens por ano), ou seja, desconsiderando a divisão familiar do trabalho neste *módulo de subsistência*, requisitaria apenas um integrante da família durante nove meses do ano. O auto-abastecimento alimentar seria praticamente completo (BIALOSKORSKI NETO, 1987). Este módulo de subsistência teria um funcionamento paralelo ou associado ao módulo comercial, este último responsável pela obtenção de uma renda monetária indispensável aos agricultores familiares. Este trabalho pode ser tomado como a identificação de uma situação paradigmática que teria, em seu oposto, a empresa familiar com uma produção

exclusivamente comercial, com uma alimentação completamente comprada no mercado. Entre estes dois pólos, podemos encontrar inúmeras combinações - e é justamente aí que localiza-se o ponto de partida para a construção da segurança alimentar entre agricultores familiares e assentados.

Além disso, em torno da obtenção de alimentos e da satisfação das necessidades de consumo alimentar estrutura-se uma divisão familiar do trabalho, da qual emergem sociabilidades entre gêneros e faixas etárias. Atenta a isso, Beatriz HEREDIA (1979:77-79) ressaltou os limites da “unidade” entre produção e consumo na agricultura familiar. Apesar da participação do trabalho feminino em diversas etapas do *roçado* e das atividades de cultivo e criação *no quintal*, a autora identificou uma certa oposição entre o universo da produção e o do consumo: “... a casa é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, pai de família, quem através do roçado, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa, é ele o responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se desta forma o esquema da autoridade doméstica”. Portanto, a *comida da lavoura* e a *comida do quintal*, complementares e necessárias, não são destituídas de simbologias e hierarquias sociais.

Não poderíamos finalizar este capítulo sem antes rememorar que Antônio CANDIDO (1964:32) trouxe uma contribuição da maior relevância para a compreensão da organização das comunidades camponesas no Brasil - e que permanece bastante atual. Ao enfatizar suas práticas alimentares, chegou a propor uma “Sociologia dos Meios de Subsistência”. Do ponto de vista metodológico, suas observações empíricas procuravam superar os limites das informações estatísticas gerais, apesar de sua imprescindibilidade: “...é preciso acentuar a importância, para o sociólogo, em combinar, no estudo da alimentação, os pontos de vista estatístico (visando grandes números, onde a realidade aparece em índices, orçamentos, tabelas, abrangendo não raro todo um país, ou mesmo o mundo inteiro, mais freqüentemente uma região ou uma cidade), biológico (como qualidade nutritiva, exprimindo uma certa forma de exploração do meio), econômico (como tipo de participação nos recursos totais do grupo) e propriamente sócio-cultural (como fator de sociabilidade)”.

Em sua análise da inserção das comunidades tradicionais à civilização urbana, Antônio Cândido formulou o conceito de *mínimos vitais*: “... há na tradição cultural do caipira certas técnicas, hábitos, usos, normas, valores, que, por formarem um complexo de padrões que podem ser considerados mínimos sociais e vitais, tendem a ser superados à medida que se vão abrindo formas mais satisfatórias de ajustamento social e ecológico” (p. 222). A conclusão de seu trabalho apontava para a necessidade de se impedir que o latifúndio improdutivo viesse a se constituir num obstáculo à melhoria das condições de vida, de trabalho e alimentação da população rural.

A reforma agrária seria, portanto, uma forma de se evitar a ampliação da fome e da pobreza no campo. Mas alertava que “...não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio da sua vida pregressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a possibilidade de ajustar-se a outras. O caipira é condenado à urbanização, e todo esforço de uma política rural baseada cientificamente deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade... As conquistas fundamentais da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais, diferentes dos que analisamos neste trabalho” (p.225).

O acesso à terra, acompanhado de uma infra-estrutura urbana mínima e de políticas agrícolas e sociais adequadas, representa ao mesmo tempo o acesso à alimentação, habitação e emprego para as famílias rurais. Este processo irá depender de vários fatores, como as características produtivas e ambientais de cada região, as políticas públicas disponíveis, a quantidade e qualidade dos recursos fundiários e hídricos, a trajetória sócio-cultural de cada grupo e dos hábitos alimentares muitas vezes constituídos em contextos sociais excludentes, e que, portanto, precisam ser reavaliados a partir de programas de reeducação alimentar.

Por outro lado, parte muito provavelmente crescente das necessidades alimentares dos agricultores familiares passa pelo mercado, embora disponham de potencial para supri-las completamente. A necessidade de renda monetária implica em alguma integração sócio-econômica, e as três formas mais comuns de se obter esta renda são: 1) a

comercialização de produtos agropecuários; 2) o assalariamento, temporário ou permanente, de parte ou de toda a família; 3) a previdência social. Além disso, os agricultores familiares não deixam de aproveitar os alimentos que podem ser em pequena escala produzidos em seu próprio lote, inclusive pelo fato de que a compra de produtos perecíveis e de uso diário em muitos casos fica obstaculizada pela distância e pelo preço, ou ainda porque é possível manter um consumo de alimentos com maior qualidade. É da combinação de várias atividades, dentro e fora de sua unidade produtiva, que a agricultura familiar retira sua flexibilidade, sua sustentação e reprodução social.

As avaliações sociológicas que procuram oferecer um panorama genérico da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária não podem deixar de considerar sua dinâmica combinação entre autonomia e integração. Assim, não basta saber se um produtor familiar utiliza (ou quantos) trabalhadores assalariados temporários ou permanentes. É também necessário saber justamente o contrário, se este agricultor possui capacidade produtiva para absorver toda sua força de trabalho familiar e se sua renda monetária contempla suas necessidades básicas de consumo. O autoconsumo de alimentos reduz a necessidade de rendimentos monetários, e não pode, portanto, ser desconsiderado. Por outro lado, fica a dúvida acerca da adequação deste consumo de alimentos, e para isso, precisamos recorrer a um acompanhamento nutricional, à observação interdisciplinar, como sugeriam, por exemplo, Josué de Castro e Antonio Cândido, e de uma articulação entre as atividades de extensão/comunicação rural e programas de educação alimentar.

As políticas públicas voltadas para a viabilização social e econômica da agricultura familiar precisam considerar suas características organizacionais, principalmente através de dois caminhos: um deles, estimulando os fatores relacionados à sua autonomia: elaborando programas de educação alimentar, minimizando a necessidade de receitas monetárias pelo aumento da capacidade de produção de alimentos para o próprio consumo, e inserindo novos e saudáveis hábitos alimentares; o segundo refere-se à necessidade de monitorar sua integração comercial, de forma a evitar que sua produção comercial permaneça permeada por relações sociais arcaicas, clientelistas e instáveis.

Paralelamente, a necessidade de urbanização do campo, sobre a qual também já falava Antonio Cândido, infelizmente continua ainda bastante atual.

## CAP. 3 - As Avaliações dos Assentamentos Rurais

Os assentamentos rurais possuem múltiplas origens, e são implementados a partir de programas de reforma agrária, da colonização de áreas de fronteira agrícola e territorial, da criação de reservas extrativistas, do aproveitamento agropecuário de terras públicas, da realocação de populações atingidas por barragens e outras iniciativas dos governos federal, estadual ou municipal. Sua vinculação com movimentos sociais e com as políticas macroeconômicas, além das particularidades locais e regionais, conferem uma multidimensionalidade política, social, econômica e cultural, e seria necessário estar atento para esta complexidade, e para a singularidade política, social e regional de cada projeto.

A importância que o tema da reforma agrária adquiriu para o conjunto da sociedade brasileira coloca para as pesquisas universitárias o desafio de apresentar informações consistentes e inovadoras sobre um conjunto de processos sociais e políticos nos assentamentos, como, por exemplo, as metas propostas, a composição dos custos destes projetos, as demais políticas sociais e produtivas associadas aos projetos, as transformações no meio ambiente, as relações de poder político em seu interior, seu impacto econômico e social na região, as características da integração econômica, a composição demográfica dos projetos, a forma de reocupação dos lotes após evasões, e muitos outros temas.

O objetivo específico deste capítulo é debater um dos aspectos presentes nas avaliações dos assentamentos rurais: o cálculo da renda - e particularmente como as metodologias até o momento aplicadas abordam a questão alimentar. Algumas pesquisas foram traçadas na tentativa de se criar um panorama nacional da situação social e econômica dos projetos de assentamento, e seus atuais limites metodológicos e analíticos indicam a necessidade de formulação de alternativas, sobretudo quando os resultados destas avaliações sobre a renda são utilizados como indicadores da viabilidade social e econômica desta política governamental.

### 3.1. A Luta pela Terra nos Anos 90

A bandeira da reforma agrária, presente de diferentes formas e intensidades no debate político brasileiro desde os anos 40, tem sido apresentada como um projeto de múltiplas *motivações* e *efeitos* sociais, econômicos e políticos. Entre os fatores que estariam justificando sua implementação, poderíamos citar, inicialmente, o atendimento de uma histórica e contundente demanda política dos movimentos sociais organizados<sup>17</sup>, e mais recentemente, da opinião pública urbana crescentemente favorável à implementação de programas de reforma agrária<sup>18</sup>.

Nos anos 60, destacaram-se as Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste, e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra, o MASTER, no Sul do país. No período militar estruturou-se um sindicalismo controlado pelo Estado, com suas federações estaduais ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) procurando resistir à censura e à falta de liberdades políticas fundamentais. Com a abertura democrática na década de 80, começa a se expandir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que sob a forma jurídica de uma associação civil ressaltava sua independência frente ao Estado e aos sistemas de representações partidários e sindicais.

Desde seus primeiros momentos, o MST colocou-se em oposição às diretrizes políticas conduzidas pela CONTAG, da mesma forma que esta ofereceu resistência àquilo que chamava de “paralelismo” ao movimento sindical. Esta contraposição começava nas divergentes estratégias de pressão política adotadas por estes atores sociais. O MST defendia a necessidade das “ocupações” e reafirmava sua oposição política à Nova

---

<sup>17</sup> Uma contraposição a esta interpretação pode ser encontrada em Francisco GRAZIANO NETO, (1994:247-248): “... os marginalizados que engrossam o Movimento dos Sem-Terra, encarnado nos acampamentos e nas invasões de terras, devem ser tratados por ações governamentais de combate ao desemprego e à miséria, pois a cidadania não se obtém, necessariamente, através de um pedaço de terra. Esta confusão entre cidadania e propriedade da terra deriva da equivocada compreensão sobre a luta real dos trabalhadores rurais nas regiões de agricultura modernizada... Mas que terra, querem os trabalhadores rurais, operários que são, relações de trabalho mais justas e, conseqüentemente, salários condizentes com uma existência digna”.

<sup>18</sup> Conforme pesquisa da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) entre a população urbana de Campinas, SP, em 1995, 90,6% dos entrevistados afirmaram ser favoráveis à reforma agrária; 85,5% disseram que a reforma agrária poderia melhorar a vida nas cidades e 51,5% concordaram com a “invasão e ocupação de áreas improdutivas pelos sem-terra”. Entre as camadas mais populares, o índice de apoio

República, enquanto a CONTAG sustentava uma postura política conciliatória e se recusava a promover ou sequer tolerar as “invasões de terra” entre seus sindicalizados (BERGAMASCO & NORDER, 1995).

A diretriz do MST de priorizar a ocupação de propriedades improdutivas com alguma suspeita de irregularidade em seus títulos de propriedade trazia a deliberada noção de não-enfrentamento bélico, ou seja, de não resistir ao poder policial ou pára-militar. Delineavam-se as chamadas operações “ocupa-desocupa-reocupa”, e assim por diante. Mas não foi o bastante para evitar a violência física nas disputas sociais no campo. O Massacre de Corumbiara (agosto de 1995) e, nove meses depois, o Massacre de Eldorado dos Carajás escandalizaram a opinião pública no Brasil e no mundo. A reforma agrária torna-se desde então um dos assuntos mais debatidos na sociedade brasileira. A violência no Brasil rural, como bem mostra TAVARES DOS SANTOS (1991), é sistemática e mantém relações estreitas com a expansão da ocupação territorial e com o desenvolvimento de atividades agropecuárias. A reforma agrária, ao atender as reivindicações dos movimentos sociais, poderia atenuar a violência destes conflitos pela posse da terra<sup>19</sup>.

Além deste aspecto propriamente político, a legitimidade da realização dos programas de reforma agrária associa-se à necessidade de oferecer alternativas aos dramáticos indicadores sociais no campo e na cidade, conforme algumas avaliações já citadas em nosso primeiro capítulo. Neste aspecto, os assentamentos rurais são avaliados em sua capacidade para aperfeiçoar os padrões de alimentação, educação, habitação, saneamento e emprego de uma significativa parcela da população rural situada entre os

---

às “invasões e ocupações” chegou a 74%, e 24% disseram que abandonariam a cidade para morar e trabalhar num programa de reforma agrária (PORTO & NORDER, 1995).

<sup>19</sup> De acordo com levantamento anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 318.458 pessoas estiveram envolvidas em 440 conflitos fundiários no Brasil em 1995, o maior índice atingido na década de 90. Entre 1991 a 1994, o número de pessoas envolvidas nestes conflitos foi, respectivamente, 242.196; 154.223; 252.236 e 237.501 (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1996). Em 1995, 20.500 famílias estavam vinculadas ao MST, e outras 10.900 a outras organizações, como o Movimento de Luta pela Terra (M.L.T.), na Bahia, com 1.500 famílias, e o Movimento Democrático dos Sem-Terra (M.D.S.T.), no Triângulo Mineiro, com 780 famílias. Alguns são dissidências do M.S.T., outros são “espontâneos”, e buscam articulações nacionais. Ver: *Folha de São Paulo*, 24.09.1995, p. A-2. Com a filiação da CONTAG à CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1995, a entidade inicia um processo de reorientação política, e algumas “ocupações” promovidas pelos sindicatos começam a ser apoiadas pela CONTAG, ou por parte dela.

piores índices de condição de vida e trabalho no país. As *motivações* sociais, econômicas e políticas da reforma agrária podem ser compreendidas em sua complexa articulação, em sua “totalidade”. A inserção do conceito de segurança alimentar como elemento central para a avaliação das alternativas de desenvolvimento, como vimos anteriormente, é um dos exemplos onde esta perspectiva pode ser apreciada.

Existem todavia análises que salientam os *condicionantes e restrições* principalmente *econômicos* à reforma agrária. Representantes de organizações empresariais não raro afirmam que os supostos beneficiários da reforma agrária não seriam capazes de responder eficientemente às exigências de um mercado altamente competitivo e que, em função disso, os assentamentos não seriam um caminho seguro para levar ao campo melhores condições de vida e de trabalho. Entidades como a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira), embora busquem a filiação de pequenos proprietários, apresentando-se indistintamente como representantes dos “produtores rurais”, têm se notabilizado pela defesa genérica do direito de propriedade rural e, por extensão, dos proprietários de grandes imóveis rurais.

O discurso das entidades patronais freqüentemente parte de reclamações sobre a ausência de uma política de desenvolvimento tecnológico e comercial para aqueles que já possuem terra, os “com-terra”, acrescentando que tal deficiência dos programas governamentais estaria gerando um aumento do desemprego na agropecuária. Este desemprego é considerado um “desassentamento” da população rural. Clamam por uma política agrícola, muitas vezes apresentando-a como substituta para a política agrária. Assim, afirmam que o problema social no campo se resolveria com a “geração de empregos” a partir do estímulo das políticas governamentais aos atuais proprietários, independentemente do tamanho do imóvel rural e das históricas relações sociais ali estabelecidas. A ABAG (Associação Brasileira de Agrobusiness) endossa esta interpretação em sua proposta de segurança alimentar.

Entretanto, uma das características da agricultura realizada nos moldes de grandes empresas capitalistas, atualmente, é o vínculo empregatício temporário, precário e informal para boa parte das atividades, inclusive com a crescente adoção da mecanização de uma das tarefas que mais emprega mão-de-obra no campo: a colheita. A sazonalidade

da produção agropecuária e seu desenvolvimento tecnológico traduzem-se, então, num desemprego estrutural e na ampliação do trabalho assalariado temporário informal.

Tais conseqüências sociais do desenvolvimento técnico e comercial das atividades agropecuárias, conduzido sobretudo nas grandes e médias unidades patronais de produção, estimularam o fortalecimento das lutas políticas pela realização da reforma agrária. Se, de um lado, ampliou-se a capacidade produtiva do setor empresarial, de outro, a redução na ocupação de mão-de-obra<sup>20</sup> somou-se ao fato de que permanecem improdutivas e/ou juridicamente irregulares porções significativas da área cultivável do país. A reforma agrária reassume, então, em meados dos anos 90, após a deliberação do MST de ampliar as “ocupações”, e dos citados massacres, um lugar de destaque nas discussões políticas do país.

Movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais e centenas de ONGs (Organizações Não-Governamentais) defendem não apenas a validade da agricultura familiar como unidade básica de desenvolvimento sócio-econômico para a agricultura, como também reafirmam sua prioridade durante a formulação das políticas públicas. A agricultura familiar, como vimos no capítulo anterior, possui uma lógica que não é completamente mercantil, nem completamente autárquica. Nos períodos em que a sazonalidade de sua produção reduz a necessidade de trabalho, a família pode deslocar sua capacidade de trabalho para atividades de autoconsumo (não apenas alimentar), para a construção de obras de infra-estrutura social e produtiva (casa, poços, cercas, pocilgas, galpões, etc.), ou para a realização de atividades econômicas para fora de sua unidade produtiva (desde o assalariamento temporário nos *plantations* e na cidade até a ajuda mútua e a participação em mutirões com outros agricultores familiares).

A conjuntura macroeconômica e a disponibilidade de políticas agrícolas e sociais constituem-se em fatores decisivos para a ocupação e distribuição do trabalho na agricultura familiar. Um contexto institucional ou mercantil desfavorável à agricultura

---

<sup>20</sup> “O total anual de dias-homens utilizados na agricultura paulista cresceu de 52,6 milhões em 1976 para 63,1 milhões em 1987, o que corresponde a um acréscimo de 20,0% no período. Entretanto, do ano de auge em diante a tendência é de decréscimo, atingindo 38,3 milhões em 1993, ou seja queda de 39,3% em relação a 1987 e de 27,2% em relação a 1976. As principais razões para esse desempenho estão no acirramento da modernização, com o incremento da mecanização da colheita em culturas relevantes como

familiar certamente irá favorecer o assalariamento externo, o autoconsumo, a dedicação parcial à lavoura, a redução da produção comercial, o êxodo. A mobilização de recursos para uma relativa autonomia ou para uma parcial integração no mercado de trabalho pode ser flexibilizada para um ajuste ao menos temporário.

Neste sentido, as objeções sobre a *necessidade* ou *viabilidade econômica* da reforma agrária acabam atenuadas, ou debitadas ao seu contexto político e ideológico. A reforma agrária desponta, então, como um espaço em construção, como política de promoção social, de cidadania, emprego e renda, habitação e urbanização do campo, segurança alimentar e preservação/recuperação ambiental, não obstante as supostas “tendências inexoráveis” do desenvolvimento agropecuário e comercial internacional. Por outro lado, isso não necessariamente impede que os assentamentos rurais e a agricultura familiar passem por um processo de modernização, que se tornem eficientes fornecedores de mercadorias, competitivos e plenamente inseridos no mercado; que realizem, enfim, uma reconversão produtiva. Sua heterogeneidade no Brasil e a história da agricultura nos *países avançados* confirmam este potencial.

As famílias que se integram aos movimentos sociais no campo para reivindicar reforma agrária possuem, em geral, a perspectiva de assim melhorar suas condições de vida e trabalho no médio ou longo prazos. Muitas destas famílias são justamente as que figuram, nas classificações estatísticas, “abaixo da linha da pobreza”, na “indigência”, entre os “famintos”, “os pobres do campo”, “analfabetos”, “excluídos”, etc. O acesso à terra é percebido como uma primeira conquista a partir da qual a precariedade de suas condições de trabalho, renda, habitação, alimentação e educação poderão ser ao menos minimizadas. Uma primeira e fundamental conquista é o acesso a terra.

Após o itinerário de luta pela terra, as dificuldades dos primeiros anos no assentamento são enfrentadas como um processo de construção de um modo de vida mais saudável, na constituição de um patrimônio a ser deixado para os filhos, na construção de um lugar para viver com a família. Na observação de Ulisses Nunes Gomes, atualmente presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento de Sumaré I, a conquista da terra não se limita a conquista de um dos fatores de produção agropecuária,

---

a cana para a indústria e algodão, e na mudança na composição da área plantada, com decréscimo

mas representa uma ruptura com um passado incerto de emprego e condições de vida: “...nem que seja num barraco de lona, porque ele está instalado. A família quer estabilidade. Na hora em que ele fala ‘aqui vai ser seu’, a família já tira todo aquele peso da cabeça dela. Ela vai plantar banana, cana, mamão, ela sabe que vai plantar. Vai ter problema de dinheiro? Vai. Todo mundo tem problema de dinheiro”.

A conquista da terra significa, inicialmente, um lugar para a família se instalar, interrompendo assim um fluxo migratório muitas vezes herdado dos pais e avós. No conjunto dos assentamentos de reforma agrária implementados no Estado de São Paulo até o início dos anos 90, cerca de 60,3% dos chefes de família vieram de outras unidades da federação. A intenção de permanecer nestes projetos foi anunciada por 91,6% dos assentados, contra apenas 2,4% que manifestaram disposição para buscar outras alternativas que não o assentamento (FERRANTE & BERGAMASCO, 1995).

Neste sentido, a luta pela reforma agrária vincula-se à múltiplas *origens* ou *motivações* de caráter eminentemente *social*. Entre estas motivações, está a dramaticidade das condições de vida e trabalho de uma ampla parcela da população rural e urbana, o esgotamento de históricas relações sociais de subordinação de trabalhadores rurais e da agricultura familiar à grande propriedade, a excludente modernização agrícola dos anos 70, o arrefecimento ou estagnação na oferta de emprego nos centros urbanos, e outras transformações que estimularam a emergência e expansão dos movimentos sociais no campo nos anos 80 e 90. As ações políticas destes movimentos sociais é que fizeram e continuam fazendo com que a proposta de reforma agrária permaneça com tanto vigor no cenário político nacional.

Esta *motivação social* pode também ser interpretada como uma *motivação econômica*, já que os integrantes dos movimentos sociais de luta pela terra pretendem obter melhores condições de vida e de trabalho através de uma alteração das relações sociais de produção e distribuição de mercadorias e políticas governamentais. A separação de uma dimensão “social” e da “econômica” pode atingir finalidades didáticas, mas apenas até um certo ponto.

---

significativo de atividades empregadoras, como café e algodão” (GONÇALVES, 1996:23-24).

### 3.2. As Avaliações dos Assentamentos e a Questão Alimentar

Algumas pesquisas procuram traçar um panorama nacional e regional dos resultados econômicos e sociais dos assentamentos rurais já implementados. Isso tem permitido a inúmeros pesquisadores uma comparação de projetos específicos com este cenário genérico. O objetivo aqui traçado é o de observar como as pesquisas de âmbito nacional incluem metodologicamente a questão alimentar em suas avaliações dos assentamentos rurais.

Uma primeira amostragem nacional foi divulgada pelo BNDES em 1987. Segundo reportagem do Jornal do Brasil, os resultados obtidos “...apontam para o fracasso da reforma agrária... e põe em dúvida a eficácia da reforma agrária como forma de prender o lavrador a sua própria terra... a maioria das famílias assentadas tem renda inferior a dois salários mínimos; parte significativa dos lavradores vive do trabalho assalariado e não da renda de seu próprio lote”. O coordenador da pesquisa, Márcio Henrique Castro acrescentava que “... o nível de concentração de renda em populações que são teoricamente homogêneas é assustador”<sup>21</sup>.

Uma segunda pesquisa, realizada pela FAO em 1991, utilizando outros critérios, afirmava que “...o fato mais importante a ser ressaltado não deve ser o surgimento de diferenças - o que são naturais - mas sim o fato de que houve uma melhoria no padrão de renda de uma população pobre em relação à sua situação prévia” (p. 42). A própria discussão das diretrizes metodológicas e interpretativas presentes nestes trabalhos, antes mesmo de seus resultados, constituiu-se numa relevante contribuição ao conhecimento dos assentamentos de reforma agrária espalhados pelo Brasil.

Uma comparação entre as pesquisas do BNDES e da FAO foi realizada por ABRAMOVAY & CARVALHO FILHO (1994:44-47): “A inspiração do trabalho da FAO é nitidamente chayanovista. Já o BNDES aplica aos assentados categorias próprias à economia capitalista, por ser este o ambiente em que os agricultores têm que se inserir”. Este autores apontam para a necessidade de se considerar outras variáveis analíticas, como o efeito multiplicador que os assentamentos de grande porte podem

representar na dinâmica econômica de uma região. Quanto aos métodos de observação empírica, sugerem que “...para os assentados, o cálculo que rege a formação do critério de eficiência não se pauta pelo custo de oportunidade do capital, mas do trabalho. É claro que, ao longo do tempo, e na medida em que os produtores prosperem e se desenvolvam, estes critérios podem alterar-se e o comportamento tipicamente empresarial tomar conta da organização da atividade econômica” (grifo nosso).

A pesquisa do BNDES, ao aplicar uma metodologia de análise apropriada para avaliar “empresas rurais”, deixou de reconhecer qualquer outra especificidades da agricultura familiar. Suas conclusões foram portanto mais restritivas, e isso talvez se constitua num dos motivos de ter sido tão pouco utilizada por aqueles que pesquisam os assentamentos rurais, de ter sido tão pouco debatida e retomada enquanto panorama genérico dos assentamentos rurais. Já o trabalho da FAO gerou maiores controvérsias e debates acerca de sua metodologia, operacionalidade e resultados. A CNA (Confederação Nacional de Agricultura) chegou a financiar uma terceira pesquisa nacional, realizada pelo Instituto *Vox Populis*.

Estas avaliações inserem-se num polêmico contexto político, esboçado acima, no qual seus resultados são apresentados para toda sociedade como “os resultados da reforma agrária”, ou “a viabilidade econômica da reforma agrária”. Vale lembrar que todas elas foram divulgadas reiteradas vezes por emissoras de rádio e televisão, em jornais e revistas, chegando a milhões de brasileiros, reforçando sua utilização ideológica seja para reafirmar ou refutar a pertinência atual da reforma agrária.

A análise da FAO não se limitou à mensuração da renda agropecuária, apesar de sua relevância. Indicou a construção de um patrimônio social e produtivo, embora isso não tenha sido inserido no cálculo da “renda”. Realizou também uma comparação entre os índices de mortalidade infantil nos assentamentos e aqueles estimados para a mesma região: “...os assentamentos de reforma agrária representam uma melhoria significativa dos seus beneficiários, tanto em termos de superação da pobreza rural como no que diz respeito à situação de emprego e mortalidade infantil” (GUANZIROLLI, 1994:35). A conclusão do trabalho, ao contrário do BNDES, traçou um panorama favorável à

---

<sup>21</sup> Oscar Valporto, “BNDES mostra que reforma agrária concentrou renda”, *Jornal do Brasil*, Rio de

continuidade da implementação de novos assentamentos: “...o programa de assentamento de populações rurais de baixa renda revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo” (p. 65).

A metodologia formulada pela FAO contém uma detalhada abordagem empírica, pois o cálculo da renda teve como objetivo “...coletar todos os dados necessários que permitissem recompor a renda total da família durante a safra 1990/1991” (p. 5). A partir daí chegou-se à conclusão de que “...uma das características das estratégias de sobrevivência dos assentados baseia-se na combinação de diversas fontes de renda” (p. 26). A renda nos assentamentos rurais estaria então sendo formada pelas diversas estratégias produtivas e reprodutivas traçadas pelas famílias beneficiárias destes programas. A *renda* não foi limitada tão somente ao retorno monetário advindo da comercialização dos produtos agropecuários do assentamento. Autoconsumo e assalariamento estariam fazendo parte dos cálculos sobre a renda. Seria preciso ainda acrescentar a valorização patrimonial efetuada nos assentamentos, fator este identificado na pesquisa. A renda familiar média nacional seria de 3,7 salários-mínimos mensais, com certas diferenças regionais<sup>22</sup>.

As principais fontes de renda familiar nos assentamentos, e sua proporção, de acordo com a pesquisa da FAO foram:

- a) “renda agrícola líquida”, oriunda da comercialização de produtos agrícolas, deduzidos os custos de produção, que somou cerca de 22%;
- b) “renda animal líquida”, oriunda da comercialização de produtos da atividade pecuária, deduzidos os custos de produção: 15,1 %;
- c) “renda de autoconsumo”, estimando os produtos consumidos pela família, deduzidos os custos de produção: 37%;
- d) “valor obtido através do assalariamento permanente ou temporário de parte ou de toda a da família: 11,29%;
- e) outras atividades, como extrativismo, pequeno comércio, artesanato: 14,7%;

---

Janeiro, 04.10.1987, p. 17.

<sup>22</sup> Renda mensal média: região Norte, 4,18; região Nordeste, 2,33; Centro-Oeste, 3,85; Sudeste, 4,13 e Sul, 5,62 (ver p.23).

Vale destacar que os cálculos da renda de autoconsumo (37% do total) tiveram como base um preço de venda estimativo: *“...as quantidades consumidas foram avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção; ou seja, trata-se da renda que o agricultor obteria se vendesse, ao invés de consumir esta parcela da produção”* (p. 22). Este procedimento subestima a importância econômica das atividades de autoconsumo, em termos percentuais no conjunto das fontes de renda, e isso não foi descartado pelos organizadores da pesquisa: *“...trata-se de um consumo sazonal dos produtos de sua própria plantação que teriam de ser comprados no mercado a preços superiores, se não fossem produzidos por ele. Quando o agricultor guarda parte da colheita para ser consumida no decorrer do ano, protege-se contra estas variações sazonais de preços... a estacionalidade dos preços agrícolas configura-se como um dos fatores importantes para explicar a necessidade que os agricultores têm de produzir para o autoconsumo”* (p.28).

A pertinência desta ressalva foi reforçada por Afrânio GARCIA JR. (1994), por ocasião de um Seminário dedicado à avaliação do Relatório da FAO<sup>23</sup>: *“No caso dos cultivos comerciais, os preços pertinentes são os preços ao produtor, no caso dos cultivos dos objetos de autoconsumo, o mais pertinente seria tomar os preços médios ao consumidor ao longo de todo ano”* - o que elevaria a estimativa do total da renda para além dos 3,7 salários mínimos mensais<sup>24</sup> por família e, conseqüentemente, a proporção da chamada “renda consumo”.

A *renda consumo* foi estimada pela FAO em 37% da renda total de 3,7 salários mínimos em média para o conjunto dos assentamentos brasileiros, ou seja, a parcela da produção destinada ao autoconsumo seria aproximadamente de 1,37 salários mínimos por mês. As famílias assentadas estariam deixando de receber pouco mais de um terço do total de sua renda monetária para, com esta renúncia, poder satisfazer precisamente... o quê? É justamente neste ponto que a metodologia da FAO precisa ser reavaliada. O relatório da FAO não faz uma distinção entre o que na “Renda Consumo” retorna ao sistema

---

<sup>23</sup> O debate ocorrido neste Seminário sobre o Relatório da FAO foi publicado em ROMEIRO et alli (org.), (1994).

<sup>24</sup> Há uma série de dificuldades para conferir exatidão a estas aferições, decorrente do processo inflacionário na economia brasileira neste período, das várias metodologias traçadas para medi-la, das variações no valor efetivo do salário-mínimo em relação ao valor dos principais bens de consumo, notadamente as variações nos preços dos alimentos.

produtivo (o *autoconsumo produtivo*) e o que se insere no sistema alimentar da família (o *autoconsumo alimentar*), aspecto da maior relevância inclusive para nossas reflexões sobre segurança alimentar no meio rural.

O *autoconsumo produtivo* e o *autoconsumo alimentar* precisam ser avaliados separadamente, com critérios próprios e detalhados. Da forma como a questão foi colocada, pode a resposta incluir tanto o *autoconsumo alimentar* como o *produtivo*. E com certeza deixou de captar o autoconsumo alimentar em toda sua extensão, já que a pesquisa não considerou a produção em pequena escala destinada *exclusivamente* para o abastecimento alimentar no cálculo da renda: a produção *para o gasto da casa*, a horta, o galinheiro, o pomar, e outras “miudezas” que são consumidas pelas famílias no campo. A renda auferida para uma determinada família ficou, justamente por este motivo, subestimada. Já o *autoconsumo produtivo* permite uma redução nos custos, e portanto, um aumento na renda agropecuária líquida.

Embora a metodologia da FAO tenha recolocado em questão a avaliação do autoconsumo na agricultura familiar, continua necessário um aprofundamento do debate metodológico de como fazê-lo. Com a renda monetária da produção agropecuária, além do assalariamento externo e outras receitas como o extrativismo e a previdência social, uma família estaria obtendo uma soma de recursos monetários que lhe permitiria a satisfação total ou parcial de suas necessidades básicas de consumo. Poderíamos então fixar uma “linha de pobreza” e avaliar quantas famílias nos assentamentos, de acordo com sua disponibilidade de recursos assim calculados, estariam acima ou abaixo dela, como fazem diversas estimativas a nível nacional (conf. indicações no primeiro capítulo). Esta é provavelmente a principal contribuição dos estudos sobre a renda na agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária, pois permite uma comparação com outros segmentos da sociedade<sup>25</sup>.

Entretanto, algumas despesas familiares com alimentação precisariam ser deduzidas, já que no próprio quintal ou no lote de produção, há uma pequena produção de alimentos essencialmente “não-comerciais”, ou que deixam de ser comercializadas, para se

---

<sup>25</sup> Outros indicadores de condição de vida evidentemente também são indispensáveis. A eletrificação, as comunicações e o saneamento básico, por exemplo, mais precários que são no meio rural que no urbano brasileiro, estimulam a permanência ou o abandono de uma região (LEONE, 1994).

voltar ao consumo alimentar da família. Portanto, afigura-se a relevância da incorporação deste fator na metodologia das pesquisas sobre a renda nos assentamentos rurais e agricultores familiares, ou seja, captar com mais detalhes aquilo que poderíamos chamar de “renda alimentar”. Algumas pesquisas, como apontamos no Capítulo 1, sugerem que seria preciso de alguma forma incorporar o autoconsumo alimentar entre os indicadores sócio-econômicos para o meio rural.

Assim, a necessidade de renda monetária por parte de uma família rural é, até certo ponto, inversamente proporcional à amplitude de seu autoconsumo alimentar. O autoconsumo nos assentamentos, apesar da imprecisão na pesquisa da FAO, mostrou-se proporcionalmente relevante em todas as regiões do país: *“...no que diz respeito ao autoconsumo, não se verifica nenhuma variação significativa em termos regionais, o que revela que sua importância mantém-se constante para todos os assentados”* (p. 28). De fato, há uma pequena variação regional na produção de alimentos para autoconsumo. O menor percentual encontra-se nos projetos da região Centro-Oeste, com uma média de 32,19% do total da renda. Na região Sudeste registra-se a renda autoconsumo mais elevada, com 42,51% em média.

Tabela 3: Distribuição Percentual da Renda nos Assentamentos, por Atividade

Regiões	Renda Agrícola	Renda Pecuária	Renda Consumo	Outros Trabalhos	Outras Receitas	Renda Total
Nordeste	17,09	13,87	34,72	18,06	16,27	100,0
Centro-Oeste	19,31	18,71	32,19	9,74	20,07	100,0
Sudeste	21,68	9,58	42,51	17,00	9,24	100,0
Norte	22,49	17,26	38,95	7,76	13,53	100,0
Sul	30,55	10,39	36,03	9,50	13,53	100,0
<b>Brasil</b>	<b>22,03</b>	<b>15,12</b>	<b>37,01</b>	<b>11,17</b>	<b>14,67</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FAO (GUANZIROLLI, 1994:26).

Um aspecto relevante, oportunamente notado no Relatório da FAO, mas cuja explicação ainda não foi amplamente desenvolvida, refere-se à dinâmica do *processo de especialização e diversificação da produção* nos assentamentos da região Sul: *“... a renda cresce à medida em que a especialização cresce até atingir 70% da renda agrícola. Quando a especialização supera este patamar, a renda torna-se decrescente.*

*Isso quer dizer que a combinação de 70% da produção nos dois principais produtos agrícolas conjuntamente com uma produção diversificada em vários produtos para os restantes 30% apresenta-se como ideal para os produtores do Sul*” (p. 47). Estes dados significam que a maior parte da renda agropecuária nos assentamentos do Sul é proveniente de apenas dois produtos inseridos no mercado, e que uma parcela em menor proporção é obtida com a diversificação da produção.

Estaria esta produção diversificada de alguma forma relacionada a uma tentativa de assegurar parte da alimentação da família? Ou em que medida a diversificação da produção responde unicamente à instabilidade nos preços dos produtos agropecuários ou a outros fatores apenas comerciais? A discussão sobre as práticas alimentares nos assentamentos rurais nos leva a refletir sobre algumas dimensões das políticas de reforma agrária que extrapolam o imperativo “produtivista”. Ponderações sobre qualidade de vida e, particularmente, segurança alimentar, acrescentam novas perspectivas políticas e sociais aos programas de reforma agrária. O formato organizacional que é específico à agricultura familiar, associando trabalho e moradia, produção para mercado e para consumo próprio, confere vantagens adicionais a esta forma social de produção agropecuária e reforça este encaminhamento para as políticas governamentais.

Amplia-se então a validade de uma avaliação sistemática do custo de oportunidade das práticas alimentares no interior dos sistema produtivo destes agricultores familiares assentados. E esse custo de oportunidade deve ter entre suas referências um elenco de fatores, como a quantidade de trabalho que a família precisa efetuar, a área ocupada, os insumos necessários, o preço destes alimentos no mercado, sua disponibilidade de terra e mão-de-obra, etc., para obter uma determinada quantidade de alimentos. A avaliação do autoconsumo vem então associada à dinâmica de um certo sistema agrícola familiar em integração com as situações de mercado.

Existem, no entanto, outras matrizes teóricas que não nos permitiriam considerar a possibilidade de ponderação das atividades de autoconsumo na agricultura familiar e nos assentamentos rurais. Márcio Henrique Castro, o coordenador da pesquisa realizada pelo BNDES, critica enfaticamente a metodologia da FAO: “...esta maneira de proceder [inserir o autoconsumo e o assalariamento nos cálculos da renda nos assentamentos] leva

*a uma operação de soma entre coisas conceitualmente distintas, e, até certo ponto, opostas... Foi o desenvolvimento das relações mercantis e da divisão social do trabalho que esteve por trás do progresso econômico do capitalismo nos últimos quatro ou cinco séculos... Bem diferente disso é o autoconsumo que, se bem que possa replicar o milagre da vida em condição de baixos rendimentos, é um fenômeno que indica um processo diametralmente oposto, ou seja, o da não especialização e inserção no mercado... Aachamos que a não observação desta questão trouxe para o trabalho uma certa dose de imprecisão e ingenuidade” (p. 72-73).*

Em sua perspectiva, a agricultura familiar estaria diante de um impasse de difícil solução. Ele ressalta que a especialização, a capitalização da produção e a mercantilização da economia fazem parte do processo de transformações técnicas e econômicas que caracterizam o mundo moderno, acrescentando que as esperanças depositadas na agricultura familiar seriam de certa forma destituídas de fundamento econômico: “...o pequeno produtor tem sua renda comprimida duplamente pelo grande capital: na compra de insumos, pela ação dos oligopólios industriais e na venda de mercadorias, pela ação dos oligopsônios mercantis... um intenso e extenso processo de extração de excedentes” (CASTRO, 1992:26). Os pequenos produtores rurais estariam então condenados àquilo que chama de “modernização problemática”.

As políticas públicas voltadas aos assentamentos rurais também são bastante “problemáticas”, podemos acrescentar. Vejamos por exemplo as conclusões a que chegou Márcio Henrique CASTRO a respeito do sistema de créditos para os assentamentos: “... um instrumento poderoso na modernização da produção agrícola”, como reconhece: “...a) não podemos considerar satisfatória a situação da oferta de crédito nos projetos de reforma agrária em termos de volume e cobertura; b) os assentamentos com maior renda... tendem tanto a concentrar a maior porção do valor total concedido, como a apresentar maiores parcela de população com acesso (maior cobertura) além de seu crédito ser mais elevado que os demais... c)...fica evidente que a concentração de crédito nas mãos da população com maior renda tanto agrícola como total” (CASTRO, 1992:94-97). Ele afirma então que a oferta é insatisfatória.

Entretanto, CASTRO inclui uma segunda explicação: “... *se estamos tratando de uma população com uma considerável parcela de produtores atrasados, podemos esperar por parte deles uma atitude refratária ao sistema de créditos vigente*”. Uma explicação calcada nos fatores culturais dos assentados que estariam impedindo o estabelecimento de uma racionalidade econômica moderna, empresarial, eficiente, de adaptação ao sistema de créditos vigente. E ficamos afinal sem saber se o problema está na oferta ou na procura pelos créditos, se em ambos ou em outro lugar.

Uma das contraposições à avaliação de Márcio H. CASTRO pode ser encontrada nos textos de Afrânio GARCIA JR., que procura acenar para um outro enfoque teórico e epistemológico para algumas questões, tentando compreender a lógica de produção familiar em suas especificidades, através de uma observação detalhada. Ele resgata, como vimos, as observações de Jerzy Tepicht sobre a *alternatividade* na produção agrícola familiar, onde os mesmo produtos que são utilizados para o abastecimento alimentar da família podem ser de alguma forma comercializados. Reafirma a importância de se contabilizar as atividades de autoconsumo, seja o autoconsumo enquanto fonte de alimentação ou o autoconsumo intermediário, resultado do uso “...*intensivo de insumos que podem ser obtidos diretamente na exploração agrícola...*”. No mesmo sentido, Ademir ROMEIRO (1994:83) indica que “...*ao se evitar a monocultura através de um sistema inteligente de rotações de cultura e, melhor ainda, integrando-o com a criação animal, é eliminada parte significativa dos gastos de investimento e custeio necessários para tornar rentável o padrão técnico considerado moderno*”.

Isso certamente é um fator a ser considerado na composição da renda nos projetos de assentamento, na medida em que podemos considerar que a substituição de insumos comerciais por insumos disponíveis na própria unidade, mesmo que sua utilização requirite maior volume de mão-de-obra familiar, estaria assim internalizando recursos monetários. Há, portanto, uma complexa questão de custos de produção, de mobilização do trabalho familiar e recursos naturais que precisa ser considerada na análise da renda dos assentamentos rurais.

Vale lembrar que os assentamentos pesquisados pela FAO tinham, em média, apenas três anos. As famílias ainda estavam se “instalando”. Se desconsiderarmos o que tal

aquisição patrimonial e habitacional significa para esta população rural, e mesmo seu autoconsumo alimentar e a importância da previdência social, deixaremos de identificar precisamente o que fundamenta a permanência dos assentados nos projetos.

Existem outros elementos que poderiam problematizar ainda mais os números apresentados pela FAO e pelo BNDES. A construção de um patrimônio pela família assentada: benfeitorias como casas, poços cacimba ou artesianos, galpões, galinheiros, pocilgas, criação de pomares, e muitos outros elementos que, se após um ano agrícola, um assentado decidir abandonar seu lote no projeto, terá direito a uma indenização reconhecida pelas instituições do Estado que administram os assentamentos, ou, num prazo mais longo, obter uma valorização patrimonial da área onde construiu certa quantidade de obras. Isso não poderia aparecer em pesquisas que recortam apenas a variável “renda”.

Para se ter uma idéia, basta compararmos duas situações virtuais. Num primeiro caso, um assentado deixa o assentamento para proletarizar-se temporariamente como bóia-fria. Em outro, o assentado aproveita a entressafra de sua produção para construir ou reformar sua casa, construir um galinheiro, um poço, uma cerca - atividades que geram valores-de-uso, a constituição de valores patrimoniais passíveis de serem convertidos em dinheiro. Teríamos diferenças na mensuração da renda familiar, e o primeiro assentado poderia ser apresentado como possuidor de uma renda familiar maior, mesmo que a valorização patrimonial do outro assentado fosse maior que as diárias recebidas pelo primeiro.

O conjunto de dados, metodologias e conclusões das pesquisas da FAO e do BNDES, na medida em que tentaram construir um panorama genérico, transformaram-se num ponto de partida para pesquisas envolvendo profissionais com diferentes abordagens teóricas, epistemológicas e políticas. São todavia diversos os problemas metodológicos que se antepõem a estas avaliações, cujo objetivo principal reside no “cálculo da renda” obtida nos assentamentos rurais. Entre estes problemas, salientamos: 1) a definição da abrangência do conceito de renda, a forma de mensuração do autoconsumo produtivo ou alimentar, e demais formas de ingresso monetário como o assalariamento externo e a previdência social; 2) a complexidade na formação dos custos de produção e a diversidade

na comercialização da produção; 3) a valorização patrimonial da área pelo trabalho; 4) a utilização de relações informais familiares e comunitárias de trabalho, como o mutirão, a ajuda mútua, a troca de dias, reduzindo a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro, alterando assim os custos de produção e, portanto, a renda; 4) a tênue articulação com outros indicadores sociais e econômicos.

Todos estes aspectos precisariam ser ponderados durante a captação das informações nas pesquisas amostrais, e isso demandaria um trabalho de campo bastante exaustivo. Os indicadores nacionais ou regionais da agricultura familiar e dos assentamentos podem servir como um cenário geral comparativo, desde que submetidos a uma crítica metodológica norteadora de uma outra abordagem empírica, capaz não apenas de indicar os limites metodológicos dos dados gerais, mas também de apresentar alternativas para os estudos de casos isolados e para novas pesquisas nacionais e regionais.

### 3.3. O Polêmico Autoconsumo

As pesquisas estatísticas de abrangência nacional sobre as condições sócio-econômicas dos assentamentos rurais incorporam apenas de forma superficial e incompleta a questão alimentar, um elemento constitutivo das relações sociais e da qualidade de vida no campo. A prática do autoconsumo alimentar no interior dos programas de reforma agrária pode ser tomada como um ponto de partida para uma série de reflexões. Uma delas seria revisitar as considerações sobre segurança alimentar e especificar as condições sob as quais a segurança alimentar pode chegar àqueles que de trabalhadores rurais sem-terra são transformados em pequenos agricultores de áreas “reformadas”. Trata-se, enfim, focalizar este grupo populacional que não apenas coloca alimentos no mercado, mas que, dada sua relação com a terra, também produz para seu próprio consumo.

A pesquisa efetuada pelo Instituto *Vox Populis*, patrocinada pela CNA, trouxe alguma informação sobre a alimentação e outros aspectos relacionados às condições sócio-econômicas nos projetos, por exemplo, que 62% não possuíam energia elétrica; que 47% das residências não tinham banheiro, etc. O conjunto de seus dados é, entretanto, de utilização bastante restrita, pois não há uma adequada exposição da metodologia aplicada,

o universo da pesquisa, os projetos selecionados para amostragem, nem sobre a operacionalidade do trabalho de campo.

Enfim... o Instituto *Vox Populis* fez a seguinte pergunta aos assentados: “Os produtos que o Sr. (a) planta no seu lote são principalmente para consumo próprio, principalmente para o comércio ou as duas coisas?”. O resultado está na tabela abaixo:

TABELA 4 - Finalidade da Produção Agrícola nos Assentamentos, por Região, 1996 - em %

Finalidade da Produção	Total Nacional	REGIÃO				
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Principalmente para consumo próprio	42	56	40	49	41	30
Principalmente comércio	6	4	3	1	8	14
As duas coisas	52	40	37	49	51	56
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Vox Populis/CNA, 1996, parte II, p. 21.

Mesmo tendo identificado tal importância relacionada ao autoconsumo, ou à *alternatividade* da produção entre os assentados, esta atividade econômica não foi incluída em seus cálculos da renda. Para calcular a renda, o Instituto *Vox Populis* somou os resultados monetários da produção agropecuária, o assalariamento de integrantes da família fora do lote, a previdência social e outras rendas. É notável que somente uma minoria absoluta tenha afirmado estar produzindo exclusivamente para a comercialização. A CNA aproveitou para publicitariamente afirmar que isso estaria revelando seu caráter ineficiente e arcaico<sup>26</sup>.

A desconsideração ou reafirmação das especificidades da agricultura familiar tem fundamentos políticos e o autoconsumo alimentar ou produtivo constitui-se em um fator

<sup>26</sup> A pesquisa da CNA/Vox Populis é sem dúvida a que com maior interesse político foi formulada e divulgada. Teve como objetivo criar manchetes sensacionalistas nos veículos de comunicação de massa, que por sua vez não fizeram a menor ponderação metodológica ou política das informações obtidas:

de especificidade da agricultura familiar. Em Leme/SP, uma das mais urbanizadas regiões do país, no final dos anos 80, de acordo com M<sup>a</sup> Nazareth B. WANDERLEY (1995:43), os agricultores familiares garantiam não menos que 75% de seu consumo alimentar a partir de sua própria produção. Algo similar estaria também ocorrendo em Ijuí/RS e no interior da Paraíba. *“Esta prática expressa a tentativa de assegurar uma certa ‘retaguarda’ protetora, em relação às fragilidades com que devem enfrentar o mercado”*. A autora procurou identificar em cada região, em cada agricultor, a proporção de alimentos comprados e autoconsumidos, uma boa indicação metodológica para quem pretende colocar a questão alimentar, ou melhor, a segurança alimentar, no cerne das análises e dos projetos políticos para o meio rural brasileiro.

Existem variadas formas de se contextualizar o autoconsumo nos assentamentos rurais. E considerando que a transformação de trabalhadores rurais sem-terra em agricultores tecnificados e dinâmicos, inseridos nos sistemas de mercado, tem sido um processo permeado de lutas políticas, onde o apoio das instituições públicas para o desenvolvimento rural não está disposto preliminarmente, uma alternativa analítica seria a de focalizar como esta produção de *subsistência* se relaciona com a constituição de padrões mais intensivos de produção e integração comercial nos assentamentos de reforma agrária. Isso requer um afastamento, ao menos provisório, da noção de que a produção em menor escala para o autoconsumo alimentar, menos tecnificada e não-comercializada, não estaria mantendo qualquer vinculação com o estabelecimento de atividades mais modernas e comerciais de produção agropecuária.

Ademais, uma produção mais tecnificada e comercial pode estar coexistindo com a produção de diversos outros gêneros alimentícios, que mesmo excluídos do circuito monetário, e atendendo apenas parcialmente às necessidades de consumo alimentar da família, foram ou continuam sendo cultivados visando o aumento da qualidade de vida daqueles que dedicam parte de seu trabalho e de seus recursos produtivos a estas atividades. A produção de alguns alimentos básicos para o consumo familiar pode compensar a quantidade de terra e trabalho familiar necessários para tal fim. Esta “pequena produção” pode ser vantajosa para aqueles que a realizam, mesmo que

---

“Assentados vendem as terras do Incra”, e como sub-título, “Pesquisa encomendada pelos fazendeiros

disponham de uma produção comercial melhor estruturada. Não podemos descartar esta alternativa antes de exaustivos estudos.

Esta perspectiva poderá qualificar sociologicamente as especificidades e diferenciações de um processo que nas pesquisas estatísticas figuram apenas entre médias nacionais e regionais, ou como questão teórica genérica. Trata-se, enfim, de transportar as questões para a análise de situações concretas e objetivas, de detalhar a complementaridade entre a compra de alimentos e o autoconsumo, de aceitar a sugestão de Afrânio GARCIA JR.: “...o esforço teórico e empírico necessário é o de tentar explicar como as práticas de autoconsumo se articulam, se imbricam, com os usos de todos os outros tipos de rendimento monetário”. Uma das hipóteses sustentadas por ele é a de que “... as práticas de autoconsumo não aparecem associadas às unidades mais pobres, e a melhoria do padrão de vida não implica necessariamente em queda do autoconsumo”. De fato, as unidades com menores rendimentos, segundo a pesquisa da FAO, mantêm fortes relações com a predominância do trabalho assalariado externo, e não necessariamente com a prática de autoconsumo.

Nos assentamentos do Rio Grande do Sul, por exemplo, conforme os dados da FAO, há uma média de renda mais elevada, a maior diversificação da produção, e mesmo assim a proporção do autoconsumo ficou acima dos 30% da renda total, como em todas as outras regiões do país. Havendo capacidade produtiva, o agricultor familiar produz para o mercado e para si próprio. Poucos preferem confiar completamente no mercado para transformar toda sua produção em mercadoria, e em seguida comprar todos os alimentos ou insumos que necessitam.

As questões sobre o autoconsumo em áreas rurais envolvem também o conceito de cidadania e as alternativas para a eliminação da fome ou subnutrição, como bem lembrou Rodolfo HOFFMANN (1994:9): “*para entender porque uma pessoa passa fome, Aymart SEN defende que sejam analisados os ‘direitos’ (entitlements) dessa pessoa, o que é um enfoque mais abrangente do que considerar simplesmente seu poder aquisitivo. O pequeno agricultor pode produzir parte de sua alimentação se tiver o ‘direito’ de explorar uma determinada área, e também tiver os instrumentos, sementes, etc.*”.

---

revela que 1/3 dos colonos vendeu propriedades para terceiros”, Folha de São Paulo, 21.08.96, p. A9.

Estes direitos sociais são, de acordo com Teresa SALES (1993:56), pressupostos para a construção da cidadania no Brasil: “...somente quando nosso homem pobre se percebe detentor de algum direito, é que ele se torna capaz de vislumbrar novos direitos. A cidadania concedida no âmbito do grande domínio territorial, neste sentido, constituía-se em um total empecilho à obtenção de qualquer direito básico, a não ser como favor, cobrados com juro de subserviência, aos agregados dos grandes domínios”. A luta pela terra acaba por constituir-se em uma luta pela cidadania.

A construção da segurança alimentar precisa ser compreendida a partir das condições macroeconômicas, da ampliação dos serviços públicos, da previdência social, do processo de transformações políticas e civis, tendo em conta a multiplicidade de grupos sociais diversamente vulneráveis à fome, a extensão seus direitos sociais e políticos, a exclusão econômica, as particularidades regionais e culturais. Nos assentamentos rurais a constituição da segurança alimentar pode ser alcançada a partir de suas especificidades produtivas e organizacionais. E, como vimos, alguns estudos sugerem a possibilidade de um incremento *simultâneo* do autoconsumo alimentar e da comercialização de sua produção agropecuária, minimizando desta forma a urgência de uma terceira fonte de ingressos monetários, o assalariamento externo. Trata-se portanto de extrair do acesso à terra todo seu potencial para garantir uma alimentação adequada, e também a satisfação de outras necessidades básicas de consumo, tomadas como pré-condições para um avanço da cidadania.

A (re)educação alimentar, aliada aos programas de extensão/comunicação rural, ao potencializar as práticas de autoconsumo, poderá desempenhar um papel de grande importância no processo de constituição dos assentamentos e viabilização da agricultura familiar, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida e ampliação de sua capacidade de resistência a um contexto de disputas políticas e institucionais historicamente hostil à permanência desta população no campo enquanto agricultores possuidores de terra, trabalho familiar e instrumentos de produção.

## CAP. 4 - Renda Monetária e Alimentação: uma pesquisa empírica

### 4.1. - Objetivos e Metodologia

Esta pesquisa de campo sobre as práticas alimentares em um assentamento rural no Estado de São Paulo será apresentada em duas partes. A primeira procura captar o montante de receitas monetárias recebidas pelas famílias nos últimos doze meses - o que nos permitirá formular uma estimativa do rendimento líquido mensal médio por família e uma indicação aproximada da renda monetária líquida *per capita*. Para tanto, serão observadas as diversas formas de integração ao mercado agropecuário, as relações de trabalho dentro e fora da unidade de produção e o acesso das famílias às políticas previdenciárias.

Será possível avaliar a composição entre estas três formas de ingresso monetário para famílias entrevistadas: 1) a obtenção de renda monetária agropecuária; 2) o assalariamento e outras atividades remuneradas fora do lote; 3) os recursos recebidos da previdência social. Visamos assim obter informações que nos permitam traçar um perfil sócio-econômico de cada família, o que irá nos auxiliar em nosso **objetivo principal**: o de testar, na segunda parte, uma metodologia de pesquisa empírica para uma avaliação quantitativa das práticas alimentares entre agricultores familiares e assentamentos rurais.

Para realizar esta pesquisa sobre as práticas alimentares, utilizamos a metodologia de inquérito de consumo familiar de alimentos desenvolvida pela Prof. Maria Antonia GALEAZZI e corpo técnico do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, da Universidade Estadual de Campinas - NEPA/UNICAMP (GALEAZZI, 1996). Buscamos uma adaptação desta metodologia para a análise de áreas rurais, onde parte dos alimentos consumidos são de produção própria. Estes procedimentos permitem a identificação da proporção dos alimentos adquiridos no mercado e os produzidos no próprio lote, bem como os intercâmbios comunitários, calculando o valor nutricional destes alimentos, conforme esta sua procedência. As diretrizes metodológicas utilizadas para a obtenção destas informações sócio-econômicas e alimentares, e suas principais restrições, serão detalhadas a seguir.

#### 4.1.1. - O Cálculo da Renda Monetária

##### a) Os Rendimentos da Produção Agropecuária

O cálculo da Renda Agropecuária Líquida tem uma importância decisiva em vários estudos que procuram avaliar o conjunto da produção agropecuária brasileira, conforme já apontamos nos dos capítulos anteriores. Entretanto, para se chegar a um número que corresponda ou que expresse a realidade de um produtor familiar, principalmente na forma de “renda agropecuária líquida”, há que se enfrentar uma diversidade de obstáculos.

Nossos cálculos foram facilitados pelo fato de que a maior parte dos assentados entrevistados tinha como produção principal o milho e/ou a pecuária leiteira. No primeiro caso, fizemos previamente um levantamento das várias atividades necessárias ao seu cultivo, com atenção às diversas formas de se conduzir praticamente estas atividades. Outros produtos foram apreciados da mesma forma. No caso da produção de leite, obtivemos a planilha da Cooperativa de Laticínios onde a maioria dos entrevistados entregara sua produção nos doze meses anteriores à entrevista. Em posse da quantidade produzida pelos produtores e dos preços vigentes em cada mês, pudemos chegar à renda bruta com boa margem de precisão. Os custos de produção foram tomados com base em estimativas médias formuladas pelos próprios produtores.

A obtenção de uma renda monetária líquida na agricultura geralmente ocorre após a comercialização de sua produção. É neste momento que o agricultor familiar recebe uma remuneração pelo seu trabalho e um retorno monetário pelos investimentos aplicados anteriormente em variadas e sucessivas etapas do sistema produtivo. É neste momento também que procura quitar suas dívidas, formais e informais, e decide como refazer os investimentos que darão continuidade ao seu trabalho.

Em todo este percurso combinam-se investimentos do curto ao longo prazos, e auferem-se receitas também do curto ao longo prazos. As múltiplas temporalidades envolvidas na produção agropecuária transformam as tentativas de avaliação da renda líquida em algo bastante complexo. A manutenção do solo, por exemplo, pode ter uma durabilidade de dois anos ou mais; e ainda empreendimentos como a produção de pequenas áreas de eucaliptos, cujo retorno demora entre cinco a sete anos. A manutenção de máquinas e equipamentos, nem sempre anual, nem sempre realizada da mesma forma.

As etapas do processo produtivo, que para muitos produtos são várias, podem ser realizadas sob diversas alternativas técnicas e sociais, restringindo a pertinência de avaliações fundamentadas apenas em extrapolações a partir dos rendimentos brutos da produção. Mas chegar a uma renda líquida implica em identificar exaustivamente o processo produtivo de cada produto, para cada produtor. Estes e outros aspectos ampliam as dificuldades para a elaboração de um cálculo da renda. Assim, para chegar a qualquer outro indicador estatístico que pretenda expressar a condição sócio-econômica e produtiva de agricultores familiares certamente será necessário efetuar um conjunto não reduzido de cálculos, considerar uma multiplicidade de variáveis.

Ao final de um cultivo, o agricultor, novamente em posse de uma receita monetária, precisa planejar não apenas o reinvestimento na produção, mas também a manutenção das necessidades de consumo familiar. Ao menos para uma parcela significativa de agricultores familiares, não há uma clara linha divisória entre trabalho e moradia, entre unidade de produção e unidade de consumo doméstico. As sucessivas etapas do processo produtivo são realizadas sem que haja uma ruptura completa entre a dinâmica destas atividades produtivas e a quotidiana manutenção das necessidades de consumo familiar.

Existem casos em que o agricultor não obtém da produção agropecuária uma soma de rendimentos superior ao montante de investimentos realizados anteriormente. Isso poderá ser captado em nossa forma de cálculo. Entretanto, notamos que em certas situações de baixo rendimento na produção agropecuária, o agricultor deixa de quitar dívidas e deixa também de manter o mesmo nível de investimentos na produção. Assim, a família, sob pena de estar precarizando sua produção e seus vínculos institucionais, reserva uma parte da safra anterior para sua manutenção.

A entrevista n. 29, como poderá ser notado, expressa perfeitamente esta situação: a renda líquida da produção agropecuária nos últimos doze meses mal chegou a cobrir o montante de investimentos feitos anteriormente. A renda agropecuária líquida, única sobre a qual se apoia a manutenção desta família, ficou pouco superior a zero. Seria uma situação de pobreza absoluta, considerando apenas o rendimento líquido da produção agropecuária. No entanto, ao reduzir os investimentos para a próxima safra, reservou

recursos para a cobertura de despesas indispensáveis às necessidades de consumo familiar. A renda agropecuária líquida que apresentaremos é portanto um indicador da situação produtiva do lote e da situação econômica da família - simultaneamente. A unidade entre produção e consumo na agricultura familiar, como vimos nos capítulos anteriores, apresenta-se agora como elemento norteador de nossa análise quantitativa, ainda que uma separação dos indicadores das condições produtivas e da estrutura de consumo doméstico tenha se revelado algo bastante oportuno, como veremos.

Estabelecemos diversos critérios padronizadores na pesquisa de campo. Não foram atribuídos valores ao trabalho familiar não-remunerado. A contratação de trabalho assalariado foi incluída entre os custos de produção. No caso de investimentos com duração de mais de um ciclo agrícola (a calcareação, por exemplo) dividimos o valor total do investimento pelo número de safras em que tal produto será utilizado. Este critério foi aplicado sempre que possível, inclusive sobre a manutenção de máquinas e equipamentos. Não calculamos depreciações. Não foram incluídas entre as fontes de ingresso monetário os financiamentos estatais subsidiados ou não para investimento e custeio da produção. Em resumo: os valores da renda agropecuária líquida apresentados constituem-se na soma de todos os produtos agropecuários comercializados, deduzidos todos os custos monetários de produção.

#### b) O Assalariamento e Outras Atividades Remuneradas

O cálculo do valor dos salários recebidos por ocupações permanentes ou ocasionais fora do lote, realizados pelos membros da família, obedeceu ao seguinte critério: soma de todos os salários líquidos (de atividades permanentes ou ocasionais) recebidos nos últimos doze meses, resultando daí uma somatória anual e uma média mensal de receitas oriundas de atividades geralmente assalariadas fora do lote, mesmo que estas atividades tenham sido concentradas em apenas curtos períodos destes últimos doze meses. No caso de três famílias que regularmente recebem um apoio financeiro de filhos de fora do assentamento, adicionamos estes valores aos cálculos do assalariamento fora do lote.

A principal dificuldade para o cálculo do assalariamento externo advém do caráter temporário, instável, ocasional e mal remunerado de boa parte destas atividades. A obtenção empírica de uma média mensal de salários recebidos nos últimos doze meses exige do entrevistado uma disponibilidade de informações que nem sempre são prontamente acessíveis. Esta fonte de renda também será, por este motivo, uma aproximação, uma indicação quantitativa sobre a presença de trabalho assalariado externo em cada família. Apesar de uma certa imprecisão, será possível através desta aproximação formular uma classificação das famílias conforme esta variável.

Há um grupo de famílias cujas atividades externas ao lote atingiram um rendimento igual ou superior a um salário mínimo; outro grupo que realiza apenas trabalhos eventuais, em relações informais de trabalho, na maioria das vezes no próprio assentamento, que se expressa em receitas menores que um salário mínimo mensal, em média; e um terceiro grupo de famílias que não realizou qualquer atividade remunerada fora do lote nos últimos doze meses.

#### c) A Previdência Social

Estudos recentes reafirmam a importância da previdência social para a redução da pobreza entre a população rural brasileira. O cálculo dos recursos recebidos do sistema estatal de previdência social não apresentou dificuldades para mensuração. Todas as famílias beneficiárias desta política social o são há mais de um ano, todas elas recebendo constantemente o mesmo valor: um salário-mínimo por beneficiário, sendo que algumas famílias possuem mais de um beneficiário.

#### 4.1.2. - Uma Análise da Alimentação e do Autoconsumo

Para uma avaliação do valor nutricional dos alimentos consumidos em cada família, aplicamos na pesquisa de campo uma das metodologias de análise nutricional já desenvolvida em diversas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Unicamp (NEPA/UNICAMP), principalmente para avaliações do acesso à alimentação entre segmentos urbanos de baixa renda. Esta metodologia consiste em

realizar um levantamento quantitativo detalhado de todos alimentos efetivamente consumidos pela família no período de trinta dias anteriores à entrevista<sup>27</sup>. A partir deste levantamento, pode-se chegar ao consumo familiar de macronutrientes (calorias e proteínas), micronutrientes (Vitaminas A, B1, B2, e c) e minerais (Cálcio, Ferro e Fósforo). Para converter os alimentos em nutrientes, utilizam-se unidades médias de pesos e medidas, conforme padronização estudada por LUNA (1995)

Será possível, a partir destes dados, avaliar se a disponibilidade de alimentos e os hábitos alimentares dos grupos em estudo são efetivamente compatíveis com as recomendações de consumo alimentar sugeridas pela Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN). A composição da família em termos de sexo e idade são considerados nesta recomendação familiar de consumo.

Assim como no cálculo dos rendimentos monetários, este método pressupõe que os entrevistados tenham na memória uma quantificação exata dos alimentos consumidos no período. É claro que nem todas os entrevistados possuem a mesma facilidade para nos informar a quantidade de alimentos efetivamente consumidos, as quantidades compradas e autoconsumidas. Durante a realização das entrevistas, procuramos obter tais informações reunindo mais de um membro da família, normalmente maridos e esposas. Em várias ocasiões, reuniram-se diversos membros da família. Mesmo assim, tendo sido as informações baseadas em estimativas verbais declaradas pelos assentados, é claro que não poderíamos tratar os resultados senão conferindo-lhes uma margem de incerteza. Agregamos ao autoconsumo alimentar os intercâmbios e doações comunitárias e familiares. Ademais, esta metodologia desconsidera as diferenças de consumo alimentar no interior da família, podendo haver uma distribuição irregular dos alimentos em seu interior. Tal variação não poderá ser captada nesta pesquisa.

---

<sup>27</sup> Foram considerados os seguinte alimentos: abacate, abacaxi, abobrinha, abobora, abobrinha, achocolatado, açúcar, alface, alho, almeirão, arroz, banana, banha de porco, batata, batata doce, beterraba, bolacha doce, bolacha salgada, café, carne bovina, carne suína, cebola, cenoura, cerveja, cheiro verde, chocolate, chuchu, creme de leite, doce de leite, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, frango, fubá, milho, gelatina, goiabada, ksuco, laranja, leite, leite condensado, lentilha/ervilha, limão, linguiça, maçã, macarrão, maionese, maizena, mandioca, mandioquinha, mamão, mamão, mandioca, maracujá, margarina, massa de tomate, milho, óleo de cozinha, ovos, pão, peixe, pepino, pera, queijo, repolho, requeijão, sal, salsicha, sorvete, temperos, tomate, uva, vagem, yogurt. Não foram considerados os nutrientes obtidos nos seguintes alimentos: carambola, giló, maxixe, quiabo, seriguela, pinha (fruta do conde) - que na maioria dos casos são de autoconsumo.

Em vista disso, não poderíamos oferecer um parecer definitivo a respeito da adequação ou inadequação da alimentação de cada família isoladamente. Esta atividade, de elevada importância social e responsabilidade técnica, precisa ser realizada por profissionais da área de saúde, que poderão utilizar outros métodos comprobatórios, complementares ao que estamos utilizando. Nossos dados, todavia, podem ser utilizados como uma **estatística média de consumo per capita de nutrientes por família**, e para a população em estudo, que manifestou grande interesse em conhecer estes resultados, foi enviado um panorama alimentar onde estão apontadas as mais frequentes lacunas nutricionais e os alimentos capazes de preenche-las. Teremos ainda informações sobre o acesso à alimentação e a importância nutricional do autoconsumo.

## 4.2. Os Agricultores Familiares do Assentamento Fazenda Reunidas

### 4.2.1. - Características Gerais da Amostra

Para a aplicação da pesquisa, escolhemos uma comunidade rural, um assentamento de reforma agrária no Estado de São Paulo. Diante de vários projetos, optamos por avaliar um grupo de famílias do Assentamento Fazenda Reunidas, no município de Promissão, primeiramente pelo fato de ser um projeto onde os agricultores possuem uma área equivalente ao módulo rural (área mínima considerada necessária ao trabalho e manutenção de uma família, conforme estabelecia o Estatuto da Terra). O Projeto de Assentamento Fazenda Reunidas foi implementado em 1989/90, e é até agora o mais populoso no Estado de São Paulo: são cerca de 635 famílias, cada uma dispendo de um lote de 7,5 ou 8 alqueires, ou seja, uma área entre a 18 a 19,2 hectares. É formado por famílias de trabalhadores rurais que habitavam as cidades de Promissão, Penápolis, Birigui, José Bonifácio, entre outras da região. Um grupo de 105 famílias, que vinha habitando e trabalhando na área urbana da cidade de Campinas, foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e hoje estão no Assentamento (Ver: D'AQUINO., 1995, BERGAMASCO & NORDER, 1996 e FERNADES, 1996).

O Assentamento Reunidas está subdividido informalmente em aproximadamente onze agrovilas. Algumas são formadas por famílias procedentes de um mesmo município

próximo a Promissão. Assim, a Agrovila Penápolis, por exemplo, é formada em sua grande maioria por aqueles que habitavam esta cidade quando do início do assentamento. É também o caso das Agrovilas que são conhecidas como José Bonifácio e Birigui. O grupo de Campinas, após ter abandonado por alguns anos o meio rural, passou a integrar o MST e promoveu as manifestações políticas e ocupações que aceleraram a implementação do assentamento. As Agrovilas Cintra, São Pedro e São Bento são compostas em sua maioria por aqueles que habitavam o município de Promissão. Algumas agrovilas não são homogêneas quanto à origem dos beneficiários: Agrovila Central, Agrovila 44, Trevo e “12”. Foram entrevistadas quarenta e duas famílias, o que corresponde a 7% do total. Um panorama aproximado das agrovilas e a composição de nossa amostra pode ser observado na Tabela abaixo:

TABELA 5: Agrovilas do Assentamento Fazenda Reunidas e Composição da Amostra

Nome da Agrovila	n. famílias <sup>1</sup>	origem	amostra	Questionários n <sup>o</sup>
Central	98	heterogênea	08	28-34
“44”	101	heterogênea	01	21
Birigui	78	Birigui	01	37
Bonifácio	80	José Bonifácio	06	12, 35-36, 39-41
Campinas	79	Campinas	08	1, 2, 13-16, 38, 42
Penápolis	83	Penápolis	09	03-11
S. Bento, S. Pedro, Cintra <sup>2</sup>	61	Promissão	09	17-20, 22-26
Trevo	42	heterogênea	0	-
“12”	12	heterogênea	0	-

**Legenda:** (1) Predominância no município de procedência das famílias, nos anos anteriores ao assentamento. Fonte: AQUINO (1995:186), exceto (2).

Como o leitor pode notar, nem todas as agrovilas fizeram parte de nossa amostra, nem o fizeram de forma proporcional. Durante a aplicação da pesquisa, não consideramos rigorosamente as divisões entre agrovilas para seleção dos entrevistados. Isso se deve aos obstáculos práticos para se efetivar uma pesquisa de campo num projeto de assentamento de 17.138,26 hectares - e com os recursos financeiros que dispusemos. Assim, “optamos” por concentrar nossas entrevistas em algumas agrovilas, as mais numerosas e de mais fácil

acesso. As diferenças entre assentados de uma mesma agrovila certamente são mais significativas do que aquelas entre uma e outra agrovila. A tabulação por agrovilas, disponível adiante, reforça esta hipótese.

Embora nossa amostragem não tenha incluído todas as agrovilas, ainda assim um conjunto de outras variáveis foram incluídas, como, por exemplo, a relação de trabalho anterior ao assentamento, a duração da habitação em núcleos urbanos e o envolvimento ou não nos conflitos gerados durante o ingresso das famílias na área do projeto. De nossa amostra, dezenove participaram de alguma fase do conflituoso episódio de ocupação inicial da Fazenda Reunidas. Outras vinte e três ingressaram no projeto apenas após autorização expressa do Estado, e quase um ano após aqueles que participaram da ocupação.

Outra característica da amostra é que uma família chegou ao assentamento em 1993<sup>28</sup>. As demais fazem parte do grupo que está no projeto desde o início. Esta foi uma opção de nossa pesquisa de campo, pois visávamos conhecer as práticas alimentares e a situação econômica e produtiva justamente deste grupo de famílias. Aquelas que tivessem ainda com menos de cinco anos no projeto, numa fase ainda de instalação e adaptação, não foram incluídas em nossa amostragem. O universo de nossa pesquisa, então, restringe-se, com apenas uma exceção, ao grupo que chegou ao assentamento até 1990.

As 42 famílias pesquisadas somaram 227 pessoas. A média de 5,40 pessoas morando e/ou trabalhando em cada lote é superior à do município de Promissão, que em 1991, segundo o IBGE, era de 3,89 pessoas por domicílio. São 102 mulheres: 40 mães, 43 filhas, 8 netas, 6 noras, 4 sogras e 1 tia. E 125 homens: 39 pais, 59 filhos, 13 netos, 7 sobrinhos, 3 genros e 4 outros parentes. Cinco titulares de lote possuem entre 30 a 40 anos; 11 entre 41 a 50; 15 entre 51 a 60 e 11 mais que 60 anos. Duas mulheres são titulares de lotes, e os administram apenas com seus filhos. Quatro lotes são habitados por casais sem filhos. Trinta e seis famílias são “completas”, ou seja, formadas por pais, mães e filhos. A distribuição etária desta população pode ser constatada na Tabela 6.

---

<sup>28</sup> Entrevista número 10. O entrevistado número 11 está no assentamento desde o início, mas até 1994 esteve no lote de seu pai. A partir desta data mudou-se para um lote vago.

TABELA 6: Composição da Amostra, por Sexo e Idade

Idade	Masculino	Feminino	Total	% / total
até 9 anos	15	14	29	12,72
de 10 a 19 anos	29	25	54	23,80
de 20 a 34 anos	37	25	62	27,33
de 35 a 59 anos	29	31	60	26,44
mais de 59 anos	15	7	22	9,71
Total	125	102	227	100,0

#### 4.2.2. - A Trajetória Ocupacional dos Assentados

O Assentamento Fazenda Reunidas é um desdobramento das transformações nas relações de trabalho predominantes na agropecuária paulista durante os últimos vinte anos. Estas transformações podem ser caracterizadas, resumidamente, como um declínio dos acordos e contratos de parceria, arrendamento, meação e colonato, sobretudo na cafeicultura, e uma ampliação, em menor volume, do trabalho assalariado temporário com habitação urbana. Esta separação entre trabalho e moradia acrescentou novos custos para a manutenção das necessidades básicas de consumo doméstico destes trabalhadores. O assentamento representa, assim, uma redefinição do espaço rural como local de trabalho e habitação, como espaço de produção de mercadorias para o mercado e para o consumo doméstico, agora sob novas bases sociais.

Das 42 famílias, 25 estabeleceram, ao longo de sua história ocupacional, somente relações sociais de trabalho envolvendo, simultaneamente, trabalho e moradia em fazendas sob as quais não detinham posse ou propriedade: eram parceiros, arrendatários, meeiros e colonos. Estas relações de trabalho, em grande parte dos casos, incluíam o acesso à moradia nestas fazendas. São agricultores que em nenhum momento de sua trajetória profissional trabalharam como empregados assalariados no campo ou na cidade. Nos últimos vinte anos esta junção entre trabalho e moradia foi cedendo espaço ao trabalho assalariado, predominantemente temporário, com habitação urbana. No ano anterior ao

ingresso no assentamento, o número de arrendatários, parceiros e meeiros ficou reduzido de 25 para 12.

Por outro lado, o número dos que em sua história ocupacional trabalharam exclusivamente como empregados de fazendas (temporários ou permanente) ou como bóia-frias ampliou-se de 11 para 15, ou seja, quatro famílias que até então trabalhavam apenas como arrendatários ou parceiros estavam iniciando sua proletarização. Três titulares de lote no assentamento disseram que se ocuparam, alternadamente, nestes dois tipos de relações de trabalho ao longo de suas vidas. Cinco famílias passaram a trabalhar na cidade; um assentado encontrava-se desempregado no ano anterior ao assentamento. Outras três famílias haviam trabalhado somente como pequenos proprietários, todas elas em propriedades de seus pais. Para a grande maioria destas famílias, o assentamento significou, a despeito das dificuldades econômicas contra as quais ainda hoje se deparam, a conquista de uma melhor condição de vida e de trabalho, quando comparado com a sucessão de transformações sociais e econômicas pelas quais vinham passando. Por outro lado, este processo requer a contínua transformação de um saber produtivo mutilado por estas relações sociais anteriores.

#### 4.2.3. - A Experiência Urbana

Em nossa amostra, um total de doze titulares de lote viveram por mais de dez anos na cidade e voltaram ao campo através do assentamento. Trabalharam como assalariados na construção civil (três), na indústria (três), vigilância e zeladoria (dois) e outras atividades. Dois deles apesar de terem morado na cidade, trabalhavam exclusivamente na agropecuária como assalariados temporários ou permanentes. Três famílias moraram na cidade por um período de 6 a 9 anos. Outras quinze famílias momento algum chegaram a morar ou trabalhar na cidade (três delas ficaram instaladas por três meses em Promissão aguardando o assentamento). Um grupo de dez famílias habitara núcleos urbanos de 1 a 5 anos, sendo que sete delas permaneceram trabalhando apenas na agropecuária (para duas famílias, o dado está indisponível).

O processo de separação entre trabalho e moradia, com a redução nos contratos de parceria, arrendamento e colonato, levou a uma precarização da obtenção de receitas

monetárias por esta população, que em parte passou a habitar as pequenas cidades da porção central do Estado de São Paulo. Houve também uma precarização das condições habitacionais, já que passaram a se deparar com o mercado imobiliário, para comprar ou alugar um imóvel; e uma precarização da alimentação, pois sem o acesso à terra para habitação na fazenda, restringia-se automaticamente o acesso destas famílias a uma parcela da alimentação que até então vinha sendo produzida em pequena escala, seja em seu quintal ou em pequenos espaços disponíveis no interior das fazendas onde trabalhavam como parceiros, arrendatários e meeiros.

Assim, para a maior parte das famílias por nós entrevistadas, houve nos anos anteriores ao assentamento um processo de precarização de suas fontes de rendimento monetário, em sua situação habitacional e uma restrição de suas fontes de obtenção dos alimentos. O assentamento representa uma ruptura nesta trajetória, a recriação de um espaço para a obtenção de uma renda monetária pelas famílias, para reconstrução de moradias e para a ampliação do acesso à alimentação.

#### 4.3. - Principais Resultados

A avaliação sócio-econômica de grupos sociais específicos, rurais e urbanos, pode ser realizada a partir de diversos conceitos, parâmetros e contextualizações. Para analisar a agricultura familiar, diferentes tipologias são construídas de acordo com os objetivos e os pressupostos teóricos presentes em cada pesquisa (ABRAMOVAY, 1995). Nosso objetivo será o de retomar algumas considerações sobre os critérios de indigência, pobreza e não-pobreza com base no cálculo da renda monetária *per capita*, para traçar um perfil sócio-econômico das famílias entrevistadas, e em seguida avaliar em que medida a ponderação das atividades de autoconsumo alimentar pode alterar os resultados sobre a pobreza no meio rural.

#### 4.3.1. - Linhas de Pobreza e Renda Monetária

Os procedimentos utilizados para a identificação de situações de pobreza e não-pobreza são algo diferenciados, seja quando se determina um valor monetário para a linha de pobreza, seja quando se inserirem outros critérios de avaliação para além da renda monetária. BRANDÃO LOPES (1995) desenvolve uma interessante combinação entre duas matrizes de informação:

- a) a aplicação de linhas regionais de pobreza, conforme a renda familiar *per capita*, considerando as diferenças urbano/rural: “...os valores obtidos, em dólares mensais *per capita*, das linhas de indigência e pobreza respectivamente, para cada região, são os seguintes: Sul (urbanas: US\$ 19,3 e 38,9; rurais: US\$ 14,7 e 23,7); Sudeste (US\$ 29,4 e 18,4; rurais: 13,1 e 20,7); Nordeste (US\$ 16,4 e 35,4; rurais US\$ 12,9 e 19,0); e Norte e Centro-Oeste, onde só foi possível calcular as linhas para as áreas urbanas, US\$ 22,9 e 54,4);
- b) um indicador de Necessidades Básicas Satisfeitas/Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBS/NBI), dependendo de seis variáveis (cinco delas relacionadas às condições habitacionais e sanitárias do domicílio, e outra referente ao acesso de crianças em idade escolar à escola).

A partir desta metodologia, o autor identificou três tipos de pobreza:

- a) *pobreza estrutural*, na qual as famílias não tiveram renda *per capita* suficiente para superar a linha de pobreza, e tampouco tiveram suas necessidades básicas satisfeitas; ;
- b) *pobreza recente*, na qual as famílias, apesar de sem aquela renda *per capita*, dispunham de suas necessidades básicas satisfeitas;
- c) *pobreza por NBI*, com renda *per capita* acima da linha de pobreza, mas sem que aquelas necessidades básicas tenham sido satisfeitas.

Aplicando tal metodologia em informações referentes aos anos de 1987 e 1988, o autor faz a seguinte estimativa: “Há mais de 8,6 milhões de domicílios pobres urbanos no país (2,8 milhões no nível de indigência), além de 3,2 milhões de rurais, provavelmente subestimados. Um em cada três domicílios urbanos é pobre; nas zonas rurais esta proporção chega a quase um em dois. Destaca-se a concentração das crianças de zero a

*três anos nos lares pobres: quase metade das crianças urbanas são pobres*” (BRANDÃO LOPES, 1995:142). Trata-se de praticamente 40% da população brasileira.

Rodolfo HOFFMANN (1995), trabalhando apenas com o estabelecimento de uma linha nacional de pobreza, tanto rural como urbana, fundamentada na renda monetária *per capita*, encontrou um percentual semelhante: 43,8% da população brasileira numa situação de pobreza ou indigência em 1991. A renda *per capita* mínima para posicionar uma família acima das linhas da pobreza e indigência foi fixada, respectivamente, em 44 e 22 URVs, ou seja, 44 e 22 Reais em agosto de 1994. Estes valores representavam 50% e 25% do valor médio dos salários-mínimos vigentes em períodos selecionados entre 1981 a fevereiro de 1994.

Tanto na pesquisa de BRANDÃO LOPES (1995) como na de HOFFMANN (1995) e PELIANO (1993), há o estabelecimento de uma linha de pobreza com base na renda monetária *per capita* como parâmetro para caracterização de situações de pobreza e não-pobreza. BRANDÃO LOPES procura inserir outras variáveis analíticas, e suas classificações por NBS/NBI são de grande interesse metodológico também para a análise de áreas rurais, justamente por acrescentar outras duas formas possíveis de pobreza: a *pobreza por NBI* e a *pobreza recente*. As estimativas de Eugênia LEONE (1994) indicam que o conjunto de necessidades básicas não-alimentares no meio rural são menos freqüentemente satisfeitas.

A combinação entre linhas monetárias de pobreza e outras variáveis certamente amplia o alcance dos resultados. Entretanto, estas duas últimas formas de pobreza desenvolvidas por BRANDÃO LOPES não serão observadas neste trabalho. Tentaremos desenvolver aqui uma metodologia para associar uma classificação a partir do acesso à renda monetária líquida *per capita* com uma avaliação detalhada das práticas de autoconsumo alimentar no meio rural.

Esta observação sobre o autoconsumo alimentar tem a finalidade de contribuir para o preenchimento de uma lacuna nos estudos quantitativos sobre o meio rural, já citada em diversos estudos, como por exemplo o de HOFFMANN (1995:161): *“a comparação urbano rural... é limitada pelo fato de os rendimentos na área rural certamente serem mais subestimados por não se considerar o valor da produção para autoconsumo e*

*também porque se pode argumentar que o custo de vida na área urbana é maior*". A pesquisa que segue abaixo procura levantar subsídios informativos e metodológicos para a melhor compreensão da importância da atividade de autoconsumo alimentar na agricultura familiar e nos assentamentos rurais, e sua relação com as formas de obtenção de renda monetária familiar.

#### 4.3.2. - O Acesso à Renda Monetária no Assentamento

Os resultados sobre pobreza e indigência obtidos nas avaliações de BRANDÃO LOPES e HOFFMANN podem ser comparados com os resultados de nossa observação sobre o Assentamento Fazenda Reunidas apenas de forma limitada, pois a coleta dos dados empíricos para a identificação da renda monetária não obedeceu a mesma metodologia. Entretanto, como dispomos de informações sobre a renda monetária *per capita* no assentamento, e considerando que estas informações podem ser avaliadas de diversas formas, adotaremos os mesmos critérios aplicados por HOFFMANN.

O valor do salário-mínimo no mês em que realizamos nossa pesquisa de campo (fevereiro de 1997) era de R\$ 112,00. Houve todavia um aumento simultâneo no nível de preços ao consumidor ao longo do período de agosto de 1994 a fevereiro de 1997: algo em torno de 35%, de acordo com os diversos indicadores de preços ao consumidor<sup>29</sup>. A variação no valor do salário-mínimo foi então acompanhada por uma proporcional ampliação no nível de preços ao consumidor. Sendo assim, para avaliarmos nossa amostra utilizaremos os mesmos valores para as linhas de pobreza e indigência aplicados por HOFFMANN (1995) e PELIANO (1993), de 0,50 e 0,25 salários-mínimos *per capita* mensais.

Tendo em vista os critérios presentes na pesquisa de HOFFMANN (1995), um conjunto de 10 das 42 famílias por nós entrevistadas no Assentamento Fazenda Reunidas estaria situado "abaixo da linha da pobreza", com um rendimento mensal *per capita* inferior a meio salário-mínimo. Isso representa 23,8% do total. Tais famílias contam, no

---

<sup>29</sup> INPC/IBGE; IGPM/FGV; IGP/FGV apontam para um aumento entre 34 a 38%. O IPC/FIPE, no entanto, calcula um aumento de 51% para o período ago/94 a fev/96.

entanto, com um autoconsumo de alimentos produzidos em seu lote, cuja capacidade para compensar esta situação de pobreza será avaliada adiante.

As demais 32 famílias (76,2% do total) teriam obtido uma soma de recursos monetários superior ao valor delineado para caracterizar uma situação de pobreza. Dentre estas famílias “não-pobres”, um grupo de 14 delas estaria com um rendimento monetário *per capita* superior a um salário-mínimo mensal; e as outras 18 famílias aparecem numa situação intermediária, com renda *per capita* mensal entre 0,50 e 1,0 salário-mínimo em média. Os dados médios sobre o conjunto da amostra são os seguintes: a renda monetária obtida através das atividades agropecuárias foi equivalente a pouco mais de três salários-mínimos mensais por lote; os salários externos quase atingiram a um salário-mínimo mensalmente por família; e a renda familiar total, que também inclui a previdência social, chegou a média 4,53 salários-mínimos mensais. A variação no acesso à renda monetária pode ser observada na Tabela 7.

TABELA 7: Composição Média da Renda Monetária das Famílias Entrevistadas

Faixa de Renda <i>Per capita</i>	Número de Famílias	Renda Agropecuária	Salários Externos	Renda Familiar Total	n médio de moradores
até 0,49 s.m.	10	1,55	0,50	2,55	7,7
de 0,5 a 0,99 s.m.	18	2,86	0,32	3,86	5,05
acima de 0,99	14	4,56	2,01	7,27	4,27
média geral	42	3,12	0,93	4,53	5,40

Os dados sobre a renda monetária, que podem ser observados detalhadamente nas Tabelas 8 a 8c, nos permitem chegar a algumas observações sobre a diversidade de situações e composição das fontes de ingressos monetários para o conjunto de nossa amostra:

a) a obtenção de um certo patamar de renda monetária a partir da atividade agropecuária é o principal fator responsável pela manutenção das 32 famílias “acima da linha da pobreza”. Em outros termos, podemos dizer que, apesar da presença de outras duas receitas (o assalariamento fora do lote e a previdência social) a obtenção de renda agropecuária é em média a atividade que mais freqüente e intensamente contribuiu para que estas famílias

possam ser situadas em uma situação de não-pobreza, sem incluirmos aí a avaliação do autoconsumo alimentar.

A Renda Agropecuária Líquida *per capita* de 27 famílias foi superior a meio salário mínimo e por si só posicionaria estas famílias numa situação de não-pobreza. A maior parte das famílias (cerca de 65%), portanto, se dispusessem apenas de sua renda agropecuária, já estaria numa situação de não-pobreza. Oito famílias tiveram Renda Agropecuária Líquida inferior a 0,25 sm *per capita*; e sete famílias ficaram com sua Renda

TABELA 8 - Composição da Renda Monetária Por Família (em sm)

número quest.	número de moradores	Renda Agropecuária Líquida <sup>1</sup>	Salários Fora do Lote <sup>2</sup>	Previdência Social <sup>3</sup>	Renda Monetária Familiar <sup>4</sup>	Renda Monetária Per Capita
1	2	3,95	.	.	3,95	1,98
2	5	2,11	.	.	2,11	0,42
3	5	4,37	.	2,00	6,37	1,27
4	12	2,21	1,12	1,00	4,33	0,36
5	10	5,67	.	.	5,67	0,57
6	3	1,45	.	.	1,45	0,48
7	3	3,22	0,07	.	3,29	1,10
8	4	2,49	.	.	2,49	0,62
9	6	.	10,71	2,00	12,71	2,12
10	3	1,74	0,45	.	2,18	0,73
11	3	1,75	.	.	1,75	0,58
12	7	6,15	2,79	1,00	9,94	1,42
13	5	5,49	.	.	5,49	1,10
14	2	1,49	0,03	.	1,52	0,76
15	8	4,46	0,07	1,00	5,54	0,69
16	3	4,93	0,09	.	5,02	1,67
17	6	0,85	1,07	1,00	2,92	0,49
18	4	3,03	3,13	.	6,15	1,54
19	8	1,30	0,78	1,00	3,08	0,39
20	4	2,48	.	1,00	3,48	0,87
21	7	0,50	0,17	2,00	2,67	0,38
22	2	6,61	.	1,00	7,61	3,80
23	3	5,39	.	.	5,39	1,80
24	4	2,45	.	.	2,45	0,61
25	7	5,65	9,46	.	15,11	2,15
26	6	2,06	0,11	3,00	5,17	0,86
27	7	6,11	0,27	.	6,37	0,91
28	6	4,78	1,89	.	6,67	1,11
29	10	0,14	.	.	0,14	0,01
30	6	1,86	2,16	.	4,02	0,67
31	7	4,00	.	.	4,00	0,57
32	4	4,94	.	.	4,94	1,23
33	4	2,84	0,56	.	3,40	0,85
34	4	2,77	.	1,00	3,77	0,94
35	3	2,21	.	.	2,21	0,74
36	6	3,67	1,07	.	4,74	0,79
37	6	2,47	.	2,00	4,47	0,75
38	5	0,72	0,74	.	1,45	0,29
39	10	2,55	.	.	2,55	0,26
40	11	3,76	1,12	.	4,87	0,44
41	4	0,99	1,12	1,00	3,11	0,78
42	3	5,42	.	.	5,42	1,81

**Legenda:** (1) Renda Agropecuária Líquida Anual; (2) Média de salários e outras atividades remuneradas recebidos nos últimos doze meses; quando em branco, igual a zero; (3) Salários-mínimos recebidos da previdência social por família; quando em branco, igual a zero; (4) Soma das três fontes de renda monetária, por família.

TABELA 8a - Composição da Renda Monetária Familiar, conforme Renda Monetária *Per capita* (em sm)

Número quest.	número de moradores	Renda Agropecuária Líquida <sup>1</sup>	Salários Fora do Lote <sup>2</sup>	Previdência Social <sup>3</sup>	Renda Monetária Familiar <sup>4</sup>	Renda Monetária Per capita
29	10	0,14	.	.	0,14	0,01
39	10	2,55	.	.	2,55	0,26
38	5	0,72	0,74	.	1,45	0,29
4	12	2,21	1,12	1,00	4,33	0,36
21	7	0,50	0,17	2,00	2,67	0,38
19	8	1,30	0,78	1,00	3,08	0,39
2	5	2,11	.	.	2,11	0,42
40	11	3,76	1,12	.	4,87	0,44
6	3	1,45	.	.	1,45	0,48
17	6	0,85	1,07	1,00	2,92	0,49
5	10	5,67	.	.	5,67	0,57
31	7	4,00	.	.	4,00	0,57
11	3	1,75	.	.	1,75	0,58
24	4	2,45	.	.	2,45	0,61
8	4	2,49	.	.	2,49	0,62
30	6	1,86	2,16	.	4,02	0,67
15	8	4,46	0,07	1,00	5,54	0,69
10	3	1,74	0,45	.	2,18	0,73
35	3	2,21	.	.	2,21	0,74
37	6	2,47	.	2,00	4,47	0,75
14	2	1,49	0,03	.	1,52	0,76
41	4	0,99	1,12	1,00	3,11	0,78
36	6	3,67	1,07	.	4,74	0,79
33	4	2,84	0,56	.	3,40	0,85
26	6	2,06	0,11	3,00	5,17	0,86
20	4	2,48	.	1,00	3,48	0,87
27	7	6,11	0,27	.	6,37	0,91
34	4	2,77	.	1,00	3,77	0,94
7	3	3,22	0,07	.	3,29	1,10
13	5	5,49	.	.	5,49	1,10
28	6	4,78	1,89	.	6,67	1,11
32	4	4,94	.	.	4,94	1,23
3	5	4,37	.	2,00	6,37	1,27
12	7	6,15	2,79	1,00	9,94	1,42
18	4	3,03	3,13	.	6,15	1,54
16	3	4,93	0,09	.	5,02	1,67
23	3	5,39	.	.	5,39	1,80
42	3	5,42	.	.	5,42	1,81
1	2	3,95	.	.	3,95	1,98
9	6	.	10,71	2,00	12,71	2,12
25	7	5,65	9,46	.	15,11	2,15
22	2	6,61	.	1,00	7,61	3,80

Legenda: Idem Tabela 8.

TABELA 8b - Composição da Renda Monetária Familiar, conf. Renda Monetária Familiar (em sm)

número quest.	Número de moradores	Renda Agropecuária Líquida <sup>1</sup>	Salários Fora do Lote <sup>2</sup>	Previdência Social <sup>3</sup>	Renda Monetária Familiar <sup>4</sup>	Renda Monetária Per capita
29	10	0,14	.	.	0,14	0,01
6	3	1,45	.	.	1,45	0,48
38	5	0,72	0,74	.	1,45	0,29
14	2	1,49	0,03	.	1,52	0,76
11	3	1,75	.	.	1,75	0,58
2	5	2,11	.	.	2,11	0,42
10	3	1,74	0,45	.	2,18	0,73
35	3	2,21	.	.	2,21	0,74
24	4	2,45	.	.	2,45	0,61
8	4	2,49	.	.	2,49	0,62
39	10	2,55	.	.	2,55	0,26
21	7	0,50	0,17	2,00	2,67	0,38
17	6	0,85	1,07	1,00	2,92	0,49
19	8	1,30	0,78	1,00	3,08	0,39
41	4	0,99	1,12	1,00	3,11	0,78
7	3	3,22	0,07	.	3,29	1,10
33	4	2,84	0,56	.	3,40	0,85
20	4	2,48	.	1,00	3,48	0,87
34	4	2,77	.	1,00	3,77	0,94
1	2	3,95	.	.	3,95	1,98
31	7	4,00	.	.	4,00	0,57
30	6	1,86	2,16	.	4,02	0,67
4	12	2,21	1,12	1,00	4,33	0,36
37	6	2,47	.	2,00	4,47	0,75
36	6	3,67	1,07	.	4,74	0,79
40	11	3,76	1,12	.	4,87	0,44
32	4	4,94	.	.	4,94	1,23
16	3	4,93	0,09	.	5,02	1,67
26	6	2,06	0,11	3,00	5,17	0,86
23	3	5,39	.	.	5,39	1,80
42	3	5,42	.	.	5,42	1,81
13	5	5,49	.	.	5,49	1,10
15	8	4,46	0,07	1,00	5,54	0,69
5	10	5,67	.	.	5,67	0,57
18	4	3,03	3,13	.	6,15	1,54
3	5	4,37	.	2,00	6,37	1,27
27	7	6,11	0,27	.	6,37	0,91
28	6	4,78	1,89	.	6,67	1,11
22	2	6,61	.	1,00	7,61	3,80
12	7	6,15	2,79	1,00	9,94	1,42
9	6	.	10,71	2,00	12,71	2,12
25	7	5,65	9,46	.	15,11	2,15

Legenda: Idem Tabela 8.

TABELA 8c - Composição da Renda Monetária Familiar, conf. Renda Agropecuária Familiar (em sm)

Número quest.	número de moradores	Renda Agropecuária Líquida <sup>1</sup>	Salários Fora do Lote <sup>2</sup>	Previdência Social <sup>3</sup>	Renda Monetária Familiar <sup>4</sup>	Renda Monetária Per capita
9	6	.	10,71	2,00	12,71	2,12
29	10	0,14	.	.	0,14	0,01
21	7	0,50	0,17	2,00	2,67	0,38
38	5	0,72	0,74	.	1,45	0,29
17	6	0,85	1,07	1,00	2,92	0,49
41	4	0,99	1,12	1,00	3,11	0,78
19	8	1,30	0,78	1,00	3,08	0,39
6	3	1,45	.	.	1,45	0,48
14	2	1,49	0,03	.	1,52	0,76
10	3	1,74	0,45	.	2,18	0,73
11	3	1,75	.	.	1,75	0,58
30	6	1,86	2,16	.	4,02	0,67
26	6	2,06	0,11	3,00	5,17	0,86
2	5	2,11	.	.	2,11	0,42
4	12	2,21	1,12	1,00	4,33	0,36
35	3	2,21	.	.	2,21	0,74
24	4	2,45	.	.	2,45	0,61
37	6	2,47	.	2,00	4,47	0,75
20	4	2,48	.	1,00	3,48	0,87
8	4	2,49	.	.	2,49	0,62
39	10	2,55	.	.	2,55	0,26
34	4	2,77	.	1,00	3,77	0,94
33	4	2,84	0,56	.	3,40	0,85
18	4	3,03	3,13	.	6,15	1,54
7	3	3,22	0,07	.	3,29	1,10
36	6	3,67	1,07	.	4,74	0,79
40	11	3,76	1,12	.	4,87	0,44
1	2	3,95	.	.	3,95	1,98
31	7	4,00	.	.	4,00	0,57
3	5	4,37	.	2,00	6,37	1,27
15	8	4,46	0,07	1,00	5,54	0,69
28	6	4,78	1,89	.	6,67	1,11
16	3	4,93	0,09	.	5,02	1,67
32	4	4,94	.	.	4,94	1,23
23	3	5,39	.	.	5,39	1,80
42	3	5,42	.	.	5,42	1,81
13	5	5,49	.	.	5,49	1,10
25	7	5,65	9,46	.	15,11	2,15
5	10	5,67	.	.	5,67	0,57
27	7	6,11	0,27	.	6,37	0,91
12	7	6,15	2,79	1,00	9,94	1,42
22	2	6,61	.	1,00	7,61	3,80

Legenda: Idem Tabela 8.

Agropecuária *per capita* entre 0,25 e 0,50 sm. Temos, portanto, quinze famílias cuja comercialização da produção agropecuária não ofereceu uma soma de rendimentos monetários líquidos para proporcionar-lhes a satisfação de suas necessidades básicas. Estariam dependendo de outras atividades como o assalariamento externo, o autoconsumo alimentar ou da previdência social para ampliar sua qualidade de vida.

b) o recurso ao trabalho assalariado fora do lote, presente em 22 das 42 famílias, atinge a uma cifra mensal superior a um salário-mínimo para apenas onze famílias; outras onze obtiveram salários externos num montante inferior a um salário-mínimo mensal. Entretanto, as famílias com os melhores rendimentos monetários na produção agropecuária são justamente as que conseguiram as mais favoráveis formas de integração ao mercado de trabalho, como mostra a Tabela 9.

TABELA 9: Salários Recebidos em Atividades Fora do Lote, conf. Renda Monetária *Per Capita*

Faixa de Renda Monetária <i>Per capita</i>	n. de Famílias	Média em s.m.	Famílias não assalariadas	Salários menores que 1 sm	Salários entre 1,0 a 2,5 sm	Salários acima de 2,5 s.m.
até 0,49 s.m.	10	0,50	4	3	3	-
de 0,5 a 0,99 sm	18	0,32	9	6	3	-
acima de 0,99 sm	14	2,01	7	2	1	4
média geral	42	0,93	20	11	7	4

c) o aumento do número de pessoas por família não se converte em ampliação proporcional na renda agropecuária. As famílias com renda monetária *per capita* total até 0,5 s.m. tem a menos favorável e a menos instável inserção no mercado de trabalho. São também as com maior média de moradores: são 7,7 moradores por lote, enquanto que no grupo com melhor renda monetária *per capita* há uma redução para 4,27 moradores. No grupo intermediário, com renda *per capita* entre meio a um salário mínimo mensal *per capita*, a média é de 5,04 pessoas por lote.

As famílias com mais de seis moradores obtiveram uma soma de receitas monetárias que em média chegou a 5,36 sm mensais. Já as famílias com até quatro pessoas tiveram renda monetária total de 3,66 sm, em média. A renda agropecuária também não aumenta entre as famílias maiores. Metade das famílias com sete ou mais

moradores tiveram renda agropecuária menor que três salários mínimos, enquanto que cerca de 58% das famílias com até quatro pessoas atingiram uma renda agropecuária familiar maior que três salários mínimos.

d) O tamanho da família é um fator decisivo na situação sócio-econômica do Assentamento. As dez famílias com os menores rendimentos monetários *per capita* reúnem muitos moradores: quatro são formadas por dez a doze pessoas; em três famílias encontramos entre sete a nove pessoas; duas famílias com cinco e uma com três moradores. As famílias menores, com até seis pessoas, formam a maioria de nossa amostra: são 30, das quais apenas 3 não obtiveram renda monetária *per capita* superior a 0,5 sm/*capita*. Já entre as doze famílias com mais de seis moradores, sete não tiveram acesso à esta renda. A quantidade de moradores por lote no conjunto da amostra e a ocorrência de renda monetária *per capita* inferior a meio salário-mínimo mensal podem ser observadas na Tabela 10.

TABELA 10: Número de Moradores por Lote e Renda Monetária *Per Capita*

n. moradores por lote	n. de famílias	Renda Monetária Menor que 0,5 sm/capita
de 2 a 4	19	1
de 5 a 6	11	2
de 7 a 9	7	3
10 ou mais	5	4

Encontramos nove famílias em nossa amostra onde vivem e trabalham filhos já casados. São os casos em que mais de um núcleo familiar usufruem de um mesmo lote, em que as famílias são as mais numerosas. Quatro destes filhos casados não realizam qualquer atividades fora do lote. Isso influi na situação de pobreza ou não-pobreza no Assentamento. No grupo de dez famílias com renda *per capita* inferior a 0,5 sm/mês, quatro agregam filhos já casados (três com filhos, inclusive), dos quais apenas dois trabalharam como assalariados (e temporariamente) fora do lote. O acesso à terra para estes filhos casados poderia melhorar significativamente as condições de vida e trabalho no

Assentamento. Em outras cinco famílias também encontram-se filhos casados, mas não em situação de pobreza por renda monetária<sup>30</sup>.

#### 4.3.3 - A Adequação do Consumo Nutricional no Assentamento

A Tabela 11 apresenta uma estimativa da adequação nutricional para as 42 famílias entrevistadas. Proteínas, calorias, fósforo, ferro, vitamina B1 e C foram consumidos em quantidade bastante satisfatória pela grande maioria das famílias. Já cálcio e vitamina A, e, menos frequentemente, vitamina B2, apresentam um consumo insuficiente igualmente para a maioria das famílias. Os questionários 3, 7 e 13, por exemplo, apresentaram um consumo de cálcio que atendera a aproximadamente 40% daquilo que a SBAN recomenda para a média da população brasileira.

Três famílias não chegam a consumir 90% das calorias recomendadas pela Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição para a média da população brasileira, e que apresentaram também insuficiência de consumo em outros nutrientes. Estas fazem parte do grupo das dez famílias com os menores rendimentos monetários e estão numa clara situação de insegurança alimentar. Para as demais famílias com renda monetária inferior a meio salário mínimo *per capita*, o acesso a alimentação atingiu as recomendações protéico-calóricas e outros nutrientes.

A incidência de consumo inadequado de cálcio e vitamina A na maioria absoluta das famílias entrevistadas indica que o acesso a estes nutrientes não depende apenas do acesso à renda monetária *per capita*, mas também de outros aspectos, particularmente os hábitos alimentares até o momento estabelecidos. Este panorama aponta para a necessidade da realização de programas de monitoramento e reeducação alimentar nos projetos de reforma agrária.

Vale lembrar que algo semelhante vêm ocorrendo em vários outros pontos do país. O insuficiente consumo de cálcio foi também identificado em diversas cidades brasileiras. Um estudo sobre o consumo de alimentos em cinco cidades brasileiras (Campinas, Curitiba, Ouro Preto, Goiânia e Rio de Janeiro) mostrou que “...os valores de consumo de

---

<sup>30</sup> As famílias com filhos casados são as dos questionários número 04, 05, 12, 25, 29, 37, 39, 40, 41.

*cálcio deixam a maior parte dos homens e mulheres abaixo dos valores recomendados, sendo que a prevalência de indivíduos com consumo abaixo da recomendação variou de 50 a 80%” (GALEAZZI, 1997:80). Atingir uma situação de segurança alimentar pressupõe que haja um enfoque não apenas econômico, mas também dos fundamentos culturais das práticas alimentares em cada grupo social em particular.*

Estas lacunas nutricionais precisam ser confirmadas em outras épocas do ano, pois como a dieta desta população está bastante associada às práticas de autoconsumo, fica sujeita à sazonalidade da produção. Assim, a inserção de novas frutas e verduras pode alterar este quadro num período bastante curto. A ponderação sobre a adequação/inadequação da alimentação em áreas rurais pelo método que estamos utilizando somente tem validade quando aplicado em várias épocas do ano. Os dados aqui obtidos são, portanto, ainda incompletos.

Tabela 11 : Porcentagem de Adequação do Consumo Familiar Mensal de Nutrientes (1).

Quest	Calorias	Proteínas	Cálcio	Fósforo	Ferro	Vit. A	Vit. B1	Vit. B2	Vit. C
1	.	.	.	.	.	.	.	.	.
2	.	.	.	.	.	.	.	.	.
3	.	.	41,81	.	.	51,29	.	92,84	.
4	.	.	77,38	.	.	57,11	.	.	.
5	.	.	.	.	.	88,25	.	.	.
6	.	.	.	.	73,96	93,59	97,38	.	98,57
7	.	.	41,26	.	.	71,26	.	72,04	.
8	.	.	98,89	.	.	99,91	.	.	.
9	.	.	67,64	.	.	76,01	.	.	.
10	.	.	.	.	.	90,05	.	.	.
11	.	.	.	.	.	87,74	.	.	.
12	.	.	74,63	.	.	81,05	.	.	.
13	.	.	41,87	.	.	60,67	.	79,87	.
14	.	.	.	.	.	.	.	.	.
15	.	.	87,10	.	.	88,32	.	.	.
16	.	.	67,30	.	.	.	.	.	.
17	65,30	92,42	33,41	80,31	76,27	13,19	91,55	51,60	.
18	90,27	.	21,31	.	94,67	58,89	.	54,66	.
19	.	.	40,68	.	.	34,53	.	67,74	.
20	.	.	.	.	.	84,26	.	.	.
21	76,60	86,98	40,41	.	52,33	15,87	67,23	54,57	98,60
22	.	.	84,58	.	.	.	.	.	.
23	.	.	.	.	.	.	.	.	.
24	.	.	48,15	.	.	51,94	.	89,73	.
25	.	.	.	.	.	82,04	.	.	.
26	.	.	81,96	.	.	53,38	.	.	.
27	.	.	15,47	.	96,24	18,42	.	63,11	.
28	.	.	57,89	.	.	58,82	.	97,16	.
29	.	.	.	.	.	66,57	.	.	.
30	.	.	37,72	.	.	33,81	.	71,79	91,43
31	.	.	59,90	.	.	40,78	.	.	.
32	.	.	92,20	.	.	78,73	.	.	.
33	.	.	65,83	.	.	63,89	.	.	.
34	.	.	54,54	.	98,19	41,93	.	88,80	.
35	.	.	55,88	.	.	51,25	.	74,17	.
36	.	.	98,33	.	.	82,33	.	.	.
37	.	.	.	.	.	61,03	.	.	.
38	76,68	.	58,21	.	75,47	43,11	96,00	84,58	.
39	95,02	.	55,87	.	92,50	35,24	.	87,53	.
40	.	.	74,41	.	.	36,07	.	.	.
41	.	.	59,89	.	.	92,70	.	.	.
42	.	.	.	.	.	.	.	.	.

(1) Face à Recomendação da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição para a média da população brasileira. Quando em branco, valores iguais ou superiores a 100%. Nestes casos, o consumo de nutrientes situou-se numa faixa entre esta recomendação média para a população brasileira e a recomendação de consumo para famílias que realizam as mais intensas atividades físicas.

#### 4.3.4. A Importância do Autoconsumo Alimentar

A Tabela 12 mostra que o autoconsumo alimentar tem uma significativa importância na dieta das famílias do Assentamento<sup>31</sup>. A média do autoconsumo de calorias

<sup>31</sup> As famílias entrevistadas praticam o autoconsumo alimentar através de uma produção em pequena escala com o único objetivo de suprir as necessidades do grupo doméstico. Há uma certa complementaridade entre alimentos comprados e alimentos autoproduzidos. Um grupo reduzido de famílias praticamente não organiza esta produção de alimentos para seu próprio consumo. Mas são em média entre 15 a 16 produtos alimentícios de autoconsumo por família, sendo que chegam a 25 para algumas famílias. Isso foi o bastante para cobrir boa parte das necessidades de consumo nutricional da maioria das famílias, como veremos. A sazonalidade interfere nesta prática, e os alimentos listados aqui são aqueles utilizados em trinta dias de janeiro a fevereiro de 1997. A tabela a seguir indica os produtos mais comprados e o número de famílias que os compraram.

TABELA A: Produtos comprados e frequência entre as 42 famílias

Produto	n. famílias	Produto	n. famílias
arroz	32	alho	39
feijão	25	cebola	40
farinha de trigo	38	achocolatados	25
fubá de milho	24	açúcar	41
macarrão	41	óleo de soja	41
pão	31	margarina	30
maçã	17	tomate	30
café	34	batata	30
refrigerante	35	carne bovina	29
sal	42	carne de frango	29

Quando um determinado alimento é proveniente de produção própria, seu consumo geralmente é mais abundante do que quando comprado. Todas as informações sobre alimentação são referentes ao período de trinta dias. **Arroz & Feijão:** dez famílias produziram arroz para seu próprio consumo. Quinze produziram feijão para seu próprio consumo. **Carnes:** Das 42 famílias, oito consumiram carne de boi de sua própria criação e outras oito famílias idem com carne de porco. Três famílias consumiram a ambas, boi e porco, totalizando assim dezanove. Destas dezanove, dez também consumiram mais de 10 kg de frango em 30 dias. Outras dez famílias também consumiram mais de 10 kg de frango, mas não contaram com o autoconsumo de carne bovina ou suína. Somamos 29 que autoconsumiram uma destas três carnes: boi, porco ou frango. Ainda nove famílias tiveram um consumo de frango superior a 5 e inferior a 10 kg ao mês. São 38. No total, 34 famílias consumiram galináceos criados em seu próprio quintal. Mais duas que, mesmo sem ter autoconsumido boi, porco ou frango, puderam pescar. Foram 15 as famílias que tiveram acesso à pesca no Rio Tietê, ou em pequenos córregos e lagoas no interior do Assentamento. É bastante provável que entre o grupo de famílias cujos lotes ficam mais próximos ao Rio Tietê, esta proporção seja ainda maior. Embora quase todas as famílias tenham tido acesso carnes de sua própria criação, há um grupo com um autoconsumo particularmente acentuado. **Verduras:** 14 famílias compraram uma ou mais verduras. 17 consumiram verduras de sua própria horta, sempre em maior quantidade e diversidade que as verduras compradas na cidade. Durante várias entrevistas, foi-nos reafirmado que o excesso de chuvas no período de dois ou três meses anteriores à nossa pesquisa de campo dificultam a produção doméstica de verduras, e por este fato, o consumo de verduras nesta época do ano é significativamente menor que nas demais. **Tubérculos:** quatro tipos de tubérculos são consumidos: de consumo mais frequente, temos: mandioca, autoprodução por 32 famílias, comprada por apenas três. Batata: comprada por 34 famílias. De consumo menos frequente: beterraba, comprada por seis famílias; Batata doce: autoprodução por cinco famílias. **Frutas:** Dezesete famílias compraram maçã. Frutas como seriguela, pinha, banana, laranja, limão e outras são de autoconsumo elevado. O autoconsumo de frutas é acentuado entre as famílias do assentamento. **Leite:** O consumo de leite e derivados apresenta um elevado

ficou em 30,79% do total consumido pelas 42 famílias entrevistadas, e é a mais reduzida no conjunto de nutrientes avaliados. O autoconsumo de cálcio e das vitaminas A, B2 e C é superior a 60% do total consumido pelas famílias. Os demais nutrientes, Proteínas, Fósforo, Ferro e Vitamina B1, apresentaram um índice de autoconsumidos em torno de 40 a 50% do total.

Os nutrientes com consumo mais frequentemente insuficiente no Assentamento Fazenda Reunidas (cálcio e vitamina A) são justamente os que apresentaram os maiores percentuais médios de autoconsumo (69,72 e 63,26%, respectivamente). Existem alimentos de produção própria que já são usualmente autoconsumidos no Assentamento, mas em quantidade ainda reduzida frente ao recomendado pela SBAN. A ampliação do autoconsumo de alguns produtos poderia preencher estas deficiências nutricionais, sem que houvesse um comprometimento significativo dos rendimentos monetários destas famílias, já que dispõem de uma produção de alguma forma organizada para abastecer o consumo familiar de alimentos.

autoconsumo. Trinta e quatro famílias possuem acesso ao consumo de leite de produção própria. Quatro famílias compram leite de seus vizinhos, a um preço que corresponde a 50% daquele vigente no mercado local. Quatro famílias disseram não ter consumido leite nos últimos trinta dias. A tabela abaixo mostra a quantidade de leite consumida pelas 38 famílias.

TABELA B: Consumo Mensal de Leite entre as Famílias Entrevistadas

quantidade consumida	autoconsumo	compra de vizinhos
de 30 a 59 litros	08 famílias	02 famílias
de 60 a 89 litros	13 famílias	01 família
de 90 a 119 litros	06 famílias	-
mais de 120 litros	06 famílias	-

**Queijo:** O consumo de queijo foi identificado entre dezoito famílias. Destas, doze produziram este alimento para seu autoconsumo, e seis compraram, na maioria dos casos, de seus vizinhos. A quantidade média consumida pelas famílias que compraram de seus vizinhos é de aproximadamente um quilo ao mês, enquanto entre as demais que dispuseram de produção própria, esta média sobe para sete quilos e meio. Embora 34 famílias tenham acesso ao consumo de leite, apenas uma em cada três delas produzem queijo para autoconsumo. Quanto ao **yogurte**, é de consumo muitíssimo reduzido, sendo que em boa parte das famílias, notamos que sequer sabiam como produzi-lo. **Doce de Leite:** dezessete famílias utilizam o leite de sua produção para fazer doce de leite. Nenhuma das famílias entrevistadas disse ter comprado e consumido este alimento no período dos últimos trinta dias. **Requeijão:** consumido por 8 famílias, todas de autoconsumo, este requeijão diferencia-se do requeijão cremoso industrializado. Trata-se de uma produção doméstica de um tipo de requeijão não-cremoso, que aproxima-se em forma e sabor, ao queijo. Destas 8 famílias, três também produziram queijo para seu próprio consumo. As que produziram queijo ou requeijão para seu consumo somam 17 famílias. **Ovos:** Quinze famílias consumiram ovos comprados. Outras 18 famílias consumiram ovos de suas criações de quintal. O autoconsumo de ovos é também menos intenso nesta época do ano.

Há uma forte correlação entre a variação na prática do autoconsumo e o volume de ingressos monetários de cada família. As famílias com menor renda monetária *per capita* retiram do autoconsumo a maior proporção de sua alimentação. As demais famílias com renda monetária mais elevada, embora também consumam alimentos de sua própria produção, o fazem em menor proporção frente a seu consumo total. A experiência urbana e a trajetória ocupacional, como veremos, são variáveis que não chegam a interferir de modo significativo na obtenção de receitas monetárias e na importância do autoconsumo de alimentos.

TABELA 12: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos por Família.

Quest.	Calorias	Proteínas	Cálcio	Fósforo	Ferro	Vit. A	Vit. B1	Vit. B2	Vit. C
1	49,11	67,68	92,65	75,72	68,72	92,82	74,23	85,85	93,31
2	29,09	50,21	89,95	64,78	21,95	70,83	34,26	77,71	89,12
3	23,23	36,37	72,44	42,93	48,30	74,53	53,69	59,31	86,24
4	59,85	82,53	89,24	84,52	84,18	87,06	82,83	88,86	97,01
5	20,64	35,11	83,22	44,10	37,26	49,11	44,14	73,50	61,23
6	39,67	76,35	91,81	84,79	25,94	98,96	42,65	89,12	83,31
7	6,28	12,22	8,93	11,43	23,17	4,90	11,23	14,23	40,40
8	20,80	34,38	80,30	48,22	29,98	84,75	38,80	72,99	94,59
9	50,84	57,38	65,69	60,29	59,00	41,37	63,89	66,61	72,24
10	43,71	50,80	79,01	60,96	30,48	51,21	48,36	75,23	86,95
11	17,28	40,60	81,47	54,44	13,99	80,03	40,74	74,86	42,17
12	23,95	44,58	69,96	49,11	42,45	59,68	67,33	68,01	90,94
13	10,37	13,09	52,88	23,27	15,55	15,42	19,16	35,52	50,25
14	43,12	73,68	92,99	79,05	66,86	99,36	79,66	85,02	93,97
15	30,75	45,69	71,00	51,27	42,40	54,45	49,33	70,52	93,44
16	29,63	33,92	47,08	37,28	46,44	23,67	50,12	43,73	58,90
17	81,65	75,66	79,01	80,14	78,58	76,69	88,72	82,05	98,37
18	11,62	20,63	30,75	23,96	21,36	76,33	36,30	30,84	94,58
19	57,22	69,85	84,25	76,05	79,37	89,27	82,86	77,53	97,54
20	48,53	67,38	84,78	71,75	69,54	84,63	70,89	80,64	86,72
21	46,41	65,74	74,35	69,34	46,92	88,90	49,73	79,51	96,58
22	33,00	60,96	81,61	65,88	53,59	47,06	64,30	83,65	87,81
23	16,33	32,78	79,28	44,26	16,24	37,83	28,19	64,83	51,74
24	13,73	17,98	61,44	34,12	17,95	26,92	28,48	46,71	71,75
25	38,58	62,33	75,38	62,12	45,38	53,53	62,32	78,71	60,84
26	15,04	26,52	76,84	39,37	17,42	70,58	28,56	57,38	87,19
27	34,37	59,86	65,49	56,96	63,50	52,74	79,59	73,89	84,70
28	14,49	42,16	13,10	31,88	49,12	43,81	41,89	31,97	76,71
29	25,93	58,11	87,46	66,83	58,28	89,36	61,25	86,07	94,84
30	5,69	19,90	8,17	15,87	16,24	37,84	8,73	19,85	37,64
31	16,02	25,23	66,34	36,83	15,49	74,32	26,63	61,78	93,95
32	26,73	58,13	81,23	59,60	39,53	56,15	38,53	77,69	82,37
33	15,20	29,91	76,62	42,68	14,85	73,66	28,41	65,90	88,04
34	18,41	45,94	76,43	51,48	36,58	65,81	38,54	75,20	88,04
35	31,59	37,74	70,73	46,37	48,83	69,82	31,29	64,51	88,79
36	43,30	52,25	85,35	57,78	53,34	83,97	74,44	75,60	96,41
37	65,54	78,12	90,57	81,11	67,08	89,94	68,29	90,20	87,06
38	63,41	68,69	87,80	72,69	64,04	58,54	75,16	80,96	94,68
39	24,30	31,88	78,79	47,36	31,16	72,56	40,65	68,40	94,78
40	14,61	29,95	71,70	40,46	20,68	75,77	29,70	62,17	89,26
41	19,74	34,47	65,35	44,66	30,85	64,99	37,18	60,44	78,15
42	13,28	6,31	6,94	9,26	29,53	5,43	17,67	11,70	44,17
<b>média</b>	<b>30,79</b>	<b>46,03</b>	<b>69,72</b>	<b>52,40</b>	<b>41,48</b>	<b>63,26</b>	<b>48,54</b>	<b>65,93</b>	<b>80,64</b>

As tabulações apresentadas a seguir mostram a composição da alimentação de grupos de famílias estratificadas a partir de cinco critérios: a) renda *per capita* total; b) renda agropecuária; c) experiência urbana; d) história ocupacional; e) por agrovila. Além da proporção de nutrientes autoconsumidos e nutrientes comprados, apresentaremos a variedade deste consumo de alimentos, o que estará expresso no total de itens que cada grupo de famílias teve acesso<sup>32</sup>. Assim, encontramos famílias que consumiram em um mês apenas 19 gêneros alimentícios, enquanto outras chegaram a consumir 68; também uma variação de 3 a 25 gêneros alimentícios produzidos no próprio lote; e uma variação de 12 a 49 produtos adquiridos no mercado. As Tabelas 13 a 17c ilustram como estas práticas alimentares oscilam em função da forma como agrupamos as famílias.

#### A) Classificação conforme Renda Monetária *Per Capita*

As dez famílias situadas “abaixo da linha da pobreza” apenas pela variável renda monetária *per capita* apresentam um nível de autoconsumo alimentar bastante acentuado. Mais da metade dos nutrientes consumidos por estas famílias é oriundo de sua própria produção. Sua alimentação é composta por 35 produtos alimentícios, em média, mas com uma variação de 19 a 48 produtos. O número de produtos comprados, cuja média é 21,2, oscila entre 12 a 28; e o número de produtos autoconsumidos varia de 6 a 21, para uma média de 14,4 produtos autoconsumidos no grupo. As famílias com renda monetária mais elevada consomem alimentos com maior variedade, pois não apenas compram maior número de produtos no mercado, mas também mantêm uma produção para autoconsumo mais diversificada. Nas Tabelas 13 a 13c encontram-se a variação do autoconsumo de nutrientes e a quantidade de itens consumidos (comprados e autoproduzidos) das famílias classificadas através da renda monetária *per capita*.

---

<sup>32</sup> Conforme listagem apresentada em nota anterior.

TABELA 13: Porcentagem Média de Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. Renda Monetária *Per Capita*

Renda Monet. <i>Per capita</i>	Calorias	Proteínas	Cálcio	Fósforo	Ferro	Vit. A	Vit. B1	Vit. B2	Vit. C
até 0,49 s.m.	44.21	60.89	83.43	68.69	51.11	80.79	58.78	79.23	93.55
0,5 a 0,99 sm	25.51	40.96	66.92	47.41	36.36	60.65	42.40	62.89	77.50
acima de 0,99	28.95	42.29	62.17	47.07	43.09	51.22	51.80	59.32	74.07
média geral	30.79	46.03	69.72	52.40	41.48	63.26	48.54	65.93	80.64

TABELA 13a: Número de Produtos Alimentícios Consumidos (Comprados e Autoconsumo), por Grupos de Famílias Classificadas conf. Renda Monetária *Per Capita*

Faixa de Renda Monet. <i>Per capita</i>	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número de produtos
até 0,49 s.m.	35.10	60.0	19	48
de 0,5 a 0,99 s.m.	41.86	40.9	29	63
acima de 0,99	49.10	50.0	37	68
média geral	42.70	42.9	-	-

TABELA 13b: Número de Produtos Alimentícios Comprados, por Grupos de Famílias Classificadas conf. Renda Monetária *Per Capita*

Faixa de Renda Monetária <i>Per Capita</i>	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
10 Menores RPC	21,20	50.0	12	28
12 Famílias Intermediárias	27.59	45.0	14	43
10 Maiores RPC	32.40	40.0	21	49
Média Geral	27.20	38.1	-	-

TABELA 13c: Número de Produtos Alimentícios Autoproduzidos, por Grupos de Famílias Classificadas conf. Renda Monetária *Per Capita*

Faixa de Renda Monetária <i>Per Capita</i>	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
10 Menores RPC	14,4	50.0	6	21
12 Famílias Intermediárias	14.9	50.0	3	24
10 Maiores RPC	17.9	50.0	12	25
Média Geral	15.5	47.6	-	-

## B) Classificação conforme Renda Agropecuária do Lote

As Tabelas 14 a 14c trazem informações sobre o consumo de alimentos com as famílias agrupadas de acordo com a Renda Agropecuária Líquida. Embora os percentuais de autoconsumo para os nutrientes seja menor entre as famílias com maior renda na agropecuária, há neste grupo uma diversificação mais acentuada em sua produção para autoconsumo, além de maior diversificação nos produtos alimentícios obtidos no mercado.

TABELA 14: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. Renda Agropecuária do Lote

Faixa de Renda Agropecuária	Calorias	Proteínas	Cálcio	Fósforo	Ferro	Vit. A	Vit. B1	Vit. B2	Vit. C
10 Menores	47,17	63,07	80,77	69,47	54,03	75,86	62,94	78,25	89,38
12 Famílias Intermediárias	26,11	40,69	67,16	47,92	36,96	67,96	42,63	62,52	82,60
10 Maiores	24,68	40,70	64,30	45,18	38,94	40,06	47,13	61,12	67,29
Média Geral	30,79	46,03	69,72	52,40	41,48	63,26	48,54	65,93	80,64

TABELA 14a: Número de Produtos Alimentícios Consumidos (Comprados e Autoproduzidos), por Grupos de Famílias Classificadas conf. Renda Agropecuária

Faixa de Renda Agropecuária	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
10 Menores	34,0	50,0	19	48
12 Famílias Intermediárias	41,4	36,4	31	63
10 Maiores	51,2	40,0	37	68
Média Geral	42,7	42,9	-	-

TABELA 14b: Número de Produtos Alimentícios Comprados, por Grupos de Famílias Classificadas conf. Renda Agropecuária do Lote

Faixa de Renda Agropecuária	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
10 Menores	20.4	40	12	34
12 Famílias Intermediárias	27.0	41	15	43
10 Maiores	35.0	50	17	49
Média Geral	27.2	38.1	-	-

TABELA 14c: Número de Produtos Alimentícios Autoproduzidos, por Grupos de Famílias Classificadas conf. Renda Agropecuária do Lote

Faixa de Renda Agropecuária	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
10 Menores	14.0	40.0	6	21
12 Famílias Intermediárias	15.4	45.5	3	24
10 Maiores	17.2	60.0	6	25
Média Geral	15.5	47.6	-	-

### C) Classificação Conforme Experiência Urbana

Se segmentarmos dois grupos, o primeiro com um período de vida em núcleos urbanos superior a dez anos, e outro formado por um conjunto de doze titulares de lote que em nenhum momento chegou a morar ou trabalhar em cidades, delineando assim um grupo “vindo da cidade” e outro “apenas rural”, obteremos algumas diferenças em suas práticas alimentares. O grupo “vindo da cidade” auferiu uma renda monetária *per capita* de 1,18 salários-mínimos mensais em média, mas duas famílias estariam com renda monetária “abaixo da linha da pobreza”, de 0,29 e 0,39 s.m./*capita*. O mesmo estaria ocorrendo com três das doze famílias “apenas rurais”, cujos rendimentos monetários foram de 0,10, 0,38 e 0,49 s.m. *per capita* mensalmente, para uma média de 0,81 s.m./*capita* em média no grupo. Procuramos, então, observar comparativamente a porcentagem do autoconsumo alimentar entre estes segmentos. O que pode surpreender é que, além de ter obtido uma renda *per capita* menor, o grupo “apenas rural” utiliza alimentos de autoprodução em menor proporção e diversidade que o grupo “vindo da cidade”.

TABELA 15: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. Experiência Urbana

Habitação Anterior	Calorias	Proteínas	Cálcio	Fósforo	Ferro	Vit. A	Vit. B1	Vit. B2	Vit. C
“vindos da cidade”	36,65	53,28	77,17	59,12	48,25	60,99	58,42	71,97	87,80
“apenas rural”	35,62	48,48	67,06	54,23	45,79	66,83	51,70	66,39	79,97
média geral	30,79	46,03	69,72	52,40	41,48	63,20	48,54	65,93	80,64

TABELA 15a: Número de Produtos Alimentícios Consumidos (Comprados e Autoproduzidos), por Grupos de Famílias Classificadas conf. Experiência Urbana

Habitação Anterior	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“vindos da cidade”	46,5	50,0	29	66
“apenas rural”	40,3	50,0	26	68
Média Geral	42,7	42,9	-	-

TABELA 15b: Número de Produtos Alimentícios Comprados, por Grupos de Famílias Classificadas conf. Experiência Urbana

Habitação Anterior	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“vindos da cidade”	29,1	50,0	14	45
“apenas rural”	25,6	50,0	12	49
Média Geral	27,2	38,1	-	-

TABELA 15c: Número de Produtos Alimentícios Autoproduzidos, por Grupos de Famílias Classificadas conf. Experiência Urbana

Habitação Anterior	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“vindos da cidade”	18,8	50,0	11	25
“apenas rural”	15,3	60,0	3	23
Média Geral	15,5	47,6	-	-

## D) Classificação Conforme História Ocupacional

Distinguimos ainda dois grupos conforme as relações de trabalho anteriores ao assentamento. Um grupo de dez famílias obtivera ocupação apenas como empregados permanentes de fazendas ou empregados diaristas ou por empreitas no meio rural. Duas delas não atingiram média de renda monetária *per capita* acima de 0,50 s.m. mensais. O outro grupo é formado por dez famílias cujo chefe mantinha apenas relações de parceria, colonato, meação ou arrendamento. Deste grupo de “parceiros”, seis também fazem parte do grupo “apenas rural” arrolado acima; três destes “parceiros” (e aí incluímos arrendatários, colonos e meeiros) tiveram renda monetária inferior a 0,5 s.m. mensal em média. O percentual de autoconsumo do grupo de “ex-empregados”, bem como o número de produtos autoconsumidos, é ligeiramente superior que aqueles verificados para os “ex-parceiros”.

TABELA 16: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. História Ocupacional

Ocupação Anterior	Calorias	Proteínas	Cálcio	Fósforo	Ferro	Vit. A	Vit. B1	Vit. B2	Vit. C
“empregados”	31,08	43,00	61,70	48,98	42,07	65,16	47,73	59,84	81,41
“parceiros”	26,48	43,44	68,99	49,88	38,51	59,89	44,52	66,31	76,55
média geral	30,79	46,03	69,72	52,40	41,48	63,20	48,54	65,93	80,64

TABELA 16a: Número de Produtos Alimentícios Consumidos (Comprados e Autoproduzidos), por Grupos de Famílias Classificadas conf. História Ocupacional

Ocupação Anterior	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“empregados”	42,6	40,0	26	55
“parceiros”	42,5	30,0	33	68
Média Geral	42,7	42,9	-	-

TABELA 16b: Número de Produtos Alimentícios Comprados, por Grupos de Famílias Classificadas conf. História Ocupacional

Ocupação Anterior	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“empregados”	27,5	50,0	12	40
“parceiros”	28,2	30,0	18	49
Média Geral	27,2	38,1	-	-

TABELA 16c: Número de Produtos Alimentícios Autoproduzidos, por Grupos de Famílias Classificadas conf. História Ocupacional

Ocupação Anterior	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“empregados”	15,6	50,0	11	24
“parceiros”	14,9	50,0	8	21
Média Geral	15,5	47,6	-	-

## E) Classificação Conforme Agrovila

Há também uma variação entre as diversas agrovilas pesquisadas. A Agrovila de Penápolis, quando comparada com as de Campinas e Bonifácio, diversifica menos a sua alimentação, seja porque compra menos produtos, ou porque cultiva menor número de produtos para seu próprio consumo.

TABELA 17: Porcentagem do Autoconsumo no Total de Nutrientes Consumidos, por Grupo de Famílias Classificadas conf. Agrovila

Agrovila	Calorias	Proteínas	Cálcio	Fósforo	Ferro	Vit. A	Vit. B1	Vit. B2	Vit. C
“Campinas”	33,60	44,91	67,66	51,66	44,44	52,57	49,95	61,38	77,23
“Penápolis”	31,36	47,30	72,45	54,63	39,14	63,54	47,36	68,30	73,79
“Bonifácio”	19,60	42,40	59,35	45,26	36,69	61,71	40,44	61,54	80,78
média geral	30,79	46,03	69,72	52,40	41,48	63,20	48,54	65,93	80,64

TABELA 17a: Número de Produtos Alimentícios Consumidos (Comprados e Autoproduzidos), por Grupos de Famílias Classificadas conf. Agrovila

Agrovila	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“Campinas”	46,12	50,0	33	63
“Penápolis”	34,22	55,5	19	41
“Bonifácio”	44,12	37,50	37	54
Média Geral	31,7	31,9	-	-

TABELA 17b: Número de Produtos Alimentícios Comprados, por Grupos de Famílias Classificadas conf. Agrovila

Agrovila	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“Campinas”	29,88	50,0	14	43
“Penápolis”	23,89	55,5	13	33
“Bonifácio”	28,00	37,5	17	38
Média Geral	27,20	38,1	-	-

TABELA 17c: Número de Produtos Alimentícios Autoproduzidos, por Grupos de Famílias Classificadas conf. Agrovila

Agrovila	média de produtos por grupo	% do grupo acima desta média	Menor n. produtos Consumidos/fam	Maior número
“Campinas”	17,75	62,5	6	25
“Penápolis”	10,55	66,7	3	15
“Bonifácio”	17,12	50,0	8	21
Média Geral	15,5	47,6	-	-

#### 4.4. - Linhas de Pobreza e Autoconsumo Alimentar

A análise nutricional dos alimentos consumidos pelas famílias entrevistadas no Assentamento Fazenda Reunidas mostra que, com algumas variações, a autoprodução é significativa na dieta da maioria das famílias, e proporcionalmente ainda mais acentuada entre as famílias com menor renda monetária *per capita* - estas que, como vimos, são as com maior número de pessoas por lote. Seguramente mais da metade dos nutrientes consumidos por estas famílias de menor renda monetária são oriundos das práticas de autoconsumo. Resta saber em que medida, e sob quais procedimentos metodológicos, estes alimentos autoconsumidos podem ser incluídos na análise das condições de vida no campo. Saberemos então em que medida as práticas de autoconsumo podem alterar nosso panorama sobre pobreza e não-pobreza nas áreas rurais brasileiras.

##### 4.4.1. - Linhas de Pobreza e Alimentação

A alimentação representa uma parcela significativa no cálculo dos valores fixados em várias linhas de pobreza. Estes valores são aproximações e em certa medida aleatórios; diversos parâmetros já foram propostos (ver também Cap. 1). Há uma importante distinção entre pobreza e indigência, presente nos estudos de PELIANO (1993), BRANDÃO LOPES (1995) e HOFFMANN (1995). Estes dois últimos autores apontam para as modificações na distribuição de renda nos últimos trinta anos aplicando seus respectivos critérios e valores para as linhas de pobreza e indigência.

Embora existam oscilações nos índices de pobreza e indigência no Brasil, também como decorrência dos efeitos dos ciclos de curto prazo na economia, a estimativa presente nestes três estudos é a de que na primeira metade dos anos 90 existiam no Brasil algo entre 25 a 32 milhões de “indigentes”, e outros 30 milhões numa situação de “pobreza”. O contingente de “pobres” e “indigentes” chegaria a 40% da população brasileira.

O conceito de “indigência” presente no Mapa da Fome elaborado pelo IPEA (PELIANO, 1993) refere-se a “...pessoas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor da aquisição de cesta básica de alimentos que atenda, para a família como um todo, os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU”. Esta renda foi

então estimada pelo IPEA em 25% do salário-mínimo *per capita*. O mesmo valor foi utilizado por HOFFMAN (1995) e considerado por BRANDÃO LOPES (1995) como um cálculo bastante sofisticado e criterioso. A família que, segundo PELIANO (1993), possui renda *per capita* para adquirir apenas sua alimentação estaria numa situação de risco alimentar, e por isso considerada numa situação de “indigência” (ou “pobreza absoluta”).

Já as famílias consideradas “pobres” são aquelas cuja renda monetária supera seu gasto alimentar, mas não o bastante para que sejam satisfeitas outras necessidades básicas não-alimentares. A linha de pobreza estaria então incluindo as “necessidades básicas não-alimentares”. Mas como alerta Sônia ROCHA (1988:87), “...com o passar do tempo, em certas circunstâncias, pode haver alterações na relação entre despesas alimentares e não-alimentares, perturbando inclusive a prioridade que seria dada ao atendimento das necessidades alimentares, considerada como pressuposto para alguns autores”. Os valores monetários tomados por estes autores como referenciais classificatórios são instáveis e apoiados em padrões de consumo dos anos 70 - e muito provavelmente insuficientes para garantir atualmente a satisfação de tais “necessidades alimentares” e “outras necessidades básicas”. No trabalho de HOFFMANN (1995), os valores tomados como referenciais de pobreza e pobreza absoluta não são associados a necessidades alimentares e não-alimentares, mas estabelecidos como uma forma de captar a distribuição de renda no país.

O Ipea vem desenvolvendo pesquisas visando atualizar os valores de suas linhas de pobreza e indigência com base nas necessidades alimentares e não alimentares. O estudo Multicêntrico coordenado por GALEAZZI (1996:24,33) mostra, por exemplo, que nas cidades de Campinas e Goiânia, o gasto *per capita* com alimentação, mesmo sem atender a todas as recomendações nutricionais da SBAN, foi de 0,37 s.m./*capita* para as famílias com renda mensal em torno de 0,6 s.m./*capita*. E para as famílias com renda mensal *per capita* de até 1,8 s.m. *per capita*, os gastos com alimentação chegaram a 0,60 sm/*capita* em média.

As Tabelas 18 e 18a mostram a estrutura de despesas alimentares entre os entrevistados no Assentamento Fazenda Reunidas, sua porcentagem sobre a renda monetária *per capita*, e a renda *per capita* restante, disponível ao consumo de produtos e

serviços não-alimentares. Para chegar ao gasto alimentar mensal, partimos da relação de produtos comprados e verificamos o preço vigente no mercado local. Mesmo contando com o autoconsumo, o gasto médio com alimentação das famílias de nossa amostra é de 0,34 s.m. *per capita*, comprometendo em média 37,7% da renda monetária da família. Mas há uma variação em torno destas médias.

A Tabela 18a indica que doze famílias tiveram um gasto mensal *per capita* com alimentação inferior a 0,25 s.m., e que, por outro lado, apenas cinco utilizaram mais que meio salário mínimo *per capita*. A maioria, num total de 26 famílias, dispensara entre 0,25 a 0,50 salários-mínimos *per capita* em sua alimentação num período de um mês. Ainda que contando com elevado autoconsumo alimentar, apenas doze famílias (28,57% do total) tiveram um gasto com alimentação inferior à 0,25 sm/*capita* ao mês. Oito destas doze fazem parte do grupo com renda mensal inferior a 0,5 sm/*capita*.

Praticamente todas as famílias retiveram parte de seus rendimentos monetários para finalidades não-alimentares. Este poder aquisitivo não-alimentar mensal em nove famílias foi inferior a 25% do salário mínimo *per capita*; quatorze ficaram com renda monetária para fins não-alimentares entre 0,25 a 0,49 s.m./*capita*; e dezenove famílias dispuseram de pelo menos 0,5 s.m./*capita* para outros gastos além da alimentação.

TABELA 18: Renda Monetária e Gasto com Alimentação na Amostra

número do questionário	número de moradores	renda monetária <i>per capita</i> (em sm)	gasto <i>per capita</i> com alimentação <sup>1</sup>	dedução do gasto com alimentação <sup>2</sup>	% gasto com alimentação sob renda	n produtos comprados
1	2	1,98	0,37	1,61	18,70	21
2	5	0,42	0,30	0,12	71,14	27
3	5	1,27	0,28	0,99	22,29	23
4	12	0,36	0,15	0,21	42,19	18
5	10	0,57	0,25	0,31	44,95	26
6	3	0,48	0,17	0,31	34,69	13
7	3	1,10	0,40	0,69	36,86	32
8	4	0,62	0,30	0,32	48,62	27
9	6	2,12	0,24	1,88	11,49	25
10	3	0,73	0,34	0,39	47,04	18
11	3	0,58	0,37	0,21	63,36	33
12	7	1,42	0,45	0,97	31,77	45
13	5	1,10	0,49	0,60	44,94	42
14	2	0,76	0,42	0,34	54,84	14
15	8	0,69	0,32	0,37	45,97	43
16	3	1,67	0,72	0,96	42,72	32
17	6	0,49	0,08	0,41	15,98	12
18	4	1,54	0,26	1,28	16,92	25
19	8	0,39	0,15	0,23	39,15	24
20	4	0,87	0,41	0,46	47,48	15
21	7	0,38	0,11	0,27	29,35	17
22	2	3,80	0,61	3,20	15,94	25
23	3	1,80	0,83	0,97	46,24	39
24	4	0,61	0,40	0,21	65,80	30
25	7	2,15	0,33	5,25	30,55	49
26	6	0,86	0,36	0,50	41,44	35
27	7	0,91	0,15	0,76	16,61	17
28	6	1,11	0,35	0,76	31,37	38
29	10	0,01	0,22	-	-	27
30	6	0,67	0,39	0,28	58,51	35
31	7	0,57	0,27	0,30	48,15	22
32	4	1,23	0,29	0,95	23,42	35
33	4	0,85	0,32	0,53	37,22	27
34	4	0,94	0,23	0,72	23,95	23
35	3	0,74	0,25	0,48	34,38	18
36	6	0,79	0,30	0,49	38,50	25
37	6	0,75	0,13	0,62	17,39	18
38	5	0,29	0,12	0,17	41,78	20
39	10	0,26	0,18	0,07	71,85	28
40	11	0,44	0,29	0,15	66,28	26
41	4	0,78	0,37	0,41	47,91	34
42	3	1,81	0,56	1,25	30,90	40

Legenda: (1) gasto per capita de cada família com alimentação, em salários-mínimos; (2) dedução do gasto alimentar sobre a renda monetária familiar, em s.m.

TABELA 18a: Renda Monetária e Gasto com Alimentação na Amostra, ordenada conforme gasto *per capita* com alimentação

número do questionário	número de moradores	renda monetária <i>per capita</i> (em sm)	gasto <i>per capita</i> com alimentação <sup>1</sup>	dedução do gasto com alimentação <sup>2</sup>	% gasto com alimentação sob renda	n produtos consumidos
17	6	0,49	0,08	0,41	15,98	12
21	7	0,38	0,11	0,27	29,35	17
38	5	0,29	0,12	0,17	41,78	20
37	6	0,75	0,13	0,62	17,39	18
19	8	0,39	0,15	0,23	39,15	24
27	7	0,91	0,15	0,76	16,61	17
4	12	0,36	0,15	0,21	42,19	18
6	3	0,48	0,17	0,31	34,69	13
39	10	0,26	0,18	0,07	71,85	28
29	10	0,01	0,22	-	-	27
34	4	0,94	0,23	0,72	23,95	23
9	6	2,12	0,24	1,88	11,49	25
35	3	0,74	0,25	0,48	34,38	18
5	10	0,57	0,25	0,31	44,95	26
18	4	1,54	0,26	1,28	16,92	25
31	7	0,57	0,27	0,30	48,15	22
3	5	1,27	0,28	0,99	22,29	23
32	4	1,23	0,29	0,95	23,42	35
40	11	0,44	0,29	0,15	66,28	26
2	5	0,42	0,30	0,12	71,14	27
8	4	0,62	0,30	0,32	48,62	27
36	6	0,79	0,30	0,49	38,50	25
33	4	0,85	0,32	0,53	37,22	27
15	8	0,69	0,32	0,37	45,97	43
25	7	2,15	0,33	5,25	30,55	49
10	3	0,73	0,34	0,39	47,04	18
28	6	1,11	0,35	0,76	31,37	38
26	6	0,86	0,36	0,50	41,44	35
1	2	1,98	0,37	1,61	18,70	21
11	3	0,58	0,37	0,21	63,36	33
41	4	0,78	0,37	0,41	47,91	34
30	6	0,67	0,39	0,28	58,51	35
24	4	0,61	0,40	0,21	65,80	30
7	3	1,10	0,40	0,69	36,86	32
20	4	0,87	0,41	0,46	47,48	15
14	2	0,76	0,42	0,34	54,84	14
12	7	1,42	0,45	0,97	31,77	45
13	5	1,10	0,49	0,60	44,94	42
42	3	1,81	0,56	1,25	30,90	40
22	2	3,80	0,61	3,20	15,94	25
16	3	1,67	0,72	0,96	42,72	32
23	3	1,80	0,83	0,97	46,24	39

Legenda: Idem Tabela 18.

TABELA 18b: Renda Monetária e Gasto com Alimentação na Amostra, ordenada por renda monetária *per capita*.

número do questionário	número do moradores	renda <i>per capita</i> (em sm)	gasto <i>per capita</i> com alimentação <sup>1</sup>	dedução do gasto com alimentação <sup>2</sup>	% gasto com alimentação na renda	n produtos consumidos
29	10	0,01	0,22	-	-	27
39	10	0,26	0,18	0,07	71,85	28
38	5	0,29	0,12	0,17	41,78	20
4	12	0,36	0,15	0,21	42,19	18
21	7	0,38	0,11	0,27	29,35	17
19	8	0,39	0,15	0,23	39,15	24
2	5	0,42	0,30	0,12	71,14	27
40	11	0,44	0,29	0,15	66,28	26
6	3	0,48	0,17	0,31	34,69	13
17	6	0,49	0,08	0,41	15,98	12
5	10	0,57	0,25	0,31	44,95	26
31	7	0,57	0,27	0,30	48,15	22
11	3	0,58	0,37	0,21	63,36	33
24	4	0,61	0,40	0,21	65,80	30
8	4	0,62	0,30	0,32	48,62	27
30	6	0,67	0,39	0,28	58,51	35
15	8	0,69	0,32	0,37	45,97	43
10	3	0,73	0,34	0,39	47,04	18
35	3	0,74	0,25	0,48	34,38	18
37	6	0,75	0,13	0,62	17,39	18
14	2	0,76	0,42	0,34	54,84	14
41	4	0,78	0,37	0,41	47,91	34
36	6	0,79	0,30	0,49	38,50	25
33	4	0,85	0,32	0,53	37,22	27
26	6	0,86	0,36	0,50	41,44	35
20	4	0,87	0,41	0,46	47,48	15
27	7	0,91	0,15	0,76	16,61	17
34	4	0,94	0,23	0,72	23,95	23
7	3	1,10	0,40	0,69	36,86	32
13	5	1,10	0,49	0,60	44,94	42
28	6	1,11	0,35	0,76	31,37	38
32	4	1,23	0,29	0,95	23,42	35
3	5	1,27	0,28	0,99	22,29	23
12	7	1,42	0,45	0,97	31,77	45
18	4	1,54	0,26	1,28	16,92	25
16	3	1,67	0,72	0,96	42,72	32
23	3	1,80	0,83	0,97	46,24	39
42	3	1,81	0,56	1,25	30,90	40
1	2	1,98	0,37	1,61	18,70	21
9	6	2,12	0,24	1,88	11,49	25
25	7	2,15	0,33	5,25	30,55	49
22	2	3,80	0,61	3,20	15,94	25

Legenda: Idem Tabela 18.

A Tabela 19 informa a proporção do gasto monetário com alimentação para as famílias subdivididas conforme a renda monetária *per capita*. O grupo com menor renda monetária tem um gasto mensal médio de 0,17 s.m., enquanto que o grupo com maior renda, o gasto mensal com alimentação sobe para 0,44 salário mínimo *per capita*. Mesmo com esta diferença, o percentual do gasto alimentar sobre a renda monetária é maior entre as famílias de menor renda monetária. No interior de cada faixa de renda há uma significativa variação no gasto mensal com alimentação.

TABELA 19: Renda Monetária e Gasto com Alimentação na Amostra, conforme faixas de Renda

<b>Faixa de Renda<sup>1</sup></b>	<b>Gasto com Alimentação</b>	<b>Menor Gasto</b>	<b>Maior Gasto</b>	<b>% gasta na alimentação<sup>2</sup></b>	<b>Menor %</b>	<b>Maior %</b>
até 0,49	0,17 s.m.	0,08 s.m.	0,30 s.m.	45,82	15,98	71,85
de 0,5 a 0,99	0,31 s.m.	0,13 s.m.	0,42 s.m.	43,45	16,61	65,80
acima de 0,99	0,50 s.m.	0,24 s.m.	0,83 s.m.	27,78	11,49	46,24
média geral	0,34 s.m.	-	-	37,70	-	-

Legenda: (1) Em Salários-mínimos; (2) Porcentagem média da renda monetária consumida com alimentação.

Esta estrutura de consumo familiar possui tal configuração devido à presença do autoconsumo alimentar. Mas a transformação desta atividade econômica não-comercial em um dos indicadores da situação social de uma família rural nos conduz a retomada de um debate metodológico ainda longe de um consenso, um debate bastante atual e de claros contornos políticos, pois o que está em questão é a aferição da eficiência ou da viabilidade dos programas de reforma agrária no país. Daí que o autoconsumo alimentar entra num elenco de atividades produtivas desenvolvidas na agricultura familiar e que precisa ser debatida e de alguma forma incluída na análise do potencial dos programas de reforma agrária.

#### 4.4.2. - O Valor *Atribuído* ao Autoconsumo Alimentar

Como vimos anteriormente, se recorremos apenas à avaliação do acesso à renda monetária *per capita* no Assentamento, cerca de três em cada quatro famílias estariam figurando numa situação de não-pobreza, com renda monetária superior a 0,5 s.m. *per capita*. Todavia, as famílias com renda abaixo deste valor defendem-se com um autoconsumo superior à metade de seu consumo nutricional - sem dúvida uma ampliação em sua qualidade de vida que não está disponível para muitos outros segmentos sociais em situação de pobreza. Seus gastos monetários com alimentação variam entre 0,08 a 0,30 sm *per capita*, e justamente por poderem contar com suas atividades de autoconsumo. Sua importância para as condições de vida para estas famílias de menor renda monetária é decisiva.

Entretanto, ainda não dispomos de critérios para a atribuição de um valor econômico ao autoconsumo alimentar. Qualquer metodologia pressupõe que sejam feitas determinadas escolhas, e por isso, é de grande valia que estas escolhas sejam apresentados de forma clara e detalhada. As polêmicas criadas em torno do Relatório da FAO, do BNDES e em outras pesquisas, mostram que não existe consenso sobre a pertinência de se efetuar este cálculo, ou de como fazê-lo quando esta finalidade é colocada. As possibilidades são inúmeras, e cada alternativa pode ser contrariada por outras.

O que nos interessa aqui é saber em que medida o autoconsumo alimentar permite uma redução na quantidade de receitas monetárias utilizadas na alimentação de famílias rurais, sobretudo quando comparadas com outras famílias que não dispõem deste autoconsumo. Uma das primeiras questões que se antepõe à atribuição de um valor monetário ao autoconsumo é se devemos calcular seu valor através dos preços de compra ao consumidor ou dos preços de venda que poderia obter enquanto produtor. Qualquer solução é aleatória, até mesmo quando se exclui o autoconsumo da análise. Um valor-de-uso somente se converte em valor-de-troca quando a mercadoria é efetivamente comercializada (MARX, 1988:40-72). Antes disso é apenas valor-de-uso. Atribuir um preço que o produtor supostamente poderia obter no mercado é tão aleatório quanto a segunda alternativa, a de atribuir um preço ao que supostamente deixa de ser comprado no mercado. Superestimação, para uns, em um caso, subestimação, para outros, em outro

caso. Certamente não haverá consenso, mas vale acompanhar as opções metodológicas de cada pesquisa e os resultados a que elas conduzem.

Considerando que parte dos gêneros alimentícios autoconsumidos no Assentamento são produzidos sem finalidade comercial, e sequer tem escala e base tecnológica para chegar a tanto, e destinam-se estritamente a reduzir o gasto monetário da família com a alimentação (ou ainda, talvez junto a isso, a ampliação da qualidade da alimentação), nossa opção será a de *atribuir* um valor monetário ao autoconsumo alimentar tendo em conta os preços ao consumidor, como propõe Afrânio GARCIA JR. (1994). Estaremos assim *atribuindo* ao autoconsumo um valor monetário aproximadamente equivalente ao que esta família gastaria para obter tais produtos no mercado, caso não dispusesse desta possibilidade. Esta “atribuição” de valor precisa ser compreendida como uma tentativa de construção de um indicador quantitativo de um aspecto não-monetário das condições de vida no campo, a despeito de um debate mais que secular sobre a teoria do valor.

Após esta primeira opção, surge a necessidade de novas escolhas metodológicas: agora quanto à forma de transformar os produtos autoconsumidos em valores monetários. Uma alternativa seria retomar a listagem de alimentos autoconsumidos, verificar o preço de mercado para cada produto, e encontrar um valor monetário de mercado. Poderíamos no entanto chegar a um valor monetário para o autoconsumo por outros caminhos - a partir de nossos dados sobre a porcentagem de nutrientes autoconsumidos e de nutrientes comprados, por exemplo. Mas são nove nutrientes, e o autoconsumo entre eles é bastante oscilante em cada família. Chegar a um valor exato do autoconsumo alimentar através dos nutrientes fica bastante difícil, mas é um ponto de partida interessante.

Utilizemos, por exemplo, o percentual de autoconsumo de calorias, nutriente com a menor média de autoconsumo entre os nove nutrientes que apuramos<sup>33</sup>. O consumo calórico foi tomado como parâmetro para a identificação dos produtos da cesta alimentar que levaram Sônia ROCHA (1988) ao valor de sua linha de pobreza absoluta. E em

---

<sup>33</sup> O percentual de autoconsumo de calorias é o menor em 32 famílias; em oito é o segundo menor, mas com uma diferença muito pequena, de 5 a 14%; em duas famílias, o percentual calórico é maior do que cinco outros nutrientes, mas com uma diferença não superior a 8%. Estas variações foram desconsideradas em nossos cálculos, pois não trariam alterações nos resultados observados.

GALEAZZI (1996) o consumo calórico foi utilizado para a elaboração de uma cesta alimentar regional. Além disso, “...a contribuição calórica, ou de energia, é escolhida como referência por ser um forte indicador da suficiência alimentar, ou seja, a deficiência no aporte de calorias indica deficiência de ingestão de alimentos... a insuficiência calórica está associada a carências de outros nutrientes e micronutrientes” (GALEAZZI, 1996:40).

Dispondo agora de uma referência percentual de autoconsumo (no caso, o de calorias) e do valor monetário dispensado por cada família para obter no mercado o percentual de nutrientes comprados (complementar a 100%), podemos chegar a um valor monetário *atribuído* ao autoconsumo, procedendo o seguinte cálculo (uma regra de três simples): multiplicação do “percentual do autoconsumo” pelo valor monetário da alimentação comprada; e divisão deste resultado pelo “percentual de alimentos comprados”<sup>34</sup>. Assim, o valor econômico do autoconsumo em cada família irá oscilar em função de seu gasto monetário com a alimentação comprada e do percentual que estes alimentos comprados representaram no consumo calórico. A Tabela 20 traz os resultados deste cálculo do *valor atribuído* ao autoconsumo alimentar. A Tabela 21 acrescenta o valor do autoconsumo à renda monetária.

---

<sup>34</sup> Valor do Autoconsumo = (Porcentagem do Autoconsumo x Valor dos Alimentos Comprados) ÷ Porcentagem dos Alimentos Comprados

TABELA 20: Valor Econômico dos Alimentos Comprados e do Autoconsumo Alimentar

número quest.	% de autoconsumo (calorias)	% comprada (calorias)	Valor Alimentos Comprados (sm/capita)	Valor do Autoconsumo (em sm)	Alimentação consumida <i>per capita</i>	Renda Monetária <i>per capita</i>
1	49,11	50,89	0,37	0,36	0,73	1,98
2	29,09	70,91	0,30	0,12	0,42	0,42
3	23,23	76,77	0,28	0,09	0,37	1,27
4	59,85	40,15	0,15	0,23	0,38	0,36
5	20,64	79,36	0,25	0,07	0,32	0,57
6	39,67	60,33	0,17	0,11	0,28	0,48
7	6,28	93,72	0,40	0,03	0,43	1,10
8	20,80	79,20	0,30	0,08	0,38	0,62
9	50,84	49,16	0,24	0,25	0,50	2,12
10	43,71	56,29	0,34	0,27	0,61	0,73
11	17,28	82,72	0,37	0,08	0,45	0,58
12	23,95	76,05	0,45	0,14	0,59	1,42
13	10,37	89,63	0,49	0,06	0,55	1,10
14	43,12	56,88	0,42	0,32	0,73	0,76
15	30,75	69,25	0,32	0,14	0,46	0,69
16	29,63	70,37	0,72	0,30	1,02	1,67
17	81,65	18,35	0,08	0,35	0,42	0,49
18	11,62	88,38	0,26	0,03	0,29	1,54
19	57,22	42,78	0,15	0,20	0,35	0,39
20	48,53	51,47	0,41	0,39	0,80	0,87
21	46,41	53,59	0,11	0,10	0,21	0,38
22	33,00	67,00	0,61	0,30	0,90	3,80
23	16,33	83,67	0,83	0,16	0,99	1,80
24	13,73	86,27	0,40	0,06	0,47	0,61
25	38,58	61,42	0,33	0,20	0,55	2,15
26	15,04	84,96	0,36	0,06	0,42	0,86
27	34,37	65,63	0,15	0,08	0,23	0,91
28	14,49	85,51	0,35	0,06	0,41	1,11
29	25,93	74,07	0,22	0,08	0,30	0,01
30	5,69	94,31	0,39	0,02	0,42	0,67
31	16,02	83,98	0,27	0,05	0,33	0,57
32	26,73	73,27	0,29	0,11	0,39	1,23
33	15,20	84,80	0,32	0,06	0,37	0,85
34	18,41	81,59	0,23	0,05	0,28	0,94
35	31,59	68,41	0,25	0,12	0,37	0,74
36	43,30	56,70	0,30	0,23	0,54	0,79
37	65,54	34,46	0,13	0,25	0,38	0,75
38	63,41	36,59	0,12	0,21	0,33	0,29
39	24,30	75,70	0,18	0,06	0,24	0,26
40	14,61	85,39	0,29	0,05	0,34	0,44
41	19,74	80,26	0,37	0,09	0,46	0,78
42	13,28	86,72	0,56	0,09	0,64	1,81

TABELA 21: Composição da Renda Monetária e Renda *Per capita*, incluindo o Autoconsumo (ordenadas conforme Renda *Per Capita* Total).

n quest	número de moradores	Renda Monetária <i>Per Capita</i>	Valor <i>Per Capita</i> do Autoconsumo	Renda <i>Per Capita</i> Total
29	10	0,01	0,08	0,09
39	10	0,26	0,06	0,31
21	7	0,38	0,10	0,48
40	11	0,44	0,05	0,49
38	5	0,29	0,21	0,50
2	5	0,42	0,12	0,55
4	12	0,36	0,23	0,59
19	8	0,39	0,20	0,59
6	3	0,48	0,11	0,59
31	7	0,57	0,05	0,62
5	10	0,57	0,07	0,63
11	3	0,58	0,08	0,66
24	4	0,61	0,06	0,68
30	6	0,67	0,02	0,69
8	4	0,62	0,08	0,70
17	6	0,49	0,35	0,83
15	8	0,69	0,14	0,83
35	3	0,74	0,12	0,85
41	4	0,78	0,09	0,87
33	4	0,85	0,06	0,91
26	6	0,86	0,06	0,93
27	7	0,91	0,08	0,99
37	6	0,75	0,25	0,99
34	4	0,94	0,05	0,99
10	3	0,73	0,27	0,99
36	6	0,79	0,23	1,02
14	2	0,76	0,32	1,08
7	3	1,10	0,03	1,12
13	5	1,10	0,06	1,15
28	6	1,11	0,06	1,17
20	4	0,87	0,39	1,26
32	4	1,23	0,11	1,34
3	5	1,27	0,09	1,36
12	7	1,42	0,14	1,56
18	4	1,54	0,03	1,57
42	3	1,81	0,09	1,89
23	3	1,80	0,16	1,96
16	3	1,67	0,30	1,98
1	2	1,98	0,36	2,33
25	7	2,15	0,20	2,35
9	6	2,12	0,25	2,37
22	2	3,80	0,30	4,10

#### 4.4.3. - Linhas de Pobreza e Autoconsumo Alimentar

A atribuição de um valor econômico ao autoconsumo alimentar pode alterar significativamente os resultados das pesquisas quantitativas sobre pobreza e não-pobreza no meio rural brasileiro. Das dez famílias colocadas “abaixo da linha da pobreza” quando classificadas unicamente a partir de sua renda monetária *per capita*, seis superam esta condição quando atribuímos um valor monetário ao autoconsumo alimentar. Quatro continuam classificadas numa situação de pobreza, sendo que duas delas ficam numa situação muito próximas à renda *per capita* total de meio *sm/capita* (0,48 e 0,49). Se adotássemos qualquer outro nutriente como parâmetro para uma avaliação do autoconsumo (as proteínas ou uma média entre proteínas e calorias, por exemplo, ou qualquer outra combinação) o número de famílias em situação de pobreza não seria superior a dois, num total de 42.

Alteram-se também os dados sobre a renda *per capita* total: 17 famílias ficam com renda *per capita* acima de 1 *s.m./capita*; e 15 teriam renda entre meio a um *sm/capita*. O valor econômico da alimentação consumida por família (somando a comprada e a de autoconsumo) foi de 0,48.*m./capita* em média, sendo que em 30 famílias houve um consumo entre 0,21 a 0,50 *s.m./capita* ao mês; as demais consumiram mais que 0,50 *sm/capita* em alimentos no mês. O valor da alimentação comprada foi, em média, de 0,34 *s.m./capita*, e o valor monetário atribuído ao autoconsumo ficou na média de 0,14 *s.m./capita*. Estes dados reafirmam a possibilidade de que os valores de 25% e 50% do salário mínimo *per capita* fixados por PELLANO (1993) para as linhas de indigência e pobreza sejam insuficientes para cobrir as necessidades alimentares e outras necessidades básicas, ainda que não tenhamos investigado a possibilidade de dietas menos custosas para a população de baixa renda.

A forma como atribuímos valor econômico ao autoconsumo, tendo por base apenas o percentual calórico, que é em média o mais baixo entre os nove nutrientes avaliados, fez com que os resultados não ficassem muito elevados frente ao gasto monetário com a parcela da alimentação comprada. Isso não impediu que o autoconsumo viesse a ser contabilizado como uma das variáveis determinantes na identificação das situações de pobreza e não-pobreza no Assentamento. Para 20 famílias, o valor atribuído

ao autoconsumo foi menor que 0,10 s.m./capita; para 16 famílias, ficou entre 0,11 a 0,25 s.m./capita; e em sete famílias este valor superou 0,25 s.m./capita, chegando a 0,39 em um caso. Se somarmos o valor da produção agropecuária ao valor *atribuído* ao autoconsumo, teremos 76,19% dos entrevistados numa situação de não-pobreza. As outras famílias estariam dependendo de fontes de renda externas ao lote para completar uma soma de recursos maior que 0,50 sm mensais *per capita*.

Estes dados, obtidos a partir de uma determinada metodologia, nos permitem concluir que o fortalecimento da agricultura familiar através de projetos de reforma agrária constitui-se numa alternativa eficaz para combater a pobreza e a insegurança alimentar que hoje atingem uma grande parcela da população brasileira, principalmente a rural. O autoconsumo alimentar é em parte responsável por este resultado, embora a obtenção de uma indispensável renda monetária *per capita* tenha como condicionante, em geral, o desenvolvimento de atividades agropecuárias, uma vez que as oportunidades no mercado de trabalho local são bastante limitadas. Existe ademais a necessidade de redefinição de hábitos alimentares, através do incremento das práticas de autoconsumo, já que nem todos os nutrientes foram consumidos de acordo com a recomendação da SBAN.

A combinação entre o cálculo da renda monetária *per capita* e do autoconsumo alimentar precisa todavia ser complementada por ao menos dois outros indicadores. Um deles é o utilizado por BRANDÃO LOPES, acerca das Necessidades Básicas Satisfeitas (NBS) ou Insatisfeitas (NBI). Não pudemos apreciar o Assentamento enquanto espaço habitacional e educacional - fatores que, como vimos, têm uma grande relevância enquanto critérios associados às linhas de pobreza. O segundo indicador, que também não pôde ser inserido neste estudo, mas que se evidenciou indispensável, está relacionado à expansão, estagnação ou redução da capacidade produtiva deste agricultor familiar assentado. A renda agropecuária líquida pode ser calculada como uma derivação desta análise sobre as condições produtivas, que, por sua vez, vinculam-se a um complexo sistema institucional e político.

Um (ainda necessário) aperfeiçoamento nas relações sociais, econômicas e políticas, estabelecidas com uma diversidade de instituições governamentais e privadas, certamente carrega um elevado potencial para a promoção do desenvolvimento técnico da

produção agropecuária, gerando assim a garantia de um padrão de renda monetária capaz de manter estas famílias numa situação de não-pobreza, sem que parte dela dependa do autoconsumo alimentar para combater a pobreza. Enquanto estas transformações sociais e políticas não se consolidam, assentados e agricultores familiares, sobretudo os menos estruturados na produção agropecuária e com menor disponibilidade de recursos monetários, apreciam a prudência de produzir para si uma boa parte dos alimentos que uma vida saudável exige.

## Considerações Finais

A agricultura familiar possui características específicas que favorecem esta forma de organização social das atividades agropecuárias. A junção ou proximidade entre trabalho, moradia e alimentação permite que parte da força de trabalho doméstica seja utilizada para a construção de um patrimônio familiar que tem grande importância para que seja superada a pobreza por inadequação habitacional no meio rural brasileiro. Os assentamentos rurais podem ser concebidos também como um política habitacional de baixo custo. Além disso, as tradicionais práticas de autoconsumo podem garantir parcela significativa da alimentação destas famílias. Há certamente a necessidade de obtenção de uma renda monetária mínima, para que possam complementar sua alimentação e ainda satisfazer outras necessidades básicas de consumo doméstico. O desenvolvimento da produção agropecuária mostrou-se a principal fonte de rendimentos monetários para as famílias assentadas, dadas as limitações na oferta de empregos nas regiões interioranas do Estado de São Paulo.

Os assentamentos constituem-se numa relevante alternativa para a geração de empregos e para o encaminhamento de problemas habitacionais e alimentares no meio rural, entre outros aspectos. O autoconsumo alimentar, o acesso à habitação e a obtenção de uma renda monetária oriunda da produção agropecuária são determinantes na viabilidade social e econômica dos projetos de assentamentos rurais. As famílias com menor renda monetária aproveitam sua capacidade de produzir alimentos para autoconsumo de forma bastante intensa, e esta flexibilidade na obtenção de alimentos amplia a eficácia dos programas de acesso à terra enquanto política estratégica de segurança alimentar para áreas rurais. Entretanto, em alguns casos, o padrão alimentar estabelecido pode estar comprometendo a adequação nutricional. Isso se deve, primeiramente, aos baixos rendimentos monetários auferidos por uma parte das famílias. Mas não só a isso. Os hábitos alimentares, estritamente ligados ao autoconsumo, precisam ser reavaliados em termos culturais e produtivos. Uma dinamização das práticas de autoconsumo pode reduzir tanto as despesas familiares com alimentação como as eventuais deficiências nutricionais, sobretudo enquanto a produção agropecuária não se estrutura em processos mais eficientes de integração comercial.

Os assentamentos rurais podem ser concebidos, nesta primeira metade dos anos 90, como uma “parceria” entre Estado e Sociedade, na qual o Estado não vem cumprindo eficientemente sua parte para além da política fundiária. Mesmo assim, os assentamentos possuem um elevado potencial para retirar as famílias rurais de uma situação de pobreza. A redefinição da política de desenvolvimento agropecuário para os projetos de reforma agrária pode trazer a garantia de um rendimento monetário para os trabalhadores rurais e desta forma incentivar uma estrutura produtiva capaz de eliminar a pobreza entre a população rural.

A avaliação dos assentamentos irá depender das diretrizes metodológicas traçadas para as pesquisas de campo. Os estudos sobre a agricultura familiar e os assentamentos rurais apresentam significativas divergências metodológicas: ora não consideram a previdência social, ora excluem o autoconsumo alimentar, ora calculam o autoconsumo sem que haja uma distinção entre autoconsumo alimentar e autoconsumo produtivo, etc. Nossa pesquisa empírica realizada no Assentamento Fazenda Reunidas procura contribuir para este debate metodológico, separando renda monetária *per capita* e autoconsumo alimentar, para agrupá-los em seguida. A quantidade de receitas monetária necessárias para atingir uma situação de segurança alimentar nos assentamentos rurais é, portanto, menor do que aquela necessária à população urbana. Considerando que as famílias ficam dispostas de um espaço habitacional, e de uma possibilidade de colocar mercadorias e força de trabalho no mercado, conclui-se que o potencial destes projetos visando atenuar a fome e a pobreza no meio rural é bastante elevado.

A modernização da produção agropecuária não estaria sendo necessariamente incompatível com a tradicional prática camponesa de produzir alimentos para seu consumo doméstico. O autoconsumo é praticado pela maioria dos agricultores assentados, mas de forma diferenciada. Algumas famílias dependem muito pouco do autoconsumo para atingir um consumo satisfatório de alimentos, enquanto outras não poderiam prescindir deste recurso - uma alternativa de consumo familiar que auxilia em sua manutenção, justamente para que possam continuar tentando reorganizar a produção agropecuária para o mercado. Embora tenham uma produção de alimentos para autoconsumo, a comercialização da produção agropecuária é, ao menos na maioria dos casos que fizeram parte de nossa

pesquisa de campo, um pressuposto para a continuidade das famílias no projeto e a principal atividade para a superação da fome e da pobreza entre a população rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAG, *A Segurança Alimentar: Uma Abordagem de Agribusiness*, São Paulo, Associação Brasileira de Agribusiness, Abag Ed., 1993.
- ABRAMOVAY, R. et al., "Novos Dados sobre a Estrutura Social do Desenvolvimento Agrícola de São Paulo", *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 25, n. 2 e 3, p. 142-166, mai-dez, 1995.
- ABRAMOVAY, R., "Comercialização e Clientelismo", in: ROMEIRO, A. et. al. (org.), *Op. Cit.*, 1994.
- , "As Armadilhas da Pequena Produção" in: *Informações Econômicas*, I.E.A., v. 22, Suplemento 01/93, p. 23-30, 1993.
- , *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo, Ed. Hucitec/Edunicamp, 1992
- ABRAMOVAY, R. & CARVALHO F., J. J., "A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais: o Caso dos Assentamentos", in: *Reforma Agraria*, Revista da Ass. Bras. de Reforma Agraria, Campinas, n. 3, vol. 24, p.36-53, set-dez/1994.
- BAPTISTELLA, C. et al., "Valor da Produção Agropecuária Paulista: A Contribuição das Diferentes Categorias de Produtor Rural", in *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, p.296-322, Campinas/SP, 1991.
- BERGAMASCO, S.; BLANC-PARMAT, C.; CHONCHOL, M.E., *Por um Atlas dos Assentamentos Brasileiros: Espaços de Pesquisa*, Rio de Janeiro, Ed. DL Brasil, 1997.
- BERGAMASCO, S.; NORDER, L.A.C., *O que são Assentamentos Rurais*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996.
- BERGAMASCO, S., NORDER, L.A.C., "A Trajetória do Estatuto da Terra e o Paradoxo Agrário dos Anos 90", in: *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 25, n. 1, p. 169-184, jan-abr/1995.
- BERGAMASCO, S.M., "Família e Trabalho Rural no Brasil e no Estado de São Paulo", *Informações Econômicas*, vol. 23/1, 1993, p. 7-16.
- BERGAMASCO, S. et al., "Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: a Roda Viva de seu Passado-Presente", *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Ed. Vértice/Anpocs, 1991.
- BIALOSKORSKI NETO, S. LONENA NETO, B.; PEREIRA, L., *Módulo de Subsistência na Pequena Agricultura*, Campinas, CATI, Documento Técnico 71, 1987, 28 p.
- BRANDÃO, C. R., *Plantar, Colher, Comer*, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1981.

- BRANDÃO LOPES, J., "Política Social: Subsídios Estatísticos sobre a Pobreza e Acesso à Programas Sociais no Brasil", *Estudos Avançados*, vol. 9, n. 24, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados/USP, mai-ago 1995.
- CANDIDO, A., *Os Parceiros do Rio Bonito*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1964.
- CARNEIRO, Mª J., "Pluriatividade: uma Resposta à Crise da Agricultura Familiar?", in: *Anais do XVII Encontro Nacional do PIPSA*, Ass. Projeto de Intercâmbio de Pesq. Social em Agricultura, nov. 1994, Publ. pelo Prog. de Pós-Graduação em Sociologia, vol. 1, p. 50-58, Porto Alegre, UFRGS, 1995.
- CASTRO, Josué de, *A Geografia da Fome: A Fome no Brasil*, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1946
- CASTRO, M. H., "A Mensuração da Renda nos Assentamentos Rurais" in: ROMEIRO, op. cit., 1994.
- CASTRO, M. H., *Reforma Agrária e Pequena Produção*, Tese de Doutorado, Campinas, IE/UNICAMP, 1992.
- CHAYANOV, A.V., *La Unidad Economica Campesina*, Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1985.
- CHONCHOL, J., *Sistemas Agrarios en América Latina*, Fondo de Cultura Economica, Santiago, 1994.
- , *O Desafio Alimentar: A Fome no Mundo*, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1989.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, *Conflitos no Campo, Brasil 1995*, Goiânia, CPT, maio de 1996.
- CONSEA/AÇÃO DA CIDADANIA, *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar: Relatório Final*, Brasília, julho de 1994.
- COUTO ROSA, Sueli, "Os Desafios do Pronaf", *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 25, n. 2 e 3, p. 185-192, mai-dez/1995.
- CPM/ECO/UFRJ, *Segurança Alimentar: Síntese do Seminário de Segurança Alimentar da UFRJ*, Setembro/1993, 30 p.
- D'AQUINO, T., "O 'Laboratório de Campo e os Bairros Rurais no Assentamento das Terras de Promissão-SP", in: *Anais do XVII Encontro Nacional do PIPSA*, Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, nov. 1994, Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, vol. 1, p. 179-204, Porto Alegre, UFRGS, 1995.
- DELGADO, G. C., "Agricultura Familiar e Política Agrícola no Brasil: Situação Atual e Perspectivas", in RAMOS, P. & REYDON, B. P. (org.), *Agropecuária e Agroindústria no Brasil*, p. 199-235, Campinas, ABRA Ed., 1995.
- FAO, *Sistemas Alimentarios y Seguridad Alimentaria*, Roma, 1988, 108 p.

- FERRANTE, V.L.B. & BERGAMASCO, S.M.P. (org.), *Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*, Araraquara/SP, Unesp, 1995.
- GALEAZZI, M<sup>a</sup> A. (coord.), *Estudo Estudo Multicêntrico sobre Consumo de Alimentos*, Relatório Final, NEPA/UNICAMP, Campinas, abril de 1997.
- GALEAZZI, M<sup>a</sup> A., et. all.; "Inquérito de Consumo Familiar de Alimentos: Metodologia para Identificação de Famílias de Risco Alimentar", *Cadernos de Debate*, vol. IV, p. 32-46, Campinas, NEPA/UNICAMP, 1996.
- , "Introdução ao Debate Fome: O Desafio dos Anos 90", in: *Fome: O Desafio dos Anos 90*, São Paulo, Secr. Est. Abastecimento, 1991.
- GARCIA, Rosa W. D., "Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: Algumas Considerações para o Estudo dos Aspectos Simbólicos da Alimentação", *Cadernos de Debate*, Ano 2, n. 2, NEPA/UNICAMP, Campinas, 1994, p. 12-39
- GARCIA JR., A. R., "Geração de Rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil (1985-1989)", in: ROMEIRO, A. et. al. (org.), Op. Cit., 1994.
- , *Sul: o Caminho do Roçado*, Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, Brasília, CNPq, 1990.
- GONÇALVES, J. S., "Salário, Emprego, Modernização e Sazonalidade na Agropecuária: as Contradições do Processo Excludente do Desenvolvimento Brasileiro", in: *Informações Econômicas*, 1(26):23-37, São Paulo, I.E.A., Janeiro/1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J., "Resistir, Resistir, Resistir: Considerações acerca do futuro do Campesinato no Brasil", *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, p. 762-777, Brasília, SOBER, 1995,
- GRAZIANO NETO, Francisco, "Recolocando a Questão Agrária", in: STÉDILE, J. P. (org.), *A Questão Agrária Hoje*, 2<sup>a</sup> Ed., Porto Alegre, Editora da Universidade, 1994.
- GUANZIROLLI, C. (coord.), *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*, Brasília, FAO/INCRA, Março/1995
- GUANZIROLI, C. (coord.), "Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária", in: ROMEIRO, A. et. al. (org.), Op. Cit., 1994.
- HEREDIA, Beatriz M. A., *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979
- HOFFMANN, Rodolfo, "Pobreza, Insegurança Alimentar e Desnutrição no Brasil", *Estudos Avançados*, vol. 9, n. 24, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados/USP, mai-ago 1995
- JACOBI, P., *A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida: Reconstituição de Cinco experiências*, São Paulo, Cadernos CEDEC, n. 52, CEDEC, 1996.

- KAGEYAMA, A. & BERGAMASCO, “A Estrutura da Produção no Campo em 1980”, *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12/13, 1989/90, p.55-72.
- LARRAIN ECHENIQUE, J., *Tipologias de Productores Agrícolas y Políticas Diferenciales*, Agraria (Ed.)/FAO, Santiago, 1992.
- LEITE, S. P., *A Face Económica da Reforma Agrária*, Tese de Mestrado, Itaguai, CPDA/UFRRJ, 1992.
- LEONE, E. T., *Pobreza e Trabalho no Brasil: Análise das Condições de Vida e Ocupação das Famílias Agrícolas nos Anos 80*, Campinas, Tese Doutorado, IFCH/Unicamp, 1994.
- LAMARCHE, H. (coord.), *A Agricultura Familiar*, Campinas, Ed. Unicamp, 1994.
- LUNA, Niedja M. M. L., *Técnica Dietética: Pesos e Medidas em Alimentos*, Cuiabá, Ed. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso, 1995.
- MALUF, R. S., “A Produção de Alimentos Depende de Reforma Agrária Efetiva”, *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar*, p. 59-60, Brasília, CONSEA, 1995
- MALUF, R. S., MENEZES F., VALENTE, F., *Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil*, Ágora, Redecapa, Riad, Outubro/1995
- MALUF, R. S., *Políticas de Segurança Alimentar: Definições, Determinantes e o Papel do MAARA*, Versão Preliminar, Janeiro/1994, 56 p.
- MALUF, R. S. & BILBAO, S., *Assentamentos em São Paulo e Indústria Rural: uma discussão Preliminar*, Campinas, NPCT/UNICAMP, 1988.
- MEDEIROS, Leonilde et Al. (org.) *Assentamentos Rurais: uma Visão Multidisciplinar*, São Paulo, Ed. Unesp, 1994.
- MONTEIRO, C. A., “Pobreza Absoluta, Desnutrição e Desigualdades Regionais no Brasil”, In: BARROS, R. P. & URANI, A. (org.), *1º Relatório sobre Desigualdade de Renda e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA, 1995.
- MULLER, G., *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrícola*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1989.
- PACHECO, Ma. E. B., “O Joio e o Trigo na Defesa da Reforma Agrária”, in: STÉDILE, J. P., *A Questão Agrária Hoje*, Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, 1994.
- PELIANO, Anna M. T., *O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar*, Brasília, IPEA, Documento de Pesquisa n. 14, março de 1993.
- PESSANHA NEVES, D., *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: Estudo das Formas de Subordinação dos Pequenos Produtores Agrícolas ao Capital*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.
- PORTO, M. Y.; NORDER, L., *O Tema da Reforma Agrária entre a População Urbana: uma Pesquisa de Opinião Pública em Campinas/SP*, ABRA, Campinas, 1995.

- QUEIROZ, M. I. P., *Bairros Rurais Paulistas: a Dinâmica Bairro Rural-Cidade*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- ROCHA, S., *Pobreza Metropolitana e os Ciclos de Curto Prazo: um Balanço dos Anos 80*, Rio de Janeiro: IPEA. Boletim Conjuntural n. 12, Janeiro, 1991.
- ROCHA, S., "Linhas de Pobreza para as Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80", in: *Anais do XVI Encontro Nacional de Economia*, vol. IV, Belo Horizonte, ANPEC, Dezembro de 1988.
- ROMEIRO, A. et. al. (org.) ; *Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda - O Relatório da FAO em Debate*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- ROMEIRO, A. R., "Renda e Emprego: a Viabilidade e o Sentido da Reforma Agrária", in: ROMEIRO, A. et. al. (org.), Op. Cit., 1994.
- SALAY, Elisabete, "Políticas de Alimentação e Nutrição: Evolução das Abordagens", *Cadernos de Debate*, Ano 1 n. 1, p. 1-19, NEPA/UNICAMP, Campinas, 1993.
- SALLES, Teresa, *Agreste, Agrestes: Transformações Recentes na Agricultura Nordestina*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra; São Paulo, 1982.
- SBAN, *Recomendações Nutricionais Aplicadas à População Brasileira*, Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN), 1990.
- SERVOLIN, C., *L'Agriculture Moderne*, Paris, Ed. Seuil, 1989.
- SHANIN, T., *Chayanov e a Questão do Campesinato*, Progr. Pós-Graduação em Sociologia, Texto de Estudo n. 7, Porto Alegre, UFRGS, 1989.
- SILVA, Luís I. L., SILVA, José G., *Política Nacional de Segurança Alimentar*, Brasília, Governo Paralelo, Outubro/1991, 22p.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V., *Os Colonos do Vinho*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1978.
- , "Violência no Campo: o Dilaceramento da Cidadania", *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 22, n. 1, p. 4-11, Campinas, jan-abr., 1992.
- VEIGA, J. E., *O Desenvolvimento Agrícola - Uma Visão Histórica*, São Paulo, Ed. Hucitec/Edusp, 1991.
- , *Economia Política da Emergente Transição Ambiental: o caso dos EUA*, São Paulo, FEA/USP-PROCAM, vol. I, 1996.
- VOX POPULIS, *Relatório de Pesquisa de Opinião Pública e Caracterização Sócio-Econômica em Assentamentos do INCRA no País*, s.l., julho, 1996.
- WORLD BANK, *Brazil: a Poverty Assessment - Resumo Executivo*, Report n. 14323BR, 1994.
- WANDERLEY, M. N. B., "Agricultura Familiar no Brasil: um Espaço em Construção", in: *Reforma Agrária*, Revista da ABRA, Campinas, vol. 25, n. 2 e 3, p. 37-57, mai-dez/1995.

- , "Trajetória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão da Região de Campinas/SP", *Cadernos IFCH UNICAMP*, Dez. 1989
- WEBER, M., "A Situação dos Trabalhadores Rurais da Alemanha nas Províncias do Além-Elba - 1982", in GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLKLE, V., *A Questão Agrária*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- ZAMBERLAM, J., "Reflexões sobre algumas Estratégias para a Viabilização Econômica dos Assentamentos" in: MEDEIROS, L. (org.), op. cit., 1994.
- , "Produção e Comercialização nos Assentamentos Rurais: Questões para o Debate", in: ROMEIRO, A. et. al.; op. cit., 1994.